

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS  
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

**ANA PAULA BUENO LERIAS  
BRUNO MACHADO ROCHA DUTRA**

**ESTUDO COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA  
RELACIONADO AOS INVESTIMENTOS NA SAÚDE, EDUCAÇÃO E  
DESPESA COM PESSOAL DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO  
SUDOESTE DO PARANÁ**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

**PATO BRANCO  
2016**

**ANA PAULA BUENO LERIAS  
BRUNO MACHADO ROCHA DUTRA**

**ESTUDO COMPARATIVO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA  
RELACIONADO AOS INVESTIMENTOS NA SAÚDE, EDUCAÇÃO E  
DESPESA COM PESSOAL DOS MUNICÍPIOS DA MESORREGIÃO  
SUDOESTE DO PARANÁ**

Trabalho de Conclusão de Curso  
apresentado como requisito parcial à  
obtenção do título de Bacharel em  
Ciências Contábeis do Departamento de  
Ciências Contábeis, da Universidade  
Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Msc. Luciane Dagostini

**PATO BRANCO  
2016**



Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Campus Pato Branco  
Curso de Ciências Contábeis  
Coordenação de Trabalho de Conclusão de Curso



TERMO DE APROVAÇÃO

Título do Trabalho de Conclusão de Curso

**Estudo comparativo da arrecadação tributária relacionado aos investimentos na saúde, educação e despesas com pessoal dos municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná**

Nome do Aluno: **Ana Paula Boeno Lérias e Bruno Machado Rocha Dutra**

Este Trabalho de Conclusão de Curso foi apresentado às 20 horas, no dia 17 de outubro de 2016 como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Ciências Contábeis, do Departamento de Ciências Contábeis - DACON, no Curso de Ciências Contábeis da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Os candidatos foram arguidos pela Banca Examinadora, composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho APROVADO.

(aprovado, aprovado com restrições, ou reprovado).

Prof. Luciane Dagostini  
Orientador

Prof. Fernanda Caldato  
Avaliador - UTFPR

Prof. Luiz Fernando Casagrande  
Avaliador UTFPR

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus pela nossa vida e por ter permitido que pudéssemos realizar esse trabalho em conjunto, unindo forças para passar por mais essa importante etapa de nossa vida acadêmica.

Aos nossos pais Vital Leirias e Ivone Sotana, e Iberaci F. Dutra e Cleuza de Fátima, pelo carinho e amor incondicional.

À Josiane Leirias, irmã carinhosa e esposa dedicada, por todo apoio, pela paciência, conselhos e incentivo, pois sem sua presença em nossas vidas, estando lado a lado conosco em cada desafio, em especial os que enfrentamos e conquistamos durante a nossa jornada na vida acadêmica nada seria possível.

Às filhas Jhenifer e Luiza, pois todo esforço, dedicação e empenho foi por vocês, razão de tudo e força que nós motiva a buscar sempre o melhor em nós mesmos.

Agradecemos também aos irmãos Leandro R. Leirias, Gabirela Dutra, Daísia Dutra e Maria Clara pelo apoio, carinho e motivação para sempre seguir em frente.

À nossa orientadora Prof. Msc. Luciane Dagostini, pela atenção, companheirismo, carinho e dedicação que empenhou para a realização deste trabalho.

A todos os professores do curso de Ciências Contábeis da UTFPR - Campus de Pato Branco, por nos proporcionar conhecimento e dedicação a nossa formação acadêmica.

E a todos que de alguma forma contribuíram para o nosso desenvolvimento pessoal e profissional.

## RESUMO

LERIAS, Ana Paula Bueno; DUTRA, Bruno Machado Rocha. **Estudo Comparativo da Arrecadação Tributária relacionado aos investimentos na saúde, educação e despesas com pessoal dos municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná.** 2016. 179f. Trabalho de Conclusão de Curso Bacharelado em Ciências Contábeis - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Pato Branco, 2016.

Esta pesquisa teve como objetivo realizar um estudo comparativo da arrecadação tributária e a destinação dos recursos para as áreas de saúde, educação e despesas com pessoal entre os trinta e sete municípios da mesorregião sudoeste do Paraná. Para alcançar o objetivo proposto, realizou-se uma análise das arrecadações através das demonstrações contábeis dos municípios estudados, divulgadas no Sistema do Tesouro Nacional, nos anos de 2011 a 2013. Bem como a destinação dos recursos arrecadados e a sua evolução. Para subsidiar o entendimento do estudo, foram abordados, a fundamentação teórica acerca da receita tributária municipal, a repartição tributária e os principais aspectos do IPTU, ISS, ITBI, QPM-ICMS, QPM-IPVA e FPM como parte das Receitas Correntes Líquidas. E ainda, os limites de gastos a serem observados pelos municípios, para a saúde, educação e despesas com pessoal. Apresentam-se na pesquisa os dados históricos dos municípios da mesorregião sudoeste do Paraná, acerca de sua fundação, primeiros moradores, e data de sua emancipação, e também dados estatísticos divulgados pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística. A arrecadação tributária dos municípios foi submetida à análise vertical e horizontal, para demonstrar a sua evolução no decorrer do período de 2011 a 2013. Após estudo e análises dos dados coletados, como resultado, verificou-se que, a destinação de recursos para a área da educação no ano de 2011, não correspondem à determinação legislativa em 24 dos 37 municípios analisados. Em 2012, 14 dos 37 municípios estudados não destinaram a educação os valores mínimos estabelecidos pela legislação. E em 2013, 19 dentre os 36 municípios.

**Palavras chave:** Estudo comparativo. Arrecadação tributária municipal. Destinação de recursos para saúde, educação e despesas com pessoal. Receitas correntes líquidas.

## ABSTRACT

LERIAS, Ana Paula Bueno; DUTRA, Bruno Machado Rocha. **Study of Comparative Tax Revenue related to investments in health, education and expenses of the municipalities of Mesoregion Southwest Paraná.** 2016. 179f. Work Completion of course Bachelor of Science in Accounting - Federal Technological University of Paraná. Pato Branco, 2016.

This research aimed to carry out a comparative study of tax collection and allocation of resources for health, education and expenses among the thirty-seven municipalities of meso southwestern Paraná. To achieve the proposed objective, we conducted an analysis of the collections through the financial statements of municipalities studied, disclosed in the system of the National Treasury in the years 2011 to 2013. As well as the allocation of funds raised and their evolution. To support the understanding of the study were discussed, the theoretical foundation about the municipal tax revenue, the tax division and the main aspects of property tax, ISS, ITBI, QPM-ICMS, QPM-IPVA and FPM as part of Net Income Chains. And yet, the spending limits to be observed by municipalities, health, education and personnel expenses. They present research the historical data of the municipalities of meso southwest of Parana, about its foundation, first residents, and date of their emancipation, and also statistical data released by the Brazilian Institute of Geography and Statistics. The tax revenues of municipalities was submitted to vertical and horizontal analysis, to demonstrate its evolution during the period from 2011 to 2013. After study and analysis of the data collected as a result, it was found that the allocation of resources to the area education in the year 2011 do not correspond to the legislative determination in 24 of the 37 municipalities analyzed. In 2012, 14 of the 37 cities studied did not allocate to education the minimum values established by law. And in 2013, 19 out of the 36 municipalities.

**Keywords:**Comparative study. Municipal tax revenues.Resource allocation for health, education and personnel expenses. Net current income.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	24
--	----

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Limites de gastos com Educação nos entes da Federação.....	68
Gráfico 2 - Limite de gastos em Despesas com Pessoal na esfera municipal. ....	69
Gráfico 3 - Análise da arrecadação do município de Ampére. ....	76
Gráfico 4 - Análise da arrecadação do município de Bela Vista da Caroba. ....	78
Gráfico 5 - Análise da arrecadação do Município de Capanema. ....	79
Gráfico 6 - Análise da arrecadação do Município de Pérola D'Oeste.....	81
Gráfico 7 - Análise da arrecadação do Município de Planalto.....	83
Gráfico 8 - Análise da arrecadação do Município de Pranchita.....	84
Gráfico 9 - Análise da arrecadação do Município de Realeza.....	86
Gráfico 10 - Análise da arrecadação do Município de Santa Izabel do Oeste.....	87
Gráfico 11 - Análise da arrecadação do Município de Barracão. ....	91
Gráfico 12 - Análise da arrecadação do Município de Boa Esperança do Iguaçu. ....	93
Gráfico 13 - Análise da arrecadação do Município de Bom Jesus do Sul. ....	95
Gráfico 14 - Análise da arrecadação do Município de Cruzeiro do Iguaçu.....	96
Gráfico 15 - Análise da arrecadação do Município de Dois Vizinhos. ....	98
Gráfico 16 - Análise da arrecadação do Município de Enéas Marques.....	99
Gráfico 17 - Análise da arrecadação do Município de Flor da Serra do Sul.....	101
Gráfico 18 - Análise da arrecadação do Município de Francisco Beltrão. ....	102
Gráfico 19 - Análise da arrecadação do Município de Manfrinópolis.....	104
Gráfico 20 - Análise da arrecadação do Município de Marmeleiro. ....	105
Gráfico 21 - Análise da arrecadação do Município de Nova Esperança do Sudoeste. .....	107
Gráfico 22 - Análise da arrecadação do Município de Nova Prata do Iguaçu. ....	109
Gráfico 23 - Análise da arrecadação do Município de Pinhal de São Bento. ....	110
Gráfico 24 - Análise da arrecadação do Município de Renascença. ....	112
Gráfico 25 - Análise da arrecadação do Município de Salgado Filho.....	114
Gráfico 26 - Análise da arrecadação do Município de Salto do Lontra.....	115
Gráfico 27 - Análise da arrecadação do Município de Santo Antônio do Sudoeste.....	117
Gráfico 28 - Análise da arrecadação do Município de São Jorge D'Oeste.....	119
Gráfico 29 - Análise da arrecadação do Município de Verê. ....	120
Gráfico 30 - Análise da arrecadação do Município de Bom Sucesso do Sul.....	124
Gráfico 31 - Análise da arrecadação do Município de Chopinzinho. ....	126
Gráfico 32 - Análise da arrecadação do Município de Coronel Vivida.....	127
Gráfico 33 - Análise da arrecadação do Município de Itapejara D'Oeste. ....	129
Gráfico 34 - Análise da arrecadação do Município de Mariópolis.....	131
Gráfico 35 - Análise da arrecadação do Município de Pato Branco .....	132
Gráfico 36 - Análise da arrecadação do Município de São João.....	134
Gráfico 37 - Análise da arrecadação do Município de Saudade do Iguaçu.....	136

Gráfico 38 - Análise da arrecadação do Município de Sulina.....	137
Gráfico 39 - Análise da arrecadação do Município de Vitorino.....	139

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	23
Quadro 2 – Princípios do Sistema Tributário Nacional.....	45
Quadro 3 - Impostos por Competência Tributária. ....	52
Quadro 4 - Classificação das Receitas Correntes conforme Anexo 3, da Lei Federal 4.320/64 .....	64
Quadro 5 - Classificação das Receitas de Capital conforme Anexo 3, da Lei Federal 4.320/64.....	65

## **LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Repasse de Tributos de Competência estadual.....	55
Tabela 2 - Análise Vertical e Horizontal da arrecadação própria da Microrregião de Capanema.....	74
Tabela 3 - Análise Vertical e Horizontal das Transferências Correntes de ICMS, IPVA e FPM da Microrregião de Capanema. ....	75
Tabela 4 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Ampére. ...	77
Tabela 5 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Bela Vista da Caroba. ....	78
Tabela 6 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Capanema. ....	80
Tabela 7 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Pérola D'Oeste. ....	81
Tabela 8 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Planalto....	83
Tabela 9 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Pranchita. ....	85
Tabela 10 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Realeza. ....	86
Tabela 11 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Santa Izabel do Oeste. ....	88
Tabela 12 - Análise Vertical e Horizontal da arrecadação própria da Microrregião de Francisco Beltrão. ....	89
Tabela 13 - Análise Vertical e Horizontal das Transferências Correntes de ICMS, IPVA e FPM da Microrregião de Francisco Beltrão. ....	90
Tabela 14 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Barracão. ....	92
Tabela 15 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Boa Esperança do Iguaçu. ....	93
Tabela 16 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Bom Jesus do Sul. ....	95
Tabela 17 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Cruzeiro do Iguaçu. ....	97



Tabela 18 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Dois Vizinhos.....	98
Tabela 19 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Enéas Marques.....	100
Tabela 20 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Flor da Serra do Sul.....	101
Tabela 21 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Francisco Beltrão.....	103
Tabela 22 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Marmeleiro.....	106
Tabela 23 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Nova Esperança do Sudoeste.....	108
Tabela 24 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Nova Prata do Iguçu.....	109
Tabela 25 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Pinhal de São Bento.....	111
Tabela 26 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Renascença.....	112
Tabela 27 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Salgado Filho.....	114
Tabela 28 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Salto do Lontra.....	116
Tabela 29 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Santo Antônio do Sudoeste.....	118
Tabela 30 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de São Jorge D'Oeste.....	119
Tabela 31 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Verê.....	121
Tabela 32 - Análise Vertical e Horizontal da arrecadação própria da Microrregião de Pato Branco.....	122
Tabela 33 - Análise Vertical e Horizontal das Transferências Correntes de ICMS, IPVA e FPM da Microrregião de Pato Branco. (continua).....	123
Tabela 34 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Bom Sucesso do Sul.....	125
Tabela 35 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Chopinzinho.....	126
Tabela 36 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Coronel Vivida.....	128
Tabela 37 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Itapejara D'Oeste.....	130
Tabela 38 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Mariópolis.....	131
Tabela 39 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Pato Branco.....	133

Tabela 40 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de São João. .....	134
Tabela 41 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Saudade do Iguaçu.....	136
Tabela 42 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Sulina... 138	
Tabela 43 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Vitorino. 139	
Tabela 44 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Ampére ..... 147	
Tabela 45 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Bela Vista da Caroba. .....	147
Tabela 46 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Capanema. (continua) .....	148
Tabela 47 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Pérola D'Oeste. .... 148	
Tabela 48 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Planalto. (continua) .....	148
Tabela 49 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Pranchita. .... 149	
Tabela 50 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Realeza. .... 149	
Tabela 51 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Santa Izabel do Oeste. .....	150
Tabela 52 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Barracão. .... 150	
Tabela 53 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Boa Esperança do Iguaçu. (continua).....	150
Tabela 54 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Bom Jesus do Sul. .... 151	
Tabela 55 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Cruzeiro do Iguaçu... 151	
Tabela 56 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Dois Vizinhos. .... 152	
Tabela 57 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Enéas Marques. .... 152	
Tabela 58 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Francisco Beltrão. (continua) .....	152
Tabela 59 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Flor da Serra. .... 153	
Tabela 60 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Manfrinópolis..... 153	
Tabela 61 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Marmeleiro. .... 154	
Tabela 62 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Nova Esperança do Sudoeste. ....	154
Tabela 63 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Nova Prata do Iguaçu. (continua) .....	154
Tabela 64 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Pinhal de São Bento. 155	
Tabela 65 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Renascença. .... 155	
Tabela 66 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Salgado Filho. .... 156	
Tabela 67 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Salto do Lontra. .... 156	
Tabela 68 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Santo Antônio do Sudoeste. (continua) .....	156
Tabela 69 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de São Jorge D'Oeste. .... 157	
Tabela 70 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Verê. .... 157	
Tabela 71 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Bom Sucesso do Sul. 158	
Tabela 72 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Chopinzinho. .... 158	

Tabela 73 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Coronel Vivida. (continua) .....	158
Tabela 74 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Itapejara D'Oeste. ....	159
Tabela 75 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Mariópolis.....	159
Tabela 76 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Pato Branco. ....	160
Tabela 77 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de São João.....	160
Tabela 78 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Saudade do Iguaçu. (continua) .....	160
Tabela 79 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Sulina. ....	161
Tabela 80 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Vitorino.....	161
Tabela 81 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Ampére. ....	162
Tabela 82 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Bela Vista da Caroba.....	162
Tabela 83 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Capanema. (continua) .....	162
Tabela 84 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Pérola D'Oeste. ....	163
Tabela 85 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Planalto. (continua) .....	163
Tabela 86 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Pranchita. .....	164
Tabela 87 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Realeza. ....	164
Tabela 88 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Santa Izabel do Oeste. (Continua) .....	164
Tabela 89 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Barracão. .....	165
Tabela 90 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Boa Esperança do Iguaçu. (continua) .....	165
Tabela 91 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Bom Jesus do Sul. ....	166
Tabela 92 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Cruzeiro do Iguaçu. ....	166
Tabela 93 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Dois Vizinhos.....	167
Tabela 94 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Enéas Marques. ....	167
Tabela 95 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Francisco Beltrão. (continua) .....	167
Tabela 96 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Flor da Serra do Sul. ....	168
Tabela 97 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Manfrinópolis.....	168
Tabela 98 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Marmeleiro. .....	169

Tabela 99 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Nova Esperança do Sudoeste. ....	169
Tabela 100 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Nova Prata do Iguaçu. (continua) .....	169
Tabela 101 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Pinhal de São Bento.....	170
Tabela 102 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Renascença. (continua) .....	170
Tabela 103 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Salgado Filho. ....	171
Tabela 104 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Salto do Lontra. ....	171
Tabela 105 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Santo Antônio do Sudoeste. ....	172
Tabela 106 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de São Jorge D'Oeste. ....	172
Tabela 107 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Verê. (continua) .....	172
Tabela 108 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Bom Sucesso do Sul. ....	173
Tabela 109 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Chopinzinho. ....	173
Tabela 110 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Coronel Vivida. ....	174
Tabela 111 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Itapejara D'Oeste. ....	174
Tabela 112 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Mariópolis. (continua) .....	174
Tabela 113 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Pato Branco.....	175
Tabela 114 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de São João. ....	175
Tabela 115 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Saudade do Iguaçu.....	176
Tabela 116 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Sulina..	176
Tabela 117 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Vitorino. (continua) .....	176

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AH	Análise Horizontal
CF	Constituição Federal
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CSLL	Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido
CTN	Código tributário Nacional
FPM	Fundo de Participação dos Municípios
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMS	Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços
IE	Inscrição Estadual
IGF	Imposto sobre Grandes Fortunas
IOF	Imposto Sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativo a Títulos mobiliários
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPI	Imposto sobre produtos Industrializados
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IPVA	Imposto sobre propriedade de Veículos Automotores
IR	Imposto de Renda
ISS	Imposto sobre serviço
ITBI	Imposto de Transmissão de Bens Imóveis Inter Vivos
ITCMD	Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doações de quaisquer bens ou direitos
ITR	Imposto sobre Propriedade Territorial Rural
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
QPM	Quota-parte Municipal
RCL	Receitas Correntes Líquidas
RREO	Relatório Resumido da Execução Orçamentária
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE/PR	Tribunal de Contas do Estado do Paraná
Transf.	Transferência

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>16</b>
1.1.CONTEXTUALIZAÇÃO.....	16
1.2.PROBLEMA DE PESQUISA.....	19
1.3.OBJETIVOS.....	20
1.3.1. Objetivo Geral .....	20
1.3.2. Objetivos Específicos.....	20
1.4.RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA.....	20
1.5.DELIMITAÇÃO E ESTRUTURA DO PROJETO .....	21
1.5.1. Delimitação.....	21
1.5.2. Apresentação Dos Municípios.....	22
1.5.2.1. Microrregião de Capanema.....	24
1.5.2.2. Microrregião de Francisco Beltrão.....	27
1.5.2.3. Microrregião de Pato Branco .....	36
1.5.3. Estrutura do Projeto .....	42
<b>2. REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>43</b>
2.1.SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO .....	43
2.2.TRIBUTO .....	46
2.2.1. Imposto.....	48
2.2.2. Taxa.....	49
2.2.3. Contribuição De Melhoria.....	51
2.3.COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA .....	51
2.4.IMPOSTOS ARRECADADOS PELOS MUNICÍPIOS .....	53
2.4.1. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN ou ISS).....	53
2.4.2. Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) .....	54
2.4.3. Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI) .....	54
2.5.IMPOSTOS REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS.....	55
2.5.1. Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) .....	56
2.5.2. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço (ICMS) .....	56
2.6.FUNDO DE PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL (FPM) .....	57
2.7.ORÇAMENTO PÚBLICO .....	58
2.7.1. Plano Plurianual (PPA).....	59
2.7.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) .....	60
2.7.3. Lei de Orçamentos Anuais (LOA) .....	61
2.8.COMPOSIÇÃO DA RECEITA PÚBLICA.....	62

2.8.1. Receita Orçamentária .....	63
2.8.2. Receita Extra-ornamentaria .....	65
2.9.LIMITES DE GASTOS COM SAÚDE, EDUCAÇÃO E DESPESAS COM PESSOAL.....	66
2.9.1. Limites de Gastos com Saúde .....	66
2.9.2. Limites de Gastos com Educação.....	67
2.9.3. Limites de Gastos com Despesas com Pessoal .....	68
<b>3. METODOLOGIA DA PESQUISA .....</b>	<b>70</b>
3.1.ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO .....	70
3.2.COLETA E ANÁLISE DE DADOS .....	71
3.2.1. Coleta De Dados.....	71
3.2.2. Análise dos dados .....	72
<b>4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS .....</b>	<b>74</b>
4.1.MICRORREGIÃO DE CAPANEMA .....	74
4.1.1. Ampére.....	76
4.1.2. Bela Vista da Caroba .....	78
4.1.3. Capanema .....	79
4.1.4. Pérola D'Oeste.....	81
4.1.5. Planalto .....	82
4.1.6. Pranchita.....	84
4.1.7. Realeza .....	85
4.1.8. Santa Izabel do Oeste .....	87
4.2.MICRORREGIÃO DE FRANCISCO BELTRÃO .....	89
4.2.1. Barracão.....	91
4.2.2. Boa Esperança do Iguaçu .....	93
4.2.3. Bom Jesus do Sul.....	94
4.2.4. Cruzeiro do Iguaçu .....	96
4.2.5. Dois Vizinhos.....	97
4.2.6. Enéas Marques.....	99
4.2.7. Flor da Serra do Sul .....	100
4.2.8. Francisco Beltrão.....	102
4.2.9. Manfrinópolis .....	104
4.2.10. Marmeleiro.....	105
4.2.11. Nova Esperança do Sudoeste.....	107
4.2.12. Nova Prata do Iguaçu .....	108

4.2.13. Pinhal de São Bento.....	110
4.2.14. Renascença.....	111
4.2.15. Salgado Filho .....	113
4.2.16. Salto do Lontra.....	115
4.2.17. Santo Antônio do Sudoeste .....	117
4.2.18. São Jorge D'Oeste .....	118
4.2.19. Verê .....	120
<b>4.3. MICRORREGIÃO DE PATO BRANCO.....</b>	<b>122</b>
4.3.1. Bom Sucesso do Sul.....	124
4.3.2. Chopinzinho.....	125
4.3.3. Coronel Vivida .....	127
4.3.4. Itapejara D'Oeste.....	129
4.3.5. Mariópolis.....	130
4.3.6. Pato Branco.....	132
4.3.7. São João .....	134
4.3.8. Saudade do Iguaçu .....	135
4.3.9. Sulina.....	137
4.3.10. Vitorino .....	138
4.4. SÍNTESE DE RESULTADOS OBTIDOS.....	140
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>142</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>144</b>
<b>APÊNDICE.....</b>	<b>147</b>
APÊNDICE A – Análises vertical e horizontal da arrecadação própria dos Municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	147
APÊNDICE B – Análises vertical e horizontal das transferências correntes dos Municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná.....	162



## 1. INTRODUÇÃO

Neste capítulo serão abordados, os seguintes tópicos introdutórios, com intuito de nortear o entendimento do projeto de pesquisa: I) contextualização, II) problema de pesquisa, III) objetivos geral e específicos, IV) relevância e justificativa, V) delimitação e estrutura do projeto.

### 1.1. CONTEXTUALIZAÇÃO

Pela elevada carga tributária que possui, o Brasil ocupa lugar de destaque dentre os outros países. No entanto, países mais desenvolvidos, como o Japão, por exemplo, apresentam um Produto Interno Bruto (PIB) mais elevado que o do Brasil.

Conforme Salvador (2007), a carga tributária é um indicador que representa a relação entre o volume de recursos que o Estado arrecada da sociedade na forma de taxas, impostos e contribuições para financiar as atividades que se encontram sob sua responsabilidade, e o PIB. O Estado brasileiro é financiado pelos trabalhadores assalariados e as classes de menor poder aquisitivo, que são responsáveis por 61% das receitas arrecadadas pela União.

Segundo Salvador (2007), mais da metade da arrecadação tributária do país é originada de impostos cobrados sobre o consumo (bens e serviços), atingindo dessa forma a população de baixa renda, que precisa suportar uma elevada tributação indireta.

Eich e Lozecky (2006), relatam que, na primeira vez que foi medida a carga tributária brasileira, que foi tomada em 1947, resultou em um percentual de 13,8% do PIB nacional. Desde então vem apresentando um crescimento contínuo. Conforme os dados da Secretaria da Receita Federal a carga tributária brasileira atingia 19% do PIB nacional, em 1965, duas décadas após a primeira medição.

Como consequência da alteração do Sistema Tributário Nacional, através da Emenda Constitucional n.º 18 de primeiro de dezembro de 1965, houve um crescimento, chegando ao índice de 26% do PIB em 1970.

De acordo com Rosa (2006), nesse período de grande explosão econômica o governo optou por obter aumentos de arrecadação apenas com o crescimento econômico do país, fazendo com que a carga tributária durante a década de 70 e durante a primeira metade da década de 80 se mantivesse estável. Em 1986 a carga tributária encontrava-se praticamente no mesmo patamar de 1970, com 26,2% do PIB.

Segundo Tesch (2008), com a Constituição Federal de 1988, surgiu também à descentralização fiscal, fenômeno que teve como um de seus principais objetivos, incentivar o fortalecimento dos estados e municípios, tanto político quanto financeiro. Os municípios passam a ter maior autonomia política, no sentido de elaboração de Lei Orgânica, saindo, de certa forma da tutela do estado.

Nesse contexto, cresce a importância da distribuição dos recursos aos municípios para o financiamento dos gastos do setor público brasileiro, principalmente com saúde e educação. Para Tesch (2008), o fenômeno denominado como, municipalização, tem como característica uma série de atribuições aos municípios, sem que haja uma necessidade de participação ou interferência de outras esferas de poder, proporcionando aos municípios maior eficiência em questões que lhes são mais necessárias.

Segundo Afonso e Araújo (2001), a descentralização promovida pela Constituição Federal de 1988 foi um fenômeno de "municipalização" importante da fração da receita gerada por todas as instâncias de governo brasileiras. Em outras palavras, esse fenômeno dá maior autonomia aos municípios na aplicação de seus recursos arrecadados, particularmente aqueles originários de repasses.

Com isso, o tema gestão pública passa a ter maior dimensionamento na esfera dos governos municipais. Para Guedes (2007), porém, os estados e municípios tiveram seu fortalecimento baseado mais no aumento das transferências constitucionais do que no aumento de sua capacidade de arrecadação de impostos de natureza própria. Como transferências constitucionais, que também são conhecidas como, transferências intergovernamentais, registram-se os valores de receitas recebidas por meio de transferências ocorridas entre diferentes esferas do governo. Ou seja, a receita corrente de transferência, nada mais é que a partilha de determinados tributos arrecadados pela união com os Estados, o Distrito Federal e os municípios. A referida partilha é realizada de acordo com o que rege a Constituição Federal e Lei de Responsabilidade Fiscal.

Podem ser identificados como principais transferências constitucionais, o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e o Fundo de Participação dos Estados (FPE).

Os municípios brasileiros, por outro lado, demonstram um conjunto de receitas correntes formadas por recursos próprios e por transferências da União e dos Estados, conforme afirma Silva (2009). Dessa forma, as mais importantes são as transferências da União. Sendo assim, a maioria dos municípios torna-se bastante dependentes delas (SOUZA; FREITAS, 2009).

No entanto, nos últimos anos, observa-se que as receitas próprias municipais vêm demonstrando notável evolução. Afonso e Araújo (2001) identificam que, desde a constituição de 1988 até o ano de 2000, houve um aumento na casa dos 12,2 bilhões no volume de recursos próprios arrecadados, um acréscimo de aproximadamente 196%, traduzindo uma significativa elevação.

Tesch (2008) afirma que, as arrecadações dos municípios dependem também do seu ambiente interno, pois esse sofre mudanças rápidas devido a sucessivos mandatos eletivos. Com isso, os gestores municipais precisam e devem buscar a eficiência e eficácia da gestão dos municípios da mesma forma que outros entes da federação fazem para utilizar, arrecadar, guardar, gerenciar ou administrar recursos monetários, bens e valores públicos.

Neste sentido, a fiscalização contábil, financeira e orçamentária, operacional e patrimonial, é exercida pelo controle externo através do Tribunal de Contas da União e Tribunal de Contas do Estado, no Estado e Municípios, e das entidades da administração direta e indireta. Para Tesch (2008), a noção de transparência no âmbito governamental é cada vez mais defendida pelo processo democrático de acesso às informações sobre a ação dos gestores públicos.

Este trabalho visa ampliar o conhecimento sobre as peculiaridades da administração tributária municipal. Referindo-se ao comportamento dos níveis de arrecadação das receitas correntes líquidas do IPTU, ITBI e do ISS e demais receitas, como receitas próprias sobre as receitas de transferências (QPM-ICMS e QPM-IPVA), bem como FPM. Sua evolução e relação com a destinação desses recursos para educação, saúde e manutenção da máquina pública (despesas com pessoal) dos municípios da região sudoeste do estado do Paraná, podendo oferecer subsídios para uma melhor compreensão das demonstrações e publicações das contas públicas e a limitação dos gastos em relação às receitas.

## 1.2. PROBLEMA DE PESQUISA

Em observância aos efeitos, sentidos principalmente pelas Prefeituras, advindos com a Lei de Responsabilidade Fiscal, bem como pelo campo de atuação do governo em relação à arrecadação e também as modificações ocorridas a cada pleito eleitoral, o dever pelo bom desempenho das finanças públicas fica a cargo dos administradores públicos.

Para Tesch (2008), os administradores públicos ficam obrigados a arcar com as responsabilidades inerentes às suas funções e sujeitos às penalidades previstas em legislação própria e reforçadas pela LRF.

Diante desse novo cenário, que surge através da implementação da LRF, faz-se necessário o estabelecimento de metas e controles. Dessa forma, como processo inicial, as circunstâncias propõem uma comparação entre as formas de arrecadação no âmbito interno (receitas próprias do município comparadas com as receitas de transferência) como também no externo (comparando a arrecadação entre os municípios de uma mesma região).

Sabe-se também que, o percentual de dispêndio das prefeituras são fixados tomando como base as receitas correntes líquidas. Com isso, deve-se também verificar as demais receitas para que se possa realizar uma análise da real situação financeira dos municípios.

Com base na contextualização sobre a temática escolhida, a pergunta que se pretende responder neste trabalho é: *O desempenho da arrecadação tributária municipal relacionado à dinâmica de destinação dos recursos arrecadados nos municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná condizem com o que é estabelecido pela legislação vigente?*

### 1.3. OBJETIVOS

#### 1.3.1. Objetivo Geral

Com a definição da problemática que rege o presente trabalho, e na intenção de respondê-la, remete-se ao objetivo geral que é: realizar um estudo comparativo da arrecadação dos tributos municipais e verificar se a destinação desses recursos nos municípios da mesorregião sudoeste do estado do Paraná atende aos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente.

#### 1.3.2. Objetivos Específicos

Para alcançar o objetivo geral deste trabalho, faz-se necessário o desenvolvimento dos seguintes objetivos específicos:

- a) Apresentar os fundamentos legais da Arrecadação Tributária e os aspectos essenciais do IPTU, ISS, ITBI, QPM-ICMS, QPM-IPVA e FPM como parte das Receitas Correntes Líquidas (RCL), Receitas Próprias e Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF);
- b) Apresentar a realização da arrecadação do IPTU, ISS, ITBI, QPM-ICMS, QPM-IPVA e FPM;
- c) Verificar a destinação da receita arrecadada relacionado com a destinação para saúde, educação e despesas com pessoal nos municípios estudados.

### 1.4. RELEVÂNCIA E JUSTIFICATIVA

A arrecadação de tributos pela União, Estados e Municípios tem importância substancial para os cidadãos, pois tem como objetivo o financiamento da oferta de

bens e serviços públicos bem como o custeio de obras de melhoramento da infraestrutura de um dado espaço, como também serve para financiar a formulação de políticas públicas.

Embora toda informação acerca da situação das administrações públicas dos municípios em relação à arrecadação de tributos seja divulgada através do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR, Secretaria do Tesouro Nacional - STN e em portais da transparência acredita-se que a sociedade não tenha noção da real situação em que elas se encontram. Essa também pode ser uma oportunidade para verificar-se o desempenho da administração pública local das prefeituras dos municípios da mesorregião sudoeste do Paraná está de acordo com o que rege a Lei de Responsabilidade Fiscal.

A presente pesquisa tem relevância e importância para a sociedade em geral e mais ainda nos municípios estudados, pois o bom desempenho e bom andamento de uma prefeitura dependem da arrecadação local e da administração dos recursos. Uma análise mais apurada do assunto proposto, do ponto de vista acadêmico sobre os municípios estudados pode contribuir para adoção de práticas e técnicas de planejamento, gerenciamento e organização no controle das despesas públicas.

Através do tema pesquisado, espera-se contribuir para o conhecimento das informações econômicas das administrações públicas, no âmbito acadêmico, a partir do estudo comparativo da evolução da arrecadação dos tributos municipais e estaduais repassados aos municípios, diretamente relacionados à destinação dos recursos para a educação, saúde e gastos com pessoal (manutenção da máquina pública) nos municípios estudados.

## 1.5. DELIMITAÇÃO E ESTRUTURA DO PROJETO

### 1.5.1. Delimitação

A pesquisa terá como abrangência o estudo comparativo da arrecadação de tributos municipais nos municípios da mesorregião sudoeste do Paraná, através da

análise das publicações de seus Balanços e Demonstrações de Resultado e investigação de dados estatísticos publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) considerando um período de três anos (2011 à 2013).

### 1.5.2. Apresentação Dos Municípios

Nesta subseção apresentar-se-ão, os municípios que serão foco deste trabalho. Como já citado na delimitação do tema, os municípios estudados serão os da Mesorregião Sudoeste do Estado do Paraná, que é subdividida em microrregiões.

O quadro a seguir apresenta divisão dos municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná em suas respectivas microrregiões.

(continua)

<b>Microrregião de Capanema</b>
Ampére
Bela Vista da Caroba
Capanema
Pérola D'Oeste
Planalto
Pranchita
Realeza
Santa Izabel do Oeste
<b>Microrregião de Francisco Beltrão</b>
Barracão
Boa Esperança do Iguaçu
Bom Jesus do Sul
Cruzeiro do Iguaçu
Dois Vizinhos
Enéas Marques
Flor da Serra do Sul
Francisco Beltrão
Manfrinópolis
Marmeleiro
Nova Esperança do Sudoeste

<b>Microrregião de Francisco Beltrão</b>
Nova Prata do Iguaçu
Pinhal de São Bento
Renascença
Salgado Filho
Salto do Lontra
Santo Antônio do Sudoeste
São Jorge D'Oeste
Verê
<b>Microrregião de Pato Branco</b>
Bom Sucesso do Sul
Chopinzinho
Coronel Vivida
Itapejara D'Oeste
Mariópolis
Pato Branco
São João
Saudade do Iguaçu
Sulina
Vitorino

**Quadro 1 - Municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná.**

**Fonte: Adaptado de Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES).**

O quadro três, acima, apresenta os 37 municípios pertencentes a Mesorregião Sudoeste do Paraná, subdivididos dentro de suas respectivas microrregiões. Cabe ressaltar que os municípios englobados pelas microrregiões de Palmas, Guarapuava e Pitanga, não fazem parte da Mesorregião Sudoeste Paranaense, portanto não serão analisados por esse estudo.

A figura um, abaixo, apresenta a representação cartográfica da Mesorregião Sudoeste do estado do Paraná, destacada na cor vermelha.





**Figura 1 - Mesorregião Sudoeste do Paraná.**  
**Fonte: Adaptado de IBGE Cidades.**

Para levar ao conhecimento do leitor, os principais dados acerca dos municípios selecionados, estes serão segregados em suas respectivas microrregiões e suas características abordadas individualmente na mesma ordem em que se apresentam no quadro um.

#### 1.5.2.1. Microrregião de Capanema

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em conjunto com o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES), a Microrregião de Capanema é composta atualmente por oito municípios e possui uma área total de 2.317,357 km<sup>2</sup>. Os municípios que compõem a referida Microrregião são:

##### a. Ampére

A colonização do município de Ampére iniciou-se em meados do ano de 1947, sendo o seu primeiro morador o senhor João Pociano de Almeida. No ano

seguinte chegaram outras famílias, e no ano de 1949 foi construída a primeira capela do município.

Em dezembro de 1957 Ampére foi elevada a condição de distrito. O município de Ampére teve sua emancipação política determinada pela Lei Estadual número 4348, em 11 de abril de 1961 e foi instalado em 28 de novembro do mesmo ano.

Segundo dados do IBGE, a área territorial do município é de 298,349 km<sup>2</sup> e a população estimada no período de realização da pesquisa era de 17.760.

#### b. Bela Vista da Caroba

Bela Vista da Caroba teve sua colonização em meados de 1949, com a chegada das famílias, Pinheiro, Castanha e Aurélio, vindas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A emancipação do município ocorreu em dezembro de 1995 a partir do desmembramento de Pérola D'Oeste e Pranchita. Em 1996 foram realizadas as primeiras eleições.

Segundo dados publicados pelo IBGE a área territorial do município é de 166.88 Km<sup>2</sup>.

#### c. Capanema

Localizada próximo ao Parque Nacional do Iguaçu, Capanema teve sua colonização iniciada por volta de 1950, predominantemente por imigrantes de origem alemã e italiana vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. A cidade teve sua emancipação em novembro de 1951.

A área territorial do município de Capanema, segundo dados do IBGE, é de 419,036 km<sup>2</sup>. E no território do município está localizada a Ponte Internacional sobre o Rio Santo Antônio, que liga o Brasil, pelas rodovias PR-281 e PR-889 à Argentina.

#### d. Pérola d'Oeste

Pérola D'Oeste foi iniciada em 1948 com a instalação das primeiras famílias. O município, nessa época, não passava de uma área florestal densa, porém de solo muito fértil, motivo pelo qual despertou o interesse dos pequenos agricultores vindo do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Pérola D'Oeste foi elevada a condição de município em abril de 1961, a partir do desmembramento do município de Capanema.

Localizada a aproximadamente 555 km da capital do estado, Curitiba, a cidade conta com uma área territorial de 205,279km<sup>2</sup> segundo dados do IBGE.

#### e. Planalto

O município de Planalto iniciou-se em 1951 por colonos alemães e italianos, inicialmente dedicados ao plantio de subsistência e criação de pequenos animais como suínos e galinhas.

Também desmembrado de Capanema o município foi elevado a distrito em 1962 e emancipado em novembro de 1963. A extensão territorial de Planalto é de 346,241km<sup>2</sup>, conforme dados do IBGE.

#### f. Pranchita

Os primeiros moradores de Pranchita, os paraguaios Dom Lucca Ferreira e João Romero, instalaram-se na cidade em meados de 1902. Na época, a principal riqueza do local era a erva mate, riqueza essa extraída por seus primeiros moradores e utilizada como fonte de renda. As próximas famílias chegaram apenas a partir de 1925, vindas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina e de origem italiana.

Localizada na fronteira com a Argentina, Pranchita possui uma área territorial de 226,140 km<sup>2</sup>, segundo dados do IBGE.

#### g. Realeza

Realeza teve seu início por volta de 1958. O grande idealizador do município foi Bruno Zuttion que adquiriu uma área de 150 alqueires, local onde hoje é o centro de Realeza, e negociou com industrialistas do Rio Grande do Sul para que fosse alocada ali uma grande indústria extrativa de madeira.

A emancipação do município ocorreu em junho de 1963. Conforme os dados do IBGE, a área territorial de Realeza é 353,416 km<sup>2</sup>.

#### h. Santa Izabel do Oeste

Santa Izabel do Oeste foi colonizada a partir de 1948. Seus primeiros moradores vieram de Santa Catarina em busca de terra fértil para plantio dando a denominação de Sarandi à terra que estavam desbravando.

A emancipação de Santa Izabel do Oeste ocorreu em novembro de 1963 através da lei estadual número 4788. O município também foi emancipado a partir do desmembramento de Capanema.

Segundo dados do IBGE a área territorial de Santa Izabel do Oeste é de 321,182 km<sup>2</sup>.

#### 1.5.2.2. Microrregião de Francisco Beltrão

Conforme dados do IBGE e IPARDES, a Microrregião de Francisco Beltrão possui sua força econômica atrelada ao agronegócio devido ao solo da região, conhecido por latossolo roxo, que favorece muito o plantio devido por ser muito fértil. A Microrregião de Francisco Beltrão possui uma área territorial de 5.451,417 km<sup>2</sup> preenchida por 19 municípios, que são:

#### a. Barracão

Barracão iniciou-se em 1903 como um povoado localizado na região das cadeias dos rios Capanema e Peperi Guaçu na fronteira com a República da Prata. O primeiro morador e também grande propulsor do desenvolvimento do município, era também agente dos correios e telégrafos. A cidade foi colonizada por colonos vindos de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que dedicaram-se a extração de madeira e erva mate.

Barracão foi elevada a município em 1951, pela lei estadual número 790 a partir do desmembramento do município de Clevelandia. A área territorial do município, segundo dados do IBGE é de 171,402 km<sup>2</sup>.

#### b. Boa Esperança do Iguaçu

Os primeiros moradores de Boa Esperança do Iguaçu chegaram ao território onde localiza-se o município em meados de 1949, incentivados pela campanha “Marcha para o oeste” existente nessa época, cujo objetivo era povoar o imenso vazio demográfico da região.

A emancipação de Boa Esperança do Iguaçu ocorreu apenas em abril de 1990, desmembrada de Dois Vizinhos.

Segundo dados do IBGE, a área territorial da cidade é de 151,797 km<sup>2</sup>, e a sua população no período de realização da pesquisa era de 2.764 habitantes.

#### c. Bom Jesus do Sul

Fermino Leal foi o primeiro morador de Bom Jesus do Sul, sua chegada ocorreu por volta de 1914. As próximas famílias chegaram em 1919 e posteriormente, em 1928, chegaram mais algumas famílias para fazer parte do município. Na época a principal preocupação foi verificar que não havia nenhuma

capela no local, com isso, em 1936 foi organizada a primeira missão de evangelização e construída a primeira capela de Bom Jesus do Sul.

Na década de 50, Bom Jesus do Sul foi elevada a distrito de Barracão, com nome de Bom Jesus de Barracão. A emancipação deu-se em dezembro de 1995, mesmo ano em que foi oficializado o nome de Bom Jesus do Sul.

A área territorial do município, conforme dados do IBGE, é de 173,817 km<sup>2</sup>.

#### d. Cruzeiro do Iguaçu

O município de Cruzeiro do Iguaçu iniciou-se em meados de 1934 com a chegada de Atanásio Pires. Apenas quatro anos depois chegou o segundo morador, Felipe Gaudinski, vindo do Rio Grande do Sul.

Em novembro de 1960, Cruzeiro do Iguaçu foi elevado a distrito e a sua emancipação ocorreu em abril de 1990 através da lei estadual 9.232.

A área territorial do município, segundo dados apresentados pelo IBGE é de 161,862 km<sup>2</sup>. O censo demográfico de 2010 apontou uma população de 4.278 habitantes.

#### e. Dois Vizinhos

Dois Vizinhos teve seu início na década de 1940. Colonizada por colonos vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina atraídos pela facilidade na aquisição de terras, as quais eram conseguidas pela simples demarcação.

Em 1953, Dois Vizinhos foi elevada a distrito, e em julho de 1960, pela lei estadual número 4.254 ocorreu a sua emancipação.

A área territorial de Dois Vizinhos, segundo dados do IBGE, é de 418,648 km<sup>2</sup> e a população contada pelo censo demográfico de 2010 foi de 36.179 habitantes.

#### f. Enéas Marques

O início de Enéas Marques se deu em meados de 1947, com a chegada do primeiro morador, senhor José Penso e no ano seguinte de seu irmão Florindo. Em agosto de 1961, o então povoado, foi elevado à categoria de Distrito Administrativo. E em fevereiro de 1964, Enéas Marques foi desmembrado de Francisco Beltrão, tornando-se município através da lei estadual número 4.823.

A área territorial de Enéas Marques, segundo dados do IBGE, é de 192,203km<sup>2</sup> e a sua população no último censo realizado (2010) era de 6.103 habitantes.

#### g. Flor da Serra do Sul

Por volta de 1950, chegavam à região onde atualmente é o território de Flor da Serra do Sul, os seus primeiros moradores. Eles construíram suas casas de madeira lascada e trabalhavam basicamente na agricultura. Na década de 60, surgiu o primeiro comércio na região e também o comércio clandestino de pinhão para a Argentina.

Flor da Serra do Sul foi elevada a condição de município através da lei estadual número 9.300 de junho de 1990, sendo desmembrado dos municípios de Salgado Filho, Marmeleiro e Barracão.

Segundo dados do IBGE, a área territorial do município é de 238,907km<sup>2</sup> e sua população no último censo (2010) foi de 4.726 habitantes.

#### h. Francisco Beltrão

Francisco Beltrão começou a ser povoado em 1947, com a denominação de Vila Marrecas. Damásio Gonçalves construiu a primeira pensão e que deu origem ao primeiro armazém que fora construído por Otávio Araújo. Julio Assis Cavalheiro e

Luiz Antônio Faedo eram proprietários da maior parte das terras da margem direita do rio Marrecas e a partir de sua iniciativa foi elaborado o primeiro mapa da futura cidade.

Ainda em 1947, Faedo e Julio Assis, começaram a vender e também a doar terras com as medidas quase todas padronizadas em 22m X 44m. E assim o povoado foi crescendo.

Francisco Beltrão foi elevado a município a partir da lei estadual número 790 de novembro de 1951.

Conforme dados do IBGE, a área territorial do município de Francisco Beltrão é de 735,111km<sup>2</sup> e a população registrada no último censo (2010) foi de 78.943 habitantes.

#### i. Manfrinópolis

Manfrinópolis começou a ser colonizada em meados de 1956, após a construção da estrada que ligava a futura cidade ao município de Francisco Beltrão. Seus primeiros moradores vieram dos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul. A primeira denominação da localidade foi Encantilado.

Através da lei estadual número 11.261 de dezembro de 1995, Manfrinópolis foi elevada a categoria de município com seu território desmembrado de Salgado Filho.

A área territorial de Manfrinópolis, segundo dados do IBGE, é de 216,415km<sup>2</sup> e a população levantada pelo último censo (2010) foi de 3.127 habitantes.

#### j. Marmeleiro

O município de Marmeleiro surgiu por volta de 1915 com a chegada da família de Hormino Carneiro Lobo. No entanto, o auge da colonização deu-se apenas na década de 1940 com o grande número de migrantes vindos do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.



A emancipação política de Marmeleiro ocorreu em 1961, porém a localidade foi elevada a categoria de município através da lei estadual número 4.245 de julho de 1960.

Segundo dados do IBGE, a área territorial de Marmeleiro é de 387,381km<sup>2</sup> e a sua população registrada pelo último censo em 2010, foi de 13.900 habitantes.

#### k. Nova Esperança do Sudoeste

A colonização de Nova Esperança do Sudoeste iniciou-se em meados da década de 1950 por colonizadores descendes de alemães e italianos, provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina que vieram atraídos pela fertilidade dos solos paranaenses.

Nova Esperança do Sudoeste pertencia ao município de Francisco Beltrão e em 1964 tornou-se distrito de Enéas Marques. No entanto, somente em março de 1992 Nova Esperança do Sudoeste foi confirmada como um município.

A área territorial de Nova Esperança do Sudoeste, segundo dados publicados pelo IBGE, é de 208,472 km<sup>2</sup>.

#### l. Nova Prata do Iguaçu

Em meados de 1948, iniciou-se a colonização de Nova Prata do Iguaçu. Os pioneiros chegaram ao local, atraídos pela qualidade do solo e riqueza das matas. Outro fator que contribuiu para a fixação dos colonos na região onde hoje é o município de Nova Prata do Iguaçu, foi o comércio de gado entre Rio Grande do Sul e São Paulo, pois a região foi utilizada como passagem estratégica para passagem do gado.

Em 1951 Nova Prata do Iguaçu, passou a ser distrito de Salto do Lontra, tornando-se distrito de destaque a pecuária, agricultura e criação suína. A lei que criou o município foi a lei estadual 7272 de 1979, e em 1983 instalou-se definitivamente o município de Nova Prata do Iguaçu.

Segundo dados divulgados pelo IBGE a área territorial total de Nova Prata do Iguazu é de 352,565 km<sup>2</sup> e a sua população registrada no censo foi de 10.377 habitantes.

#### m. Pinhal de São Bento

A região onde está localizada Pinhal de São Bento foi ocupada por volta da década de 1940 por uma comunidade religiosa denominada Os Rutes, fato que originou o nome da localidade que era Pinhal dos Rutes. Em meados de 1954 Algemiro Mota, um dos pioneiros, juntamente com Marciano de Sá, responsável pela distribuição de terras entraram em conflito com a comunidade dos Rutes, ocasionando a saída dos mesmos do local.

Em 1962 Pinhal de São Bento foi elevada a distrito, subordinado ao município de Santo Antônio do Sudoeste. Na década de 1990 foi criado o município de Pinhal de São Bento pela lei 9.278 assinada pelo então Governador Álvaro Dias.

A área territorial de Pinhal de São Bento, conforme dados do IBGE, é de 97,463 km<sup>2</sup>.

#### n. Renascença

Renascença originou-se da fusão de dois distritos, o Distrito de Vargem Bonita, que na época pertencia ao município de Pato Branco e o Distrito de Renascença que pertencia ao município de Clevelandia.

Os primeiros habitantes de Renascença foram caboclos paranaenses, os quais acabaram vendendo suas posses de terras a colonos catarinenses e gaúchos. Essas famílias migraram para a região na década de 1930.

Segundo dados do IBGE, a área total de renascença é de 425,274 km<sup>2</sup>.

o. Salgado Filho

A colonização de Salgado Filho iniciou-se por volta de 1940, com a chegada de imigrantes alemães, italianos, poloneses e caboclos. Os primeiros colonos tinham com base de sua economia o cultivo das terras e por isso, inicialmente, ocupavam as terras na condição de posseiros. Após a revolta dos Posseiros, ocorrida em meados de 1957, a venda de terras na região passou a ser conduzida por uma empresa gaúcha e a partir de então a principal atividade econômica passou a ser a criação de suínos.

Salgado Filho foi elevada à condição de distrito em 1955, pertencendo ao município de Barracão. Em novembro de 1963 foi criado o município de Salgado Filho, através da lei estadual número 4.788.

Segundo dados publicados pelo IBGE, a área territorial de Salgado Filho é de 183,080 km<sup>2</sup>.

p. Salto do Lontra

Por volta de 1951 Salto do Lontra começou a ser colonizada, com a chegada do primeiro morador, o senhor Nicolau e sua família. O nome, Salto do Lontra, originou-se devido a existência de muitas lontras em um rio nas proximidades da vila e a existência de um deslumbrante salto, que inspirou os primeiros moradores. Salto do Lontra foi colonizada inicialmente por descendentes de alemães, poloneses e italianos, vindos dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

Em agosto de 1961, através da lei número 92, Salto do Lontra foi elevada à categoria de distrito, pertencendo a cidade de Francisco Beltrão. Três anos depois, pela lei estadual número 4.823, passou a ser município.

A área territorial de Salto do Lontra, conforme dados do IBGE é de 313,290 km<sup>2</sup>.

#### q. Santo Antônio do Sudoeste

Santo Antônio do Sudoeste começou a ser colonizada por volta de 1902, quando chegaram os primeiros moradores vindos da República do Paraguai, que vieram atraídos pela grande quantidade de erva mate. No entanto, o surgimento efetivo do povoado foi em meados de 1912. Nessa época o povoado recebeu a denominação de Santo Antônio.

Por volta de 1920, o povoado de Santo Antônio foi elevado à categoria de distrito administrativo e judiciário pertencendo ao município de Clevelândia. A criação do município de Santo Antônio ocorreu em 1951, e em maio de 1966, através da lei estadual número 5.322, o município foi desmembrado de Clevelândia, recebendo a denominação de Santo Antônio do Sudoeste.

Segundo dados do IBGE, a área territorial do município de Santo Antônio do Sudoeste é de 325,672 km<sup>2</sup>.

#### r. São Jorge D'Oeste

A colonização de São Jorge D'Oeste, iniciou-se em meados de 1953, com o primeiro morador, senhor José Rupp, o qual constituiu sua propriedade denominando-a fazenda São Jorge. Em 1958 houve uma grande migração de colonos para o local, vindos dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Em 1962, São Jorge D'Oeste foi elevada à categoria de distrito administrativo, pertencendo ao município de São João. E em junho de 1963 tornou-se município.

A área territorial de São Jorge D'Oeste, segundo dados do IBGE é de 379,047 km<sup>2</sup>.

#### s. Verê

Verê teve seu início por volta de 1934, quando chegaram os primeiros colonos vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. Nessa época, a principal atividade econômica era a plantação de lavouras de milho e feijão e a criação e engorda de suínos. O nome Verê, surgiu da palavra indígena caigangue Viry, que foi um cacique dos índios de Guarapuava. Seu significado é “eternamente” ou “sempre”.

Verê tornou-se distrito de Pato Branco em 1953 e posteriormente em 1960, passou para a jurisdição de Dois Vizinhos. O município foi criado através da lei estadual número 4.730 de junho de 1963, sendo desmembrado do município de Dois Vizinhos.

Segundo dados do IBGE a área territorial do município de Verê é de 312,418 km<sup>2</sup>.

#### 1.5.2.3. Microrregião de Pato Branco

A segunda maior microrregião pertencente à Mesorregião Sudoeste do Paraná, a Microrregião de Pato Branco, também possui uma economia bastante voltada ao agronegócio, além de ser um importante pólo tecnológico da região sudoeste. Com uma área territorial de 3.883,059 km<sup>2</sup>, a Microrregião de Pato Branco, segundo dados do IBGE e IPARDES, é composta pelos seguinte municípios:

##### a. Bom Sucesso do Sul

A comunidade de Bom Sucesso do Sul teve início em 1929, quando o Sr. José da Silva localizou uma fonte de água mineral de grande valor medicinal. Esta fonte, ficou conhecida por “Lambedor”, segundo os mais antigos, porque os animais

frequentavam o lugar, atraídos pelo sabor da água, que continha partículas de cloreto de sódio.

A comunidade esteve jurisdicionada ao município de Clevelândia até 1951, vindo a integrar o município de Pato Branco, em 10 de outubro de 1953, através da Lei Municipal Nº 40 e Lei Estadual Nº 4.859 que elevou à categoria de Distrito Administrativo. Em 1993, o distrito de Bom Sucesso foi desmembrado do município de Pato Branco, elevando-se a categoria de município.

Segundo dados do IBGE a área territorial do município de Bom Sucesso do Sul, é de 195,931 km<sup>2</sup>.

#### b. Chopinzinho

O atual município de Chopinzinho já foi uma colônia militar, criada por ordem do imperador D. Pedro II, em 16 de novembro de 1859. Tinha como objetivo principal de defender a região sudoeste do Paraná da Argentina, que reivindicava essas terras. Esta foi fundada pelo Coronel Francisco Clementino de Santiago Dantas em 27 de dezembro de 1882, segundo Ata de Fundação. No entanto, somente em novembro de 1881, com a chegada dos militares e colonos, iniciaram os trabalhos de abertura da mata, construção das casas e exploração dos arredores.

Em 30 de abril de 1909 a colônia militar passa para o domínio civil, passando a se chamar Distrito Policial de Chopim, pertencente ao município de Palmas. Em 1920, passou a ser distrito de Mangueirinha. Foi em 14 de dezembro de 1954, que Chopinzinho passou à condição de município.

Conforme dados do IBGE, a população no período de realização da pesquisa era de 19.679 habitantes e a área territorial do município é de 959,692 km<sup>2</sup>.

### c. Coronel Vivida

Coronel Vivida é resultado do trabalho desenvolvido na região, pelos pioneiros do desbravamento e do povoamento de uma das mais extensas zonas do Estado do Paraná.

Seu primeiro nome foi Barro Preto, mais tarde passou a Coronel Vivida, uma homenagem ao grande desbravador Firmino Teixeira Batista, apelidado de Vivida que, por longos anos prestou serviços aos municípios da região, destacando-se como político e administrador.

O município faz divisa com Pato Branco, Honório Serpa, Mangueirinha, Chopinzinho, São João e Itapejara do Oeste e sua área territorial é de 684,417 km<sup>2</sup>, segundo dados do IBGE.

### d. Itapejara D'Oeste

A localidade que hoje constitui o município de Itapejara D'Oeste começou a ser povoada por volta de 1937, pelas famílias de Simplício de Paula Guedes, Acre de Paula Guedes e Antônio Galdino, ambas vindas do Rio Grande do Sul. A princípio foi nomeado de Chá da Gralha, sendo que em 1951 os moradores, não contentes com o nome de então, resolveram mudar a nomenclatura do vilarejo para Tapejara, mudado posteriormente para Itapejara devido à existência de uma cidade homônima e pela vontade de batizar a cidade conforme uma característica própria, pois na língua tupi itapejara significa caminho das pedras. Ainda em 1951 foi acrescentado o termo d'oeste, formando assim, o nome do atual município.

Após várias reivindicações, a emancipação veio através Lei Estadual nº 4859, de 28 de abril de 1964, e instalado em 14 de dezembro do mesmo ano.

Possui uma área territorial, conforme dados do IBGE, de 254,214 km<sup>2</sup> e sua população é de 10.532 habitantes.

#### e. Mariópolis

Mariópolis situa-se geograficamente no sudoeste do estado, ocupando 133 hectares de área urbana e 23,37 hectares de área rural. Sua área é 230,365 Km<sup>2</sup> de extensão.

Foi colonizado a partir da década de 40, quando chegaram no local as primeiras famílias, na sua grande maioria de origem italiana, vindas do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Instalaram-se na região para fazer extração da madeira, uma vez que sua vegetação dominante era composta de pinheiro araucária, erva mate, cedro, peroba e outras. Devido à abundância desta matéria prima, instalaram-se no município, aproximadamente 29 serrarias. Com o passar dos anos essa matéria prima foi ficando escassa. Em busca de nova renda se deu início ao cultivo de grãos como feijão, milho e soja. Ano após ano a produção de grãos foi aumentando significativamente, fazendo com que o município ganhasse destaque na produção agrícola. Estas culturas são as principais fontes de renda do município até os dias atuais. Porém, outra cultura que foi trazida com os imigrantes catarinenses, foi a videira, cultura que continua presente até os dias de hoje no município.

#### f. Pato Branco

Os primeiros moradores de Pato Branco vieram do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, em 1919. Mas o povoamento denominado, primeiramente, de Vila Nova de Clevelândia teve real início em 1924 com grandes levas de agricultores e colonos que se instalaram ao povoado contribuindo para seu aumento.

Com a Lei n° 2, de 10 de outubro de 1947 o local foi elevado à categoria de distrito, com o nome Bom Retiro. Já em 1951 pela Lei estadual n° 790, de 30 de outubro, foi intitulado como município de Pato Branco, com território desmembrado de Clevelândia.

Intitulada de capital do sudoeste Paranaense, a cidade se destaca na microrregião como um centro de serviços com ênfase nos setores da saúde e da



educação. Em 1996, Pato Branco buscou variar sua economia através de incentivos fiscais a empresas dos setores de informática e eletroeletrônico, o que resultou na criação de um parque tecnológico industrial.

Possui área de 539,087 km<sup>2</sup>, e de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em uma década o município ganhou 10 mil habitantes, passando de 62.234 em 2000 para 72.373 em 2010, o que representa um crescimento de 16%.

#### g. São João

João Vieira dos Santos, Francisco Felix e Fabrício Marcondes, foram os primeiros povoadores da região, em 1925 os pioneiros deram início à construção da estrada de ligação a Chopinzinho.

Com o crescimento do povoado, em 1954 a localidade passou a ser distrito do Município de Mangueirinha. No ano seguinte, com a emancipação política de Chopinzinho, passou a pertencer a este, como distrito. Em 25 de julho de 1960, pela lei nº 4.245, foi elevado à categoria de município.

De acordo com a Contagem do IBGE sua população é de 10.599 habitantes, e tem uma área de 388,059 km<sup>2</sup>. E a estimativa é de que sua população chegue a 10.766 em 2016.

#### h. Saudade do Iguaçu

Pela Lei Municipal nº 374, de 12 de agosto de 1972, e pela Lei Estadual nº 08, de junho de 1973, foi criado um Distrito Administrativo, com denominação de Saudade, e território pertencente ao município de Chopinzinho. Em 1 de março de 1992, através da Lei Estadual nº 9.941, passou a categoria de município, com território desmembrado do município de Chopinzinho e denominação alterada para Saudade do Iguaçu.

A ocupação do local iniciou em 1954, quando a Companhia Brasileira de Viação e Comércio-BRAVIACO S.A., se instalou no território, hoje saudadense.

Saudade do Iguaçu possuiu uma área total de 152,085 Km<sup>2</sup>. Sua população no ano de 2010 era de 5.028 habitantes.

#### i. Sulina

A denominação deste município surgiu como homenagem a seus colonizadores oriundos do Sul, sendo a grande maioria do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

O município se estende por 170,759 km<sup>2</sup> e contava com 3.394 habitantes conforme o censo 2010. Sulina foi desmembrada do município de Chopinzinho e São João em 1987.

Hoje Sulina, abriga o complexo turístico, Thermas de Sulina, abastecido pelas águas termais da cidade, que leva muitos turistas a região.

#### j. Vitorino

Vitorino começou a receber os primeiros habitantes entre os anos de 1920 e 1925. Em 1944 foi instalada a primeira indústria no local, e no ano de 1960 foi desmembrado de Clevelândia e elevado à categoria de município.

Seus habitantes se chamam vitorinense, e o município se estende por uma área de 308,218 km<sup>2</sup> e contava com 6.513 habitantes no levantamento feito pelo IBGE no ano de 2010.

### 1.5.3. Estrutura do Projeto

Começando com este capítulo introdutório seqüencialmente este projeto de pesquisa trará as seguintes subdivisões estruturais: o referencial teórico (capítulo 2); a metodologia de pesquisa utilizada (capítulo 3); a análise dos dados coletados (capítulo 4) e as considerações finais (capítulo 5).

## 2. REFERENCIAL TEÓRICO

A fim de proporcionar melhor entendimento acerca do assunto abordado nesse trabalho, o presente capítulo abordará: a fundamentação teórica acerca do Sistema Tributário Nacional (STN), como são compostas as receitas públicas, sua classificação, distribuição e seus estágios, como também a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), seus aspectos legais e o seu impacto nos municípios, os limites de gastos com pessoal, educação e saúde. Ainda serão explicados os conceitos sobre os impostos municipais como IPTU, ISS, ITBI e QPM-ICMS, QPM-IPVA e FPM.

### 2.1. SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

Desde a independência do Brasil até 1934, a arrecadação tributária consistia, quase que exclusivamente, da renda das alfândegas e dos impostos de importação. Gradualmente, a partir desse período, o Estado iniciou um redirecionamento para impostos internos, como vendas e consignações e os impostos sobre indústrias e profissões e o imposto predial. Com a Constituição Federal de 1946, houve criação de novos impostos e um sistema de transferências destinado a elevar a renda dos municípios.

A Constituição Federal (CF) de 1988, institui o Sistema Tributário Nacional em seus artigos 145 a 162. Para Oliveira (2009), a Constituição Federal de 1988, trouxe profundas alterações ao Sistema Tributário Nacional, não só à quantidade e ao campo de incidência, mas também à distribuição dos valores arrecadados. Entretanto, a instituição, a arrecadação e a fiscalização dos tributos pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios são limitadas. A CF também assegura ao cidadão garantias contra a ação do Estado.

Pautado pelas normas e regras jurídicas que disciplinam o exercício do poder imposto pelos diversos órgãos públicos, o STN foi criado buscando harmonizar as relações da sociedade de forma a atender seus princípios fundamentais bem como respeitar o pacto federativo sob o qual vivemos. Ou seja, a expressão, Sistema Tributário Nacional, serve para designar o conjunto de todos os

tributos cobrados no país, sem distinção das competências da sua arrecadação, e todas as regras jurídicas que disciplinam o recolhimento desses tributos.

Segundo Riani (1986, p.79):

Quando se utiliza o termo de justiça mesmo em conceito como o sistema tributário procura-se associar quem deve pagar mais quem tem mais, isto é, o princípio de que se deve tributar mais de quem tem uma renda mais alta. Os impostos devem ser tais que minimizem os possíveis impactos da tributação sobre a eficiência econômica. O sistema tributário deve ser de fácil compreensão para o contribuinte e de fácil arrecadação para o governo.

Silveira (2009) afirma que, o Sistema Tributário Brasileiro é apresentado como principal objetivo para reduzir o *déficit* de caixa da união, incentivar a acumulação e a redistribuição de capital e reduzir a disparidade regional de capacidade tributária.

O STN encontra-se embasado em dois pressupostos fundamentais:

- Consolidação dos impostos de idêntica natureza em figuras unitárias, levando-se em conta suas bases econômicas;
- Coexistência de quatro sistemas tributários autônomos: federal, estadual, municipal e do Distrito Federal.

Sendo a atividade estatal regulamentada por normas jurídicas. Ao cidadão comum é permitido fazer tudo aquilo que a lei não proíbe, por outro lado, ao administrador público só é permitido realizar as ações que a lei expressamente autoriza.

Com vistas a evitar conflitos entre o Estado e o cidadão, as sociedades organizadas criam regras para limitar o poder de tributar dos governos por meio dos princípios gerais de direito tributário. Os princípios constantes na Constituição Federal de 1988 podem ser pontuados da seguinte forma:

(continua)

<b>Princípio</b>	<b>Descrição</b>
Princípio da legalidade	Esse princípio tem a finalidade de garantir os direitos e os deveres individuais e coletivos, sendo que, além dos indivíduos, a própria Administração Pública também é subordinada à lei (CF, art. 150, I). A legalidade, como princípio fundamental do Estado de Direito, não se restringe a vedar ou proibir a tributação sem lei, mas, fundamentalmente, garantir a todo cidadão segurança jurídica, econômica e social.
Princípio da anterioridade da lei	Proíbe a exigência de tributo ou seu aumento “no mesmo exercício em que haja sido publicada a lei que o instituiu”, a fim de evitar que o contribuinte seja surpreendido pela majoração da carga tributária.
Princípio de irretroatividade da lei	Esse princípio é também um princípio geral de Direito. Visa a impedir que determinada lei produza efeitos sobre fatos ocorridos antes de sua vigência. A lei não retroage, a menos que seja benigna ao contribuinte.

Princípio da igualdade ou isonomia	O princípio da igualdade tributária proíbe distinções arbitrárias, entre contribuintes que se encontrem em situações semelhantes. Trata-se da igualdade de todos perante a lei.
<b>Princípio</b>	<b>Descrição</b>
Princípio da uniformidade da tributação	Este princípio proíbe que a União institua tributo de forma não uniforme em todo o país, ou dê preferência a Estado, Município ou ao Distrito Federal em detrimento de outro ente federativo. Mas permite, entretanto, a diferenciação, se favorecer regiões menos desenvolvidas. Visando promover o equilíbrio socioeconômico entre as regiões brasileiras. Exemplo tradicionalmente citado é a Zona Franca de Manaus.
Princípio da capacidade contributiva	Visa à justiça fiscal e social, exigindo mais de quem tem mais condição econômica e isentando ou reduzindo a incidência tributária para os contribuintes com menor capacidade econômica e financeira. Atende o imperativo da redistribuição de renda. Em respeito ao princípio, a legislação tributária deve aplicar alíquotas diferenciadas e efetuar redução parcial ou total da base de cálculo, objetivando conformar o tributo o mais próximo possível da real capacidade de pagamento de cada contribuinte.
Princípio da Proibição de Confisco	Busca proteger o contribuinte contra a possibilidade de o ente tributante vir a tomar totalmente o seu patrimônio ou a sua renda. A análise de cada caso é que permitirá dizer se há ou não confisco, uma vez que tributos com características diferentes comportam parâmetros diferentes.
Princípio da Liberdade de Tráfego	O tráfego de pessoas ou de bens não pode ser limitado pela cobrança de tributos, quando estas ultrapassam as fronteiras dos Estados ou Municípios.
Princípio da Transparência dos Impostos ou da Transparência Fiscal	O artigo 150, § 5º, CF/88, reza que a lei determinará medidas para que os consumidores sejam esclarecidos acerca dos impostos que incidam sobre mercadorias e serviços.
Princípio da Não Cumulatividade	Este princípio refere-se a três impostos: ICMS, IPI e impostos residuais da União. Devendo compensar o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços com o montante cobrado nas anteriores pelo mesmo ou outro Estado ou pelo Distrito Federal.
Princípio da Seletividade	Visa tributar mais fortemente produtos menos essenciais. Já produtos essenciais terão alíquotas menores. No IPI sua aplicação é obrigatória, para o ICMS e o IPVA sua aplicação é facultativa.
Princípio da Não Diferenciação Tributária	Os Estados, Municípios e o Distrito Federal estão proibidos de estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.
Princípio da Imunidade	A imunidade é uma hipótese de não incidência constitucionalmente qualificada que diz respeito aos impostos. Possuem imunidade os entes federativos reciprocamente e em relação a impostos sobre patrimônio, renda e serviços; os templos de qualquer culto; os partidos políticos, as entidades sindicais de trabalhadores, as instituições de educação ou de assistência social sem fins lucrativos, desde que observados os requisitos legais e os livros, jornais, periódicos e o papel destinado à sua impressão.

**Quadro 2 – Princípios do Sistema Tributário Nacional**

Fonte: Adaptado de Silva (2006).

Para Fabretti (2013), os princípios teóricos tributários são as diretrizes fundamentais do Estado de Direito e sobrepõem-se a todas as normas que a eles devem submeter-se. Com base no pensamento do autor citado, estudar e aprimorar os conhecimentos sobre os referidos princípios, elencados no quadro dois, faz-se necessária para subsidiar o entendimento acerca do STN e as suas regras, normas

e procedimentos jurídicos, bem como dos elementos pertinentes à legislação tributária que verificaremos a seguir.

## 2.2. TRIBUTO

Sabe-se que a participação do governo na sociedade e nas atividades por ele desenvolvidas, é de grande importância, e com isso a necessidade de recursos é evidente. Sendo assim, resta saber quais são as alternativas disponíveis para que o governo realize a obtenção desses recursos. Diante das atribuições que possui para com a sociedade, o governo necessita captar recursos a fim de cumprir com essas atribuições (TESCH, 2008).

Segundo Tesch (2008):

O governo, detentor da “máquina” pública, utiliza os mecanismos mais diversos, além da tributação, tais como emissão de títulos, moedas e contribuições, como algumas que já se conhecem e que iniciam como provisórias e acabam se transformando em permanentes, o exemplo da, já extinta, CPMF – Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira – que acabou se transformado em Contribuição Permanente sobre Movimentação Financeira.

Diante disso, precisa-se compreender o mecanismo de obtenção de recursos do governo, que são os tributos. Para Ichihara (2000, p. 73), para que seja evidenciada a existência do tributo, faz-se necessária apresentar cumulativamente as seguintes características:

- a. a prestação em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir deve ser compulsória ou obrigatória;
- b. não deve ser decorrente de sanção de ato ilícito;
- c. deve instituído ou decorrente de lei; e
- d. deve ser cobrado mediante atividade administrativa plenamente vinculada à vontade legal.

O Código tributário Nacional (CTN) em seus artigos 3º e 4º conceitua tributo da seguinte forma:

*“Art. 3º Tributo é toda prestação pecuniária compulsória, em moeda ou cujo valor nela se possa exprimir, que não constitua sanção por ato ilícito, instituída em lei e cobrada mediante atividade administrativa plenamente vinculada.”*

Para Velloso (2007), tributo é toda prestação pecuniária instituída por ato normativo emanado do Estado no exercício do seu poder pecuniário, visando, imediata ou mediatamente, à obtenção de recursos para os entes estatais ou paraestatais, contanto que não constitua sanção de ato ilícito.

Dessa forma, é possível resumir que tributo é sempre um pagamento compulsório em moeda, forma normal da obrigação tributária. Porém, se autorizado por lei, o pagamento em outro valor que possa ser expresso em moeda. O CTN dispõe ainda que o tributo só poderá ser exigido por lei, ou seja, o fisco só poderá atuar na forma e nos estritos limites da lei, sem que haja abuso ou desvio de poder.

Fundamentando-se sob a ótica do autor citado, pode-se compreender que a tributação é forma legal definida na Constituição, pois o tributo é toda prestação pecuniária instituída por lei com caráter compulsório pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no uso de competência constitucional inerente à sua condição de pessoa jurídica de Direito Público estabelecido através do imposto.

De acordo com a forma como for imposta, a tributação afetará diversos setores da economia, ou seja, o tributo pode ser imposto sobre as várias partes do sistema econômico. Para Riani (1986), a tributação da riqueza é mais complicada e controversa. Uma vez mais isso ocorre pela dificuldade de se definir o que venha a ser riqueza para efeito de tributação.

O CTN, em seu 4º artigo, dispõe ainda:

*“Art. 4º A natureza jurídica específica do tributo é determinada pelo fato gerador da respectiva obrigação, sendo irrelevante para qualificá-la:*

- I. a denominação e demais características formais adotadas pela lei;*
- II. a destinação legal do produto da sua arrecadação.”*

Portanto, tributo é gênero e, para aprimorar o entendimento, precisamos também identificar a espécie tributária que são os impostos, taxas e contribuições. O art. 145 da Constituição Federal de 1988 estabelece que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir os seguintes tributos:

- I – impostos;
- II – taxas, em razão do exercício do poder de polícia ou pela utilização, efetiva ou potencial, de serviços públicos e específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- III – contribuições de melhoria, decorrente de obras públicas

A Constituição Federal de 1988 aborda ainda outras duas espécies tributárias, que também se enquadram na definição de tributo, que são os empréstimos compulsórios e as contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas. No entanto, por não desempenhar papel significativo ou não participar da composição da receita pública das prefeituras estudadas por neste trabalho, não serão abordadas de forma mais aprofundada como os impostos, taxas e contribuições de melhoria.



Para Pêgas (2005), os tributos podem ser classificados ainda de acordo com a forma de sua incidência, sendo divididos em tributos sobre a renda, sobre o patrimônio e sobre o consumo. Sendo:

- a) Tributo Sobre a Renda – aqueles cobrados sobre o produto do capital, do trabalho e também da combinação de ambos. Nesse grupo enquadram-se: CSLL e o IR;
- b) Tributo Sobre o Patrimônio – os que são cobrados sobre o patrimônio das pessoas físicas e jurídicas, ou seja, incidem sobre bens e direitos. Nessa categoria enquadram-se: IPTU, IPVA e o ITBI;
- c) Tributo Sobre o Consumo – estes são os tributos que incidem sobre a cadeia produtiva. Nessa categoria enquadram-se: IPI, ICMS, PIS, Cofins e ISS.

Considerando os conceitos apresentados sobre tributo, suas definições, formas, e espécies, a seguir, serão discutidas, individualmente, cada espécie de tributo, e sua conceituação.

### 2.2.1. Imposto

Segundo rege o CTN em seu artigo 16, imposto é um tributo cuja obrigação tem como fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica relativa ao contribuinte.

Para Fabretti (2013), imposto é o tributo que, uma vez instituído por lei, é devido, independentemente de qualquer atividade estatal em relação ao contribuinte. Sendo assim, não está relacionado ou vinculado a nenhuma prestação específica do Estado ao sujeito passivo. Portanto, pode-se definir imposto como o valor pago obrigatoriamente ao governo, a partir de um fato gerador e uma base de cálculo.

Segundo Silveira (2009), o imposto é um tributo cuja finalidade principal é de custear o Estado, e em contrapartida, há a obrigatoriedade do Estado de prestar serviço a comunidade como saúde, segurança e educação.

Embora seja o imposto um tributo que tem a finalidade de custear o Estado, a sua arrecadação não poderá estar vinculada por lei a nenhuma despesa específica. Conforme Fabretti (2013), a receita arrecadada precisa ser vinculada ao

“montante total do orçamento”, de onde será repartida, segundo os critérios da lei orçamentária anual.

Os impostos podem ser classificados de várias formas, conforme a competência tributária privativa, definida na Constituição Federal, ou conforme a característica do fato gerador, previsto pelo Código Tributário Nacional. No entanto, sob um aspecto econômico, a doutrina estabelece que os impostos podem ser classificados apenas como diretos e indiretos. Basicamente a diferença ocorrida entre eles encontra-se na maneira pela qual eles afetam os indivíduos na sociedade.

Os tributos diretos são aqueles que incidem sobre o contribuinte de direito, ou seja, aquele que não tem possibilidade de repassar para outro o ônus tributário, a exemplo temos o Imposto de Renda por declaração (IR), o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), o Imposto sobre Propriedade Territorial Rural (ITR) e o Imposto sobre propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Já os tributos indiretos são aqueles cuja carga tributária é passível de transferência para outrem, nesse caso o contribuinte de direito é diferente do contribuinte de fato. Como exemplo de tributos indiretos pode-se citar o Imposto sobre produtos Industrializados (IPI) e o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

### 2.2.2. Taxa

Ao contrário dos impostos, as taxas são definidas pela doutrina como tributos vinculados, ou seja, o Estado oferece uma contrapartida ou uma contraprestação ao contribuinte imediatamente em função da cobrança. A definição de taxa está presente no artigo 77 do CTN, diz que:

*“Art. 77 - As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição.”*

O artigo 77 do CTN, reporta que a taxa não poderá ter mesma base de cálculo ou mesmo fato gerador que o imposto, e também não poderá ser calculada em função do capital das empresas.

Para Pêgas (2005), o termo poder de polícia é utilizado no sentido do poder de limitar e disciplinar, por parte da administração pública, atividades de interesses públicos como, por exemplo, segurança ou tranqüilidade pública. Na prática, o que ocorre é, embora todo o indivíduo seja livre e possa estabelecer um comércio ou indústria, ele não poderá instalar seu estabelecimento em local que cause prejuízo a terceiros. Ou seja, o poder da administração pública de limitar o direito do indivíduo de instalar um estabelecimento, chama-se poder de polícia. A taxa nesse caso será cobrada pela prestação do serviço de verificar as condições do local pretendido para instalação do estabelecimento. Conforme Fabretti (2013), polícia refere-se à possibilidade de fiscalizar e autorizar determinada atividade.

Segundo Oliveira (2009), os serviços públicos passíveis de cobrança de taxas são aqueles essenciais de Estado, ou seja, sua não prestação por parte do Estado prejudica a coletividade. Tais serviços estão definidos no artigo 79 do CTN, que traz o seguinte texto:

*“Art. 79 – Os serviços públicos a que se refere o Art. 77 consideram-se:*

*I – utilizados pelo contribuinte:*

*Efetivamente, quando por ele usufruídos a qualquer título;*

*Potencialmente, quando, sendo de utilização compulsória, sejam postos a sua disposição mediante atividade administrativa em efetivo funcionamento;*

*II – específicos, quando possam ser destacados em unidades autônomas de intervenção, de unidade, ou de necessidades públicas;*

*III – divisíveis, quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.”*

Podemos apontar, a título de exemplificação, as seguintes taxas cobradas pela prestação de serviço pelo Estado:

- Taxa de coleta de lixo;
- Taxa de combate a incêndios;
- Taxa de conservação e limpeza pública;
- Taxa de água e esgoto;
- Taxa de expediente, entre outras.

E como exemplo de taxas cobradas pelo exercício do poder de polícia pelo Estado temos:

- Taxa de fiscalização de estabelecimentos;
- Taxa de controle e fiscalização ambiental;
- Taxa de fiscalização de anúncios;
- Taxa de fiscalização de vigilância sanitária; e
- Taxa de fiscalização de localização, instalação e funcionamento.

### 2.2.3. Contribuição De Melhoria

As contribuições de melhoria são qualificadas como tributos que serão designados ao custeio de obras públicas. Assim como os impostos e as taxas, a contribuição de melhoria já está especificada como um tributo desde a edição do CTN de 1966. Para Oliveira (2009), as contribuições de melhoria caracterizam-se como tributos, que se destinam a fazer face ao custo de obras públicas de que decorram valorizações direta ou indireta de um imóvel.

O artigo 81 do CTN define as contribuições de melhorias:

*“Art.81 – A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que a obra resultar para cada imóvel beneficiado.”*

Embora a contribuição de melhoria possa ser cobrada em decorrência de obra pública que ocasione em valorização de bem imóvel, o CTN também impõe limites para a cobrança desse tributo. O artigo 82 do CTN traz algumas imposições ao ente tributante, para fins de criação de contribuição de melhoria.

## 2.3. COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA

A competência tributária nada mais é que, a capacidade para criar tributos, ou seja, pode ser entendida pelo poder que a Constituição Federal atribui à União, Estados, Distrito Federal e Municípios em relação à criação de tributos. Para Ramos (2002), a expressão competência tributária pode ser definida como sendo o poder, atribuído pela união. Dessa forma, cabe a União instituir impostos sobre:

- Importação de produtos estrangeiros;
- Exportação, para o exterior, de produtos nacionais ou nacionalizados;
- Rendas e proventos de qualquer natureza;
- Produtos industrializados;
- Operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos mobiliários;

- Propriedade territorial rural;
- Grandes fortunas.

Aos Estados e ao Distrito Federal, compete a instituição de impostos sobre:

- Transmissão *causa mortis* e doação de quaisquer bens e direitos;
- Operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior;
- Propriedade de veículos automotores.

E os Municípios, inclusive Distrito Federal, ficam incumbidos de instituir impostos sobre:

- Propriedade predial e territorial urbana;
- Transmissão *inter vivos*, por ato oneroso, de bens móveis e de direitos reais sobre imóveis, ressalvadas as exceções legais;
- Serviços de qualquer natureza.

Nesse contexto elaborou-se a seguinte representação dos tributos e sua competência tributária de acordo com a pessoa política (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

Tributo	Competência Tributária			
	União	Estados	DF	Municípios
II	x			
IE	x			
IPI	x			
IR	x			
ITR	x			
IOF	x			
PIS	x			
COFINS	x			
IGF	x			
IPVA		x	x	
ICMS		x	x	
ITCMD		x	x	
ISS			x	x
IPTU			x	x
ITBI			x	x

**Quadro 3 - Impostos por Competência Tributária.**

Fonte: Adaptado de Oliveira (2009).

O quadro três (acima) demonstra a representação simplificada da competência tributária dos principais tributos da que cabem a União, Estados, Distrito Federal e dos Municípios.

## 2.4. IMPOSTOS ARRECADADOS PELOS MUNICÍPIOS

Essa seção será destinada à apresentação dos fundamentos legais e os aspectos essenciais do ISS, IPTU e ITBI.

Segundo Tesch (2008):

O art. 156 da Constituição Federal dá aos municípios a outorga de competência para instituição dos impostos municipais, sendo eles: o IPTU – Imposto sobre a propriedade Predial e Territorial Urbana; ITBI – Imposto sobre a Transmissão *Inter Vivos* de Bens Imóveis e o ISSQN – Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza. Esses tributos de caráter municipal precisam ser definidos através de lei orgânica de cada município que estabelece a sua forma quanto ao estabelecimento de alíquotas e sua aplicação.

Nas subseções a seguir abordar-se-ão, de forma individual, os principais aspectos e fundamentos legais do ISS, IPTU e ITBI.

### 2.4.1. Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN ou ISS)

Segundo Tesch (2008), o ISS, é definido pela Constituição Federal de 1988, em seu art.156. Tal imposto possui como fato gerador a prestação de serviços de qualquer natureza.

Para Oliveira (2009, p.164):

O ISS é um tributo indireto de competência dos Municípios incidente sobre serviços de qualquer natureza. E terá seu fato gerador a prestação, por empresa ou profissional autônomo, com ou sem estabelecimento fixo, de serviço constante na lista da Lei Complementar número 116, de 31 de julho de 2003.

Conforme Tesch (2008), a base de cálculo do ISS é o valor do serviço prestado e deve ser recolhido pelos profissionais de forma mensal, podendo haver exceções para os quais devem ser previstos procedimentos anuais ou outros mais

adequados. Seguindo a linha de pensamento do autor, pode-se dizer que o contribuinte, será o prestador do serviço.

Fabretti (2013), afirma que, para garantir a uniformidade na cobrança do ISS e reduzir os efeitos da “guerra fiscal” entre os municípios, a CF determina que as alíquotas máximas e mínimas devem ser fixadas em lei complementar. Segundo dados a Associação dos Municípios do Sudoeste do Paraná (AMSOP), a alíquota do ISS nos Municípios dessa mesorregião variam entre 2% a 5%.

#### 2.4.2. Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU)

Estabelecido pelo artigo 156 da CF, o IPTU tem sua incidência sobre a propriedade ou posse de bem imóvel localizado na zona urbana.

Para Tesch (2008), o IPTU possui como fator gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de bem imóvel localizado na zona urbana.

Segundo Pêgas (2005), o IPTU é um imposto direto, que incide sobre a propriedade imobiliária, incluindo todos os tipos de imóveis, e terá como contribuinte, basicamente, o proprietário do imóvel. A base de cálculo do imposto será o valor venal do imóvel.

Tesch (2008), afirma que, tal valor é levantado tomando como referência os seguintes itens: localização do imóvel, dimensões e áreas envolvidas, confrontações e características das edificações. As alíquotas variam, normalmente, conforme o tipo de imóvel e seu valor

#### 2.4.3. Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI)

Também estabelecido pela CF de 1988, em seu artigo 156, o ITBI tem como fato gerador a transmissão da propriedade de bens imóveis “inter vivos”.

Segundo Pêgas (2005):

O ITBI é um imposto municipal. A CF de 1988 autoriza os Municípios a instituir o imposto sobre a transmissão “inter vivos”, a qualquer título, por ato

oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição.

O contribuinte do ITBI é o indivíduo que está adquirindo o imóvel e a base de cálculo para fins de cálculo do imposto será o valor da transação imobiliária. Para Sabbag (2006, p. 40):

“O ITBI não é um imposto progressivo, pois não há previsão constitucional. Além disso, o ITBI é um **imposto real**, cuja base de cálculo é o valor venal do imóvel. Impostos reais, como regra, não admitem a progressividade”.

Segundo Tesch (2008), o ITBI possui alíquotas estabelecidas por legislação municipal, e os aspectos mais importantes relacionados à administração desse tributo são os relacionados à sua arrecadação.

## 2.5. IMPOSTOS REPASSADOS AOS MUNICÍPIOS

Nesta seção, abordar-se-ão, os principais aspectos acerca do repasse de impostos aos Municípios, em específico, o ICMS e o IPVA. Tristão (2003), afirma que:

No Sistema Tributário Brasileiro se faz uma distinção entre repartição de impostos e transferências. No primeiro caso os impostos são divididos entre dois níveis de governos, embora, a competência para a imposição tributária pertença a apenas um deles. Com relação às transferências, parte da receita proveniente de determinados impostos são repartidas, segundo fórmulas preestabelecidas, que operam com objetivos distributivos e compensatórios, atenuando desigualdades regionais.

Para que sejam atendidas as expectativas em relação ao entendimento desse item da arrecadação municipal, apresenta-se, a seguir a tabela um.

**Tabela 1 - Repasse de Tributos de Competência estadual.  
Repasse de Tributos aos Municípios**

Tributo	Percentual
ICMS	25%
IPVA	50%

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme explica Tesch (2008), ICMS e o IPVA são tributos de caráter estadual sendo definidos através da Constituição Estadual e Lei Complementar específica nos estados que definem a sua forma quanto ao estabelecimento de



alíquotas e sua aplicação. Contudo, cabe ao Estado repassar aos Municípios a parcela que lhes é devida, conforme determina a legislação.

Como podemos observar na tabela um, o Estado deverá repassar aos Municípios 25% da sua receita de ICMS e 50% do IPVA arrecadado pelo Município. Nas subseções a seguir serão abordados os principais aspectos de repasse da cota-parte do ICMS e cota-parte do IPVA.

#### 2.5.1. Imposto Sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA)

Instituído pelo artigo 155 da CF, o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA), é de competência do estadual e do Distrito Federal. O IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículos automotores, tendo incidência também sobre embarcações e aeronaves.

O contribuinte do IPVA é o proprietário do veículo. Atualmente no Estado do Paraná a alíquota do imposto é de 3,5 %, e no período em que serão analisadas as incidirá sobre o valor venal do veículo automotor.

#### 2.5.2. Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviço (ICMS)

Também instituído através do artigo 155 da CF de 1988, o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) é o imposto de competência dos Estados e do Distrito Federal. Segundo Tristão (2003), o ICMS, tem como principal característica a não-cumulatividade, isto é, a cada operação é compensado o montante do imposto calculado nas etapas anteriores.

Para Tesch (2008), embora não seja de competência do Município, o ICMS possui relevância indiscutível, sendo sua transferência o maior componente das receitas em alguns Municípios. Tristão (2003) diz ainda que, anteriormente à CF, era destinado aos municípios 20% da arrecadação do ICMS, ficando 80% para os

Estados. A nova Carta aumentou para 25% a parcela do ICMS a ser distribuída para os municípios.

Conforme o artigo 158 da CF pertence aos Municípios:

[...] *“IV - vinte e cinco por cento do produto da arrecadação do imposto do Estado sobre operações relativas à circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação.*

**Parágrafo único.** *As parcelas de receita pertencentes aos Municípios, mencionadas no inciso IV, serão creditadas conforme os seguintes critérios:*

*I - três quartos, no mínimo, na proporção do valor adicionado nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, realizadas em seus territórios;*

*II - até um quarto, de acordo com o que dispuser lei estadual ou, no caso dos Territórios, lei federal.”*

No Estado do Paraná para realização do cálculo do Índice de Participação dos Municípios (IPM) são considerados, o valor adicionado (compõe a maior parte do índice), a produção agropecuária, o fator ambiental, a população e o número de propriedades rurais e o território de cada município. Nota-se, em relação a composição do IPM, a importância do valor adicionado na quota-participação dos Municípios para repasse do ICMS. Segundo Tristão (2003), objetivo desse critério é propiciar o retorno do produto da arrecadação à localidade onde é gerado o movimento econômico e são arrecadados os impostos correspondentes.

Conseqüentemente, Silva (2009), afirma que, evolução do valor adicionado nos Municípios, acompanha o processo de industrialização e desenvolvimento. Portanto, os Municípios que apresentam crescimento econômico passarão a gerar maior valor adicionado e obterão um acréscimo no índice de participação.

## 2.6. FUNDO DE PARTICIPAÇÃO MUNICIPAL (FPM)

Segundo Tesch (2008),

O Fundo de Participação dos Municípios possui como origem o Imposto sobre a Renda, Proventos de Qualquer Natureza (IR) e o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). Esse valor é dividido entre os Municípios em função da natureza do município (capital ou não), população e renda per capita. Também nesse item de receita não há como o Município interferir, a não ser de forma indireta, por meio dos componentes do índice de participação. Observa-se que o índice de participação é função da renda per capita, o que significa que aumentando esse indicador por meio do

desenvolvimento municipal, o índice se elevará, com o conseqüente aumento dos valores repassados.

Conforme art. 159, I, b) da Constituição Federal, “vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento do Fundo de Participação dos Municípios” são oriundos da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados.

De acordo com a Cartilha do FPM de setembro de 2012,

A distribuição dos recursos aos Municípios é feita de acordo com o número de habitantes; são fixadas faixas populacionais, cabendo a cada uma um coeficiente individual, sendo o mínimo de 0,6 para municípios com até 10.188 habitantes, e o máximo de 4,0 para aqueles acima de 156 mil habitantes.

Com base no exposto acerca do FPM, pode-se concluir que o referido repasse recebido pelo município, está ligado ao desenvolvimento do mesmo, ou seja, quanto melhores os índices de desenvolvimento, maior serão as receitas com o FPM.

## 2.7. ORÇAMENTO PÚBLICO

Por possuir responsabilidade essencial de proporcionar a melhor condição de bem-estar à coletividade, o Governo necessita de ferramentas financeiras de alocação de recursos públicos. A essa ferramenta de planejamento e programação de ações dá-se o nome de orçamento público.

Para Angélico (1994), o orçamento é, na sua mais exata expressão, o quadro orgânico da economia pública, ou seja, é o espelho da vida do Estado, por onde se conhecem os detalhes de seu processo e sua cultura. Para análise da evolução das receitas públicas e desempenho da administração municipal, faz-se importante a compreensão da definição citada do referido autor.

Segundo Piscitelli (1995, p.47):

A ação planejada do estado quer na manutenção de suas atividades, ou na execução de seus projetos, materializa-se através do orçamento público, que é o instrumento de que dispõe o poder público para expressar, seu programa de atuação, discriminando a origem e o montante dos recursos a serem efetuados.

O orçamento público como um ato preventivo e autorizado das despesas que o estado deve realizar em um exercício é um instrumento da moderna

administração pública (Silva 2009). O aspecto subjetivo do orçamento público constitui a faculdade adquirida pelo cidadão de aprovar, por seus representantes legitimamente eleitos, os gastos que o poder público realizará durante o exercício.

O estabelecimento de normas para as finanças públicas está previsto no inciso 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000 também conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal que será abordada em aspectos principais outra seção deste trabalho. No Brasil, o Sistema de Planejamento Integrado, em atendimento Constituição Federal baseia-se nos seguintes instrumentos.

- Plano Plurianual;
- Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- Lei de Orçamentos Anuais.

A ação de cada um desses instrumentos está relacionada ao outro, submetendo assim, ao entendimento de que são os instrumentos que promovem a integração do planejamento. Segundo Kohama (2014), o sistema de planejamento integrado, busca principalmente, analisar a situação atual para identificar as ações ou alterações a serem desenvolvidas visando atingir a situação desejada.

A fim de ampliar o entendimento sobre cada um dos instrumentos de planejamento, estes serão abordados individualmente a seguir.

### 2.7.1. Plano Plurianual (PPA)

O Plano Plurianual é um dos instrumentos de planejamento do orçamento governamental. Está previsto pelo artigo 165 de Constituição Federal e regulamentado pelo Decreto 2.829 de outubro de 1998. A realização do Plano Plurianual é de médio prazo, e é nele que serão estabelecidas as diretrizes, os objetivos e as metas a serem atendidos pela administração pública. Sua aprovação é realizada por Lei Quadrienal, submetida a prazos e ritos diferenciados de tramitação.

Segundo Tesch (2008), o PPA tem como objetivo formular as diretrizes para as finanças públicas no período do plano, incluindo a política de fomento e o

programa de aplicação das agências financeiras de crédito e identificar e avaliar os recursos disponíveis para o desenvolvimento de ações a cargo da administração pública.

Conforme Nunes (2002, p.23):

O Plano Plurianual é o instrumento de planejamento estratégico das ações do Governo para um período de quatro anos. O PPA visa a expressar com clareza os recursos pretendidos pelo governo que o elabora e deve estar comprometida com o desenvolvimento sustentável e com a evolução das estruturas de gerenciamento dos órgãos da administração municipal.

Para Slomski (2003), é uma Lei que abrangerá os poderes na União, Estados, Distrito Federal e nos Municípios; será elaborada no primeiro ano do mandato do Executivo e terá vigência de quatro anos.

Segundo Kohama (2014), o PPA é um plano de médio prazo, através do qual se procura ordenar as ações do governo que levem ao atingimento dos objetivos e metas fixados para um período de quatro anos.

Em resumo o Plano Plurianual é o primeiro instrumento de planejamento a ser elaborado e através dele serão organizadas as ações do governo para os próximos quatro anos para que seja possível atingir as metas e objetivos fiscais.

## 2.7.2. Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

A Lei de Diretrizes Orçamentárias ou LDO como também é chamada, é o projeto de Lei pelo qual são estabelecidas as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte. A referida Lei tem como principal, nortear a preparação e organização dos orçamentos fiscais e da seguridade social e de investimentos do poder público.

De acordo com o artigo 165, § 2º da Constituição Federal, a Lei de Diretrizes Orçamentárias:

- Compreenderá as metas e prioridades da administração pública, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente;
- Orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA);
- Disporá sobre as alterações na legislação tributária;
- Estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Segundo Tesch (2008), o equilíbrio entre receita e despesas, decorrente do fluxo de receita prevista, é conteúdo que deve estar disposto de forma clara na Lei de Diretrizes Orçamentárias, de acordo com o art. 4º da LRF, inciso I, item A.

Para Kohama (2014), a Lei de Diretrizes Orçamentárias, tem a finalidade de nortear a elaboração dos orçamentos anuais, de forma a adequá-los às diretrizes, objetivos e metas da administração pública, estabelecidos pelo Plano Plurianual.

Conforme Slomski (2003, p. 305):

A LDO compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, estadual e municipal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da Lei Orçamentária Anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

Com base nos autores citados, pode-se dizer então que a LDO, dentre os três instrumentos de planejamento, é a que possui maior planejamento que tange a sua elaboração, pois é através dela que serão definidas as metas, e prioridades a serem observadas pela administração pública.

### 2.7.3. Lei de Orçamentos Anuais (LOA)

A fim de tornar realizável o planejamento apresentado no PPA, obedecendo-se as diretrizes abordadas na LDO, elabora-se a Lei Orçamentária Anual. A referida Lei compreenderá a programação das ações a serem tomadas, com vista a obtenção dos objetivos e metas determinados.

Para Slomski (2003, p. 305), a Lei orçamentária Anual compreenderá:

**Orçamento fiscal** referente aos poderes da União, dos Estados e dos Municípios, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo poder público;

**Orçamento de investimentos das empresas** em que a União, os Estados e os Municípios, direta ou indiretamente, detenham a maioria do capital social com direito a voto;

**Orçamento da seguridade social**, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta e indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo poder público.

Segundo Kohama (2014), para viabilizar a concretização das situações planejadas no Plano Plurianual, obedecida a Lei de Diretrizes Orçamentárias, elabora-se o Orçamento Anual, onde são programadas as ações a serem executadas.

Embasando-se nas referências dos autores citados acerca dos instrumentos de planejamento, percebe-se que o orçamento público, está diretamente ligado ao desenvolvimento dos municípios. A metodologia de elaboração dos instrumentos de planejamento deve ser apropriada a fim de promulgar com a maior veracidade a responsabilidade do Governo para com a sociedade.

Para Tesch (2008), o PPA tem como função estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública. Cabe à LDO, anualmente, orientar a elaboração do orçamento, já que a LOA tem como principal objetivo fixar a programação das despesas para o exercício financeiro.

## 2.8. COMPOSIÇÃO DA RECEITA PÚBLICA

No âmbito tributário, há duas formas utilizadas para prover as pessoas jurídicas de direito público dos meios financeiros necessários para o atendimento aos anseios da sociedade. O primeiro, mais direto, diz respeito à própria competência tributária de cada ente, instituindo e arrecadando os tributos da sua responsabilidade e competência. O segundo configura-se como uma complementação do primeiro, caracterizando-se por uma redistribuição das receitas arrecadadas, com base nas respectivas competências, de uma pessoa para outra. Sendo assim, pode-se dizer que as receitas públicas são constituídas pelos fluxos monetários arrecadados dos vários agentes e formam os recursos financeiros utilizados para o financiamento das despesas públicas.

Para Kohama (2014), genericamente, entende-se por Receita Pública, todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, e também a variação ativa proveniente do registro do direito a receber.

Segundo Silva (2009), receita pública, são os recursos dos quais o Estado dispõe, através da contribuição da coletividade, em face de suas necessidades.

Com base no pensamento dos autores mencionados pode resumir Receita Pública como montante total em dinheiro recolhido pelo governo, incorporado ao patrimônio do Estado, que serve para custear as despesas públicas e as necessidades de investimentos públicos.

Observa ainda, através da leitura da Lei nº 4.320/64, que existem dois tipos de receitas, as quais devem estar compreendidas na Lei de Orçamento. Dessa forma, as Receitas Públicas classificam-se em dois grupos:

- Receita Orçamentária; e
- Receita Extraordinária.

Nas subseções a seguir (2.8.1 e 2.8.2), serão abordados os principais aspectos da Receita Orçamentária e Extra-orçamentária ou extraordinária, separadamente para o melhor entendimento acerca da composição da receita pública.

### 2.8.1. Receita Orçamentária

Para Kohama (2014), a Receita Orçamentária é a consubstanciada no orçamento público, consignada na LOA, cuja especificação deverá obedecer à discriminação constante do Anexo número 3, da Lei Federal número 4.320/64.

Segundo Tesch (2008), corresponde à arrecadação de recursos financeiros aplicados na realização dos gastos públicos, autorizados pela Lei Orçamentária. Conforme Slomski (2003), a receita orçamentária é aquela que pertence de fato à entidade.

Analisando o que dizem os autores acima citados a respeito do conceito de Receita Orçamentária, pode-se dizer que para classificar de maneira eficaz uma receita como orçamentária, deve-se fazer o seguinte questionamento: A receita que está sendo recolhida pertence ao tesouro ou ao órgão que está recebendo? Se a resposta for sim, a receita é classificável como orçamentária.

Concomitante à classificação da Receita Orçamentária o reconhecimento da receita sob o enfoque patrimonial e orçamentário, conforme rege o Manual de Receita Nacional, na parte 10 que trata sobre o reconhecimento da receita. Segundo Kohama (2014, p. 68 à 69):

- **O reconhecimento da receita, sob o enfoque patrimonial**, consiste na aplicação dos Princípios Fundamentais da Contabilidade para reconhecimento da variação ativa ocorrida no patrimônio, em contrapartida ao registro do direito no momento da ocorrência do fato gerador, antes da efetivação do correspondente ingresso da disponibilidade.



- **O reconhecimento da receita, sob o enfoque orçamentário**, são todos os ingressos disponíveis para cobertura das despesas orçamentárias e operações que, mesmo não havendo ingresso de recursos, financiam despesas orçamentárias.

Em observância a Lei Federal 4.320/64, a receita orçamentária deverá receber também uma classificação econômica. O Artigo 11 da referida Lei diz:

*“A receita classificar-se-á nas seguintes categorias econômicas: Receitas Correntes e Receitas de Capital.”*

Segundo o §1º do artigo 11, da Lei Federal 4.320/64:

*“São Receitas Correntes as receitas tributária, de contribuições, patrimonial, agropecuária, industrial, de serviços e outras e, ainda, as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.”*

O quadro quatro, abaixo, apresenta o esquema de classificação das Receitas Correntes, conforme o Anexo número três, da Lei Federal 4.320/64.

<b>RECEITA</b>	<b>COMPOSIÇÃO</b>
Receita Tributária	Impostos, Taxas e Contribuição de Melhoria.
Receita de Contribuição	Contribuições Sociais e Econômicas.
Receita Patrimonial	Receitas imobiliárias, de valores mobiliários, de concessões e permissões, de compensações financeiras e outras receitas patrimoniais.
Receita Agropecuária	Receita de Produção vegetal, animal e derivados e outras receitas agropecuárias.
Receita Industrial	Receita da indústria extrativa mineral, de transformação, de construção e outras receitas industriais.
Receita de Serviços	Comerciais, financeiros, administrativos, educacionais, de transporte, de comunicação, de saúde, portuários, armazenagem, processamento de dados e outros serviços.
Transferências Correntes	Transferências intergovernamentais, de instituições privadas, do exterior, de pessoas, de convênios e para o combate à fome.
Outras Receitas Correntes	Multas e juros de mora, indenizações e restituições, da dívida ativa e outras receitas diversas.

**Quadro 4 - Classificação das Receitas Correntes conforme Anexo 3, da Lei Federal 4.320/64. Fonte: Adaptado de Kohama (2014).**

O artigo 11, da Lei Federal 4.320/64, Anexo número 3, trata também sobre o conceito de Receita de Capital. Conforme o §2º do artigo 11, da Lei Federal 4.320/64:

*“São Receitas de Capital as provenientes da realização de recursos financeiros oriundos da constituição de dívidas; da conversão, em espécie, de bens e direitos; os recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital e, ainda, o superávit do orçamento corrente.”*

A seguir, no quadro cinco, apresentam-se as Receitas de Capital e a sua composição conforme o Anexo número três da Lei Federal 4.320/64.

RECEITA	COMPOSIÇÃO
Operações de Crédito	Operações de crédito internas e externas.
Alienação de Bens	Alienação de bens móveis e imóveis.
Amortização de Empréstimos	Amortização de empréstimos concedidos.
Transferências de Capital	Transferências intergovernamentais, de instituições privadas, do exterior, pessoas e de convênios.
Outras Receitas de Capital	Outras.

**Quadro 5 - Classificação das Receitas de Capital conforme Anexo 3, da Lei Federal 4.320/64.**  
**Fonte: Adaptado de Kohama (1024).**

Com base no exposto, pode-se dizer que a Receita Orçamentária é aquela prevista pelo orçamento e que poderá o administrador público fazer uso frente às despesas públicas. E que a arrecadação de uma Receita Orçamentária depende de uma autorização legislativa e ainda, sua realização está vinculada a execução do orçamento.

#### 2.8.2. Receita Extra-ornamentaria

Segundo Tesch (2008), a Receita Extra-ornamentaria, é o simples ingresso financeiro de caráter temporário, pois pertence a terceiros e compreende uma entrada de dinheiro que corresponde a créditos de terceiros, da qual o Estado é um simples depositário.

Para Kohama (2014, p.77):

A Receita Extra-ornamentaria, segundo grupo da receita pública, compreende os recolhimentos feitos que constituam compromissos exigíveis, cujo pagamento independe de autorização orçamentária e, portanto, independe de autorização legislativa. Por conseguinte, o Estado é obrigado a arrecadar valores que, em princípio, não lhe pertencem. O Estado figura apenas como depositário dos valores que ingressam a esse título, como por exemplo: as cauções, as fianças, as consignações e outras, sendo a sua arrecadação classificada como Receita Extra-ornamentaria.

Segundo Slomski (2003), a Receita Extra-ornamentaria é representada no balanço patrimonial como um passivo financeiro, ou seja, são recursos de terceiros que transitam pelos cofres públicos.

A análise das referências citadas remete a tratativa da Receita Extra-ornamentaria como uma entrada compensatória, pois, não pertencendo ao poder público, deverá ser devolvida ou paga a quem de direito.

## 2.9. LIMITES DE GASTOS COM SAÚDE, EDUCAÇÃO E DESPESAS COM PESSOAL

Para submeter ao entendimento da dinâmica das contas públicas, se faz necessário o estudo dos aspectos reguladores que deliberam os limites mínimos da distribuição da receita pública para atendimento as necessidades básicas da população. Para tanto, apresentam-se a seguir os principais e mais relevantes aspectos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e Constituição Federal no que tange a limitação de gastos com saúde, educação e despesas com pessoal.

Tendo sua origem em um projeto enviado pelo Governo ao Congresso Nacional, para o atendimento a Emenda Constitucional nº 19, de 4 de junho de 1988, a Lei de Responsabilidade Fiscal é o instrumento pelo qual são estabelecidas as normas de finanças públicas com abrangência que engloba a União, Distrito Federal, Estados e Municípios e os seus respectivos poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário).

O principal aspecto para criação da LRF foi à redução da dívida pública, pois, ela tem como objetivo disciplinar a gestão dos recursos públicos, atribuindo maior responsabilidade, corrigindo riscos, prevenindo riscos e buscando evitar medidas que tratam apenas dos sintomas dos problemas e não das suas causas fundamentais.

### 2.9.1. Limites de Gastos com Saúde

Os limites de gastos com Saúde, no Brasil, são estabelecidos pela Constituição Federal (CF) no artigo 198, §1º, que diz:

*“O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, além de outras fontes.”*

Ainda no artigo 198 da CF, §2º, determina-se que:

*“A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios aplicarão, anualmente, em ações e serviços públicos de saúde recursos mínimos derivados da aplicação de percentuais calculados sobre:*

*I - no caso da União, a receita corrente líquida do respectivo exercício financeiro, não podendo ser inferior a 15% (quinze por cento);*

*II - no caso dos Estados e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 155 e dos recursos de que tratam os arts. 157 e 159, inciso I, alínea a, e inciso II, deduzidas as parcelas que forem transferidas aos respectivos Municípios;*

*III - no caso dos Municípios e do Distrito Federal, o produto da arrecadação dos impostos a que se refere o art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, inciso I, alínea b e § 3º.”*

Segundo Cruz (2006, pg. 126), “na saúde, o limite até que seja aprovada a LDO, é o disposto no art. 55 do Ato das disposições Constitucionais Transitórias, ou seja, o mínimo de 30% do orçamento da Seguridade Social, excluindo o seguro-desemprego”. De acordo com a Constituição Federal, devem ser investidos em saúde o percentual mínimo de: 12% pela união, 12% pelos Estados e 15% pelos municípios de suas Receitas Correntes Líquidas.

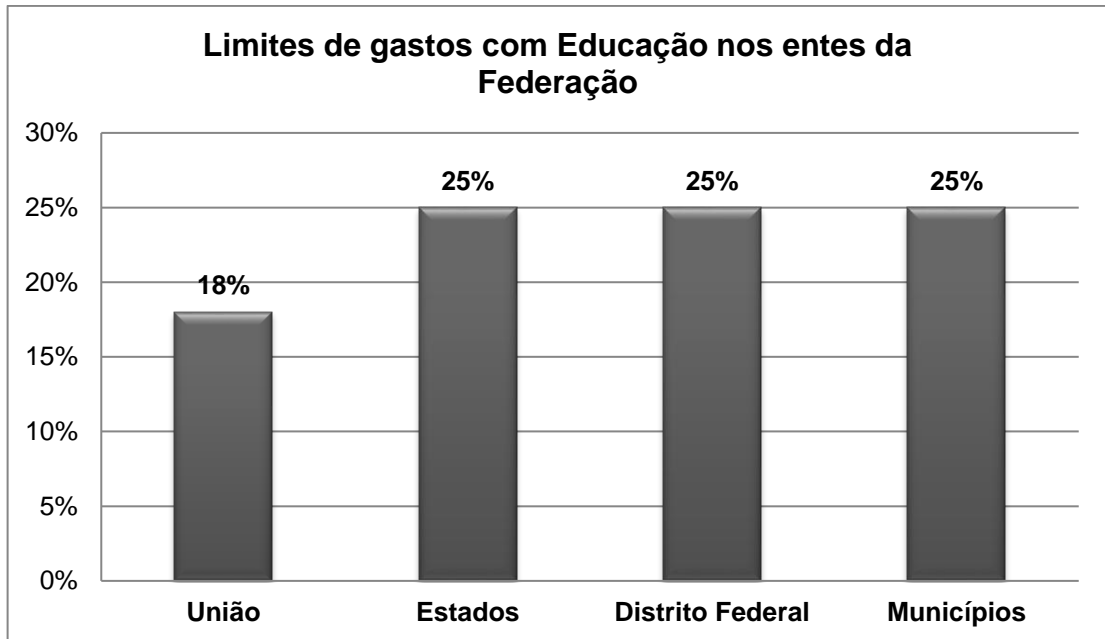
Para Tesch (2008), o país gasta 30% sobre o orçamento da seguridade social tanto na União quanto nos Estados, no Distrito Federal e nos Municípios.

### 2.9.2. Limites de Gastos com Educação

Os limites mínimos de gastos com Educação são determinados pela CF em seu artigo 212, que diz:

*“A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.”*

No gráfico um, abaixo, apresenta-se a representação gráfica dos limites mínimos de gastos com Educação estabelecido pela CF de 1988, à União, Estados, Distrito Federal e Municípios.



**Gráfico 1 - Limites de gastos com Educação nos entes da Federação.**  
**Fonte: Adaptado de Tesch (2008).**

Como se pode observar, a CF estabelece que os Municípios devem destinar, pelo menos, vinte e cinco por cento da sua arrecadação resultante de impostos, incluindo a transferências e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Segundo Gorga (2012), desses 25%, 60% devem ser destinados ao financiamento do ensino fundamental e os 40% restantes ao financiamento de outros níveis de ensino.

### 2.9.3. Limites de Gastos com Despesas com Pessoal

Conforme rege a CF em seu artigo 169, “a despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar.”

Segundo o artigo 19 da LRF, os limites de gastos com pessoal estão assim estabelecidos:

*“Para os fins do disposto no caput do art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida [...]:*

- I - União: 50% (cinquenta por cento);*
- II - Estados: 60% (sessenta por cento);*
- III - Municípios: 60% (sessenta por cento).”*

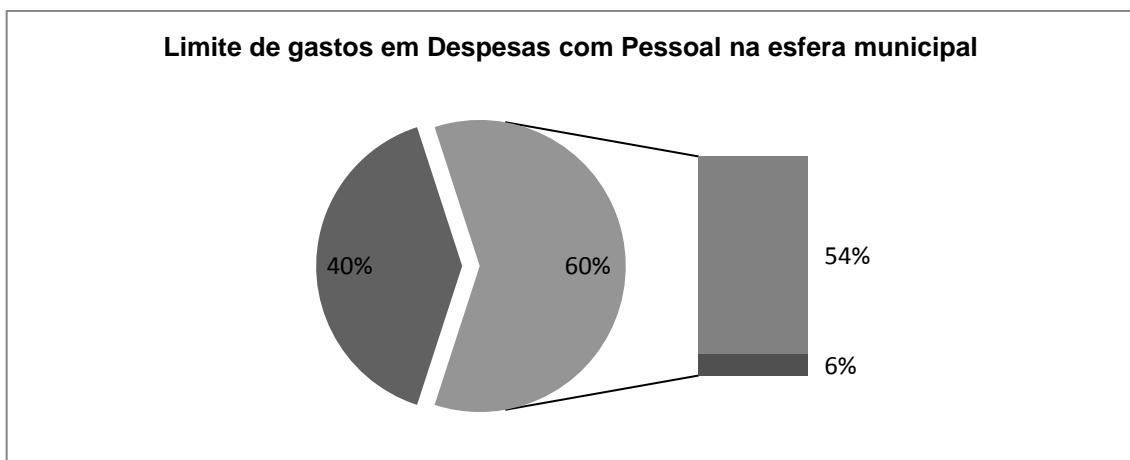
Dentro dos 60% de limite estabelecido aos Municípios, deveram ser observados ainda os percentuais de repartição dos limites globais determinada pelo artigo 20 da LRF, segundo o referido artigo:

*“[...] III - na esfera municipal:*

*a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;*

*b) 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Executivo.”*

O gráfico dois, a seguir, ilustra a repartição dos limites globais da destinação de recursos para os gastos em Despesas com Pessoal.



**Gráfico 2 - Limite de gastos em Despesas com Pessoal na esfera municipal.**  
**Fonte: Adaptado da Lei Complementar 101/2000 Lei de Responsabilidade Fiscal.**

A representação gráfica da partilha do limite estabelecido pela LRF às despesas com pessoal demonstra o que trata o artigo 20 da referida lei que determina que 54% do total de 60% destinado à essa categoria de gastos seja destinado ao poder executivo e os 6% restantes ao poder legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, quando houver.

### 3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Este capítulo pretende descrever o processo metodológico de pesquisa aplicado neste trabalho, e, para facilitar seu entendimento, estrutura-se nas seguintes subdivisões: enquadramento metodológico e procedimentos para coleta e análise de dados que se subdividirá em coleta e análise, detalhando separadamente cada etapa.

#### 3.1. ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Quanto à natureza do objetivo deste projeto de pesquisa segundo Gil (2002):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática (GIL 2002, p. 42).

Usando como base a definição do autor referenciado a atual pesquisa enquadra-se como pesquisa descritiva uma vez que a partir de um portfólio de publicações selecionadas (relatório resumido da execução orçamentária - RREO e dados estatísticos publicados pelo Instituto brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE) fará a descrição das características e a determinação de variáveis e indicadores.

A metodologia aplicada nesta pesquisa quanto à abordagem da problemática é de caráter quantitativo, por permitir a aplicação de testes estatísticos para verificar a validade do que se pretende estudar, para ratificar ou não as informações coletadas mediante observação e interpretação.

Para Richardson (1985, p.29), sobre método quantitativo, afirma que:

[...] “caracteriza-se pelo método empregado da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média, desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correção, análise de regressão etc.”

Visto que, a coleta de dados dar-se-á em fonte de dados primários, o instrumento de pesquisa classifica-se como análise documental. Para Caulley

(1986), a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse; “A técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico por nenhum autor. [...] é uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas.” (HELDER, 2006:1-2). Temos ainda o olhar de Kelly apud Gauthier (1984:296), que diz:

Trata-se de um método de coleta de dados que elimina, ao menos em parte, a eventualidade de qualquer influencia – presença ou intervenção do pesquisador – do conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos pesquisado, anulando a possibilidade de reação do sujeito à operação de medida.

Como este trabalho de pesquisa será realizado utilizando como base publicações de livre acesso, ficando clara sua classificação como pesquisa documental.

### 3.2. COLETA E ANÁLISE DE DADOS

Nesta subseção será explanada separadamente a forma que será efetuada a coleta e a análise dos dados utilizados na construção deste trabalho de pesquisa.

#### 3.2.1. Coleta De Dados

Os dados sobre os tributos estudados serão coletados em relatórios no sítio do Tribunal de Contas do Estado do Paraná – TCE/PR –, e sobre os Municípios estudados, no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Já as demonstrações a serem analisadas serão coletadas do sítio da Secretaria do Tesouro Nacional (STN).



### 3.2.2. Análise dos dados

Para desenvolver a análise com base nas informações da Demonstração da Receita Corrente Líquida e Demonstrativo de Execução de Despesas dos Municípios, ambos divulgados no Relatório Resumido da Execução Orçamentária (RREO), serão utilizadas a Análise Vertical e a Análise Horizontal dessas demonstrações para explicar o desempenho dos impostos arrecadados pelos municípios estudados, apesar de existirem outros indicadores a serem considerados para avaliar os relatórios ou informes contábeis. Sendo assim o conceito de análise vertical e horizontal pode ser definido como:

- Análise Vertical - Tem o objetivo de determinar a relevância de cada conta em relação a um valor total, como por exemplo: o total do ativo, o total das vendas. Portanto, compara os itens de um grupo dentro de um período em relação ao total do grupo.
- Análise Horizontal - Tem o objetivo de determinar o crescimento ou queda em períodos consecutivos. Portanto, compara percentuais ao longo de períodos. A Análise Horizontal (AH) permite o exame da evolução histórica de cada uma das contas que compõem as demonstrações financeiras em relação a outro período.

Matarazzo (2003, p. 18) define:

Em linhas gerais, podem-se listar as seguintes informações produzidas pela análise de Balanços: situação Financeira; situação Econômica; desempenho; eficiência na utilização dos recursos; pontos fortes e fracos; tendências e perspectivas. quadro evolutivo; adequação das fontes às aplicações de recursos; causas das alterações na situação financeira; causas das alterações na rentabilidade; evidência de erros da administração; providências que deveriam ser tomadas e não foram; avaliação de alternativas econômico financeiras futuras.

De acordo com o pensamento do autor acima citado, podemos concluir que a análise das demonstrações contábeis e fiscais baseia-se no raciocínio científico, obedecendo na maioria das ciências uma sequência para o processo de tomada de decisão.

Posteriormente às análises realizadas, buscar-se-á identificar os objetivos da pesquisa bem como os resultados alcançados em sinergia com a problemática apontada.

A análise será finalizada com a demonstração e discussão dos resultados da pesquisa.

#### 4. APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Esse capítulo é destinado a apresentação de discussão dos dados coletados relativos aos Municípios foco dessa pesquisa. Serão apresentados os dados dos Municípios ordenados por microrregião, começando pela Microrregião de Capanema, seguida da Microrregião de Francisco Beltrão e a Microrregião de Pato Branco, seguido da análise e interpretação referente ao período analisado.

##### 4.1. MICRORREGIÃO DE CAPANEMA

As análises da Microrregião de Capanema serão realizadas a partir das tabelas 2 e 3, que demonstram, respectivamente, a análise vertical e horizontal da arrecadação própria de todos os municípios da microrregião e das transferências correntes dos municípios da microrregião que são os apresentados na subseção 1.5.2.1.

**Tabela 2 - Análise Vertical e Horizontal da arrecadação própria da Microrregião de Capanema.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Microrregião de Capanema</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 2.339.350,60	100%	23,4%	R\$ 10.006.859,94	1,6%	R\$ 146.065.418,06
<b>2012</b>	R\$ 2.537.706,58	8,5%	22,2%	R\$ 11.426.808,06	1,6%	R\$ 159.978.551,20
<b>2013</b>	R\$ 2.720.498,38	16,3%	18,5%	R\$ 14.667.230,63	1,5%	R\$ 179.526.729,81
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Microrregião de Capanema</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 2.881.222,74	100%	28,8%	R\$ 10.006.859,94	2%	R\$ 146.065.418,06
<b>2012</b>	R\$ 2.962.261,39	2,8%	25,9%	R\$ 11.426.808,06	1,9%	R\$ 159.978.551,20
<b>2013</b>	R\$ 5.843.036,62	102,8%	39,8%	R\$ 14.667.230,63	3,3%	R\$ 179.526.729,81
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Microrregião de Capanema</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 2.051.854,99	100%	20,5%	R\$ 10.006.859,94	1,4%	R\$ 146.065.418,06
<b>2012</b>	R\$ 2.400.687,46	17%	21%	R\$ 11.426.808,06	1,5%	R\$ 159.978.551,20
<b>2013</b>	R\$ 2.690.598,91	31,1%	18,3%	R\$ 14.667.230,63	1,5%	R\$ 179.526.729,81

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Como podemos notar na tabela 2, acima, dentre os tributos de arrecadação própria dos municípios da Microrregião de Capanema, o que tem maior

representatividade é o ISS representando a 39,8% das receitas tributárias municipais e no ano de 2013 com um crescimento de 102,8% com relação a arrecadação do ano de 2011. Também em 2013 o imposto contribuiu com 3,3% da receita corrente líquida dos municípios da microrregião. Os dados individuais da arrecadação própria de cada município da Microrregião de Capanema apresentam-se no apêndice A partir da tabela 46 até a tabela 53.

A tabela 3 a seguir, apresenta as análises verticais e horizontais acerca das transferências correntes que são os impostos repassados pelo Governo do Estado (QPM-ICMS e QPM-IPVA) e pela União (FPM) aos Municípios da Microrregião de Capanema.

**Tabela 3 - Análise Vertical e Horizontal das Transferências Correntes de ICMS, IPVA e FPM da Microrregião de Capanema.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Microrregião de Capanema</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 38.235.239,01	100%	25,8%	R\$ 148.017.075,51	26,2%	R\$ 146.065.418,06
<b>2012</b>	R\$ 41.796.158,67	9,3%	26%	R\$ 160.554.275,15	26,1%	R\$ 159.978.551,20
<b>2013</b>	R\$ 47.523.422,37	24,3%	26,8%	R\$ 177.120.711,45	26,5%	R\$ 179.526.729,81
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Microrregião de Capanema</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 5.086.491,64	100%	3,4%	R\$ 148.017.075,51	3,5%	R\$ 146.065.418,06
<b>2012</b>	R\$ 5.677.630,43	12%	3,5%	R\$ 160.554.275,15	3,5%	R\$ 159.978.551,20
<b>2013</b>	R\$ 6.281.393,44	23,5%	3,5%	R\$ 177.120.711,45	3,5%	R\$ 179.526.729,81
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Microrregião de Capanema</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 69.988.972,28	100%	47,3%	R\$ 148.017.075,51	47,9%	R\$ 146.065.418,06
<b>2012</b>	R\$ 72.043.829,44	2,9%	44,9%	R\$ 160.554.275,15	45%	R\$ 159.978.551,20
<b>2013</b>	R\$ 74.260.033,10	6,1%	41,9%	R\$ 177.120.711,45	41,4%	R\$ 179.526.729,81

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Com base nos dados da tabela 3 apresentada acima, fica clara a importância do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) para os municípios da Microrregião de Capanema, pois essa transferência representa quase 50% da arrecadação de transferências correntes e também da receita corrente líquida.

Em segundo lugar, as transferências correntes de maior influência na arrecadação da Microrregião de Capanema é a QPM-ICMS, correspondendo, em média, a 26% da arrecadação total de transferências correntes e da receita corrente líquida da Microrregião. Ainda em relação à QPM-ICMS, pode-se observar o aumento na arrecadação em 2013 que chegou a 24,3% em relação a 2011. A

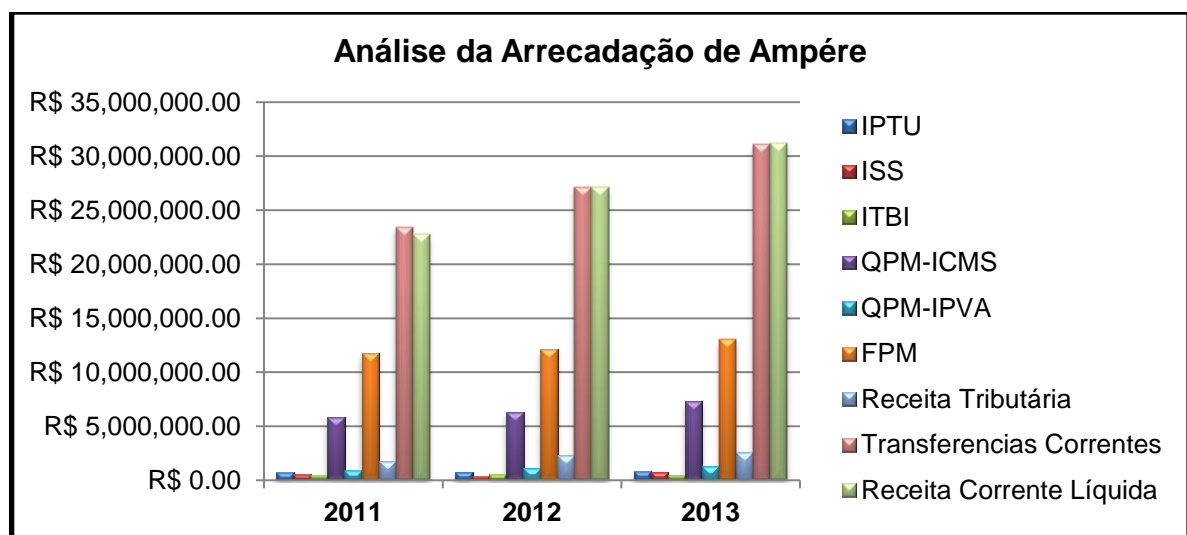
apresentação dos dados da arrecadação individual, oriunda das transferências correntes, de cada município da Microrregião de Capanema, apresentam-se no apêndice B a partir da tabela 83 até a tabela 90.

Na sequência apresentam-se, individualmente, os dados coletados em cada município da Microrregião de Capanema para fins de detalhamento dos dados demonstrados nas análises vertical e horizontal das tabelas 2 e 3 e ainda para a verificação dos valores investidos em educação, saúde e despesas com pessoal realizado nos municípios.

#### 4.1.1. Ampére

Por ser um dos maiores, em área territorial e número de habitantes, municípios da Microrregião de Capanema, o Município de Ampére possui notório impacto no montante de arrecadações da microrregião.

O gráfico 3 apresentado abaixo demonstra os valores da arrecadação própria e das transferências correntes do Município de Ampére.



**Gráfico 3 - Análise da arrecadação do município de Ampére.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com a representação gráfica acima, nota-se que as transferências correntes correspondem à maior representatividade da receita corrente líquida do município, chegando, no ano de 2011, a ser maior do que a própria receita corrente

líquida e em 2012 ela equipara-se a receita corrente líquida. Percebe-se também que as transferências do FPM compõem a maior parte das transferências correntes seguidas da QPM-ICMS. A arrecadação oriunda do FPM, nos anos de 2011 à 2013 ultrapassam o montante de R\$ 10 milhões (dez milhões de reais), e a QPM-ICMS representa em média 52,55% da arrecadação do FPM e 24% da receita corrente líquida no mesmo período, chegando em 2013 à R\$ 7.338.381,80, conforme apresentado na tabela 83 do apêndice B.

Abaixo, na tabela 4, podemos analisar a destinação dos recursos arrecadados pelo Município de Ampére durante o período analisado, quanto a sua destinação:

**Tabela 4 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Ampére.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Ampére</b>			
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 5.796.819,75	R\$ 7.324.661,44	R\$ 8.680.474,18
<b>Educação</b>	R\$ 7.201.478,04	R\$ 9.518.444,15	R\$ 9.998.352,70
<b>Pessoal</b>	R\$ 9.954.137,99	R\$ 11.357.026,40	R\$ 14.040.766,98

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

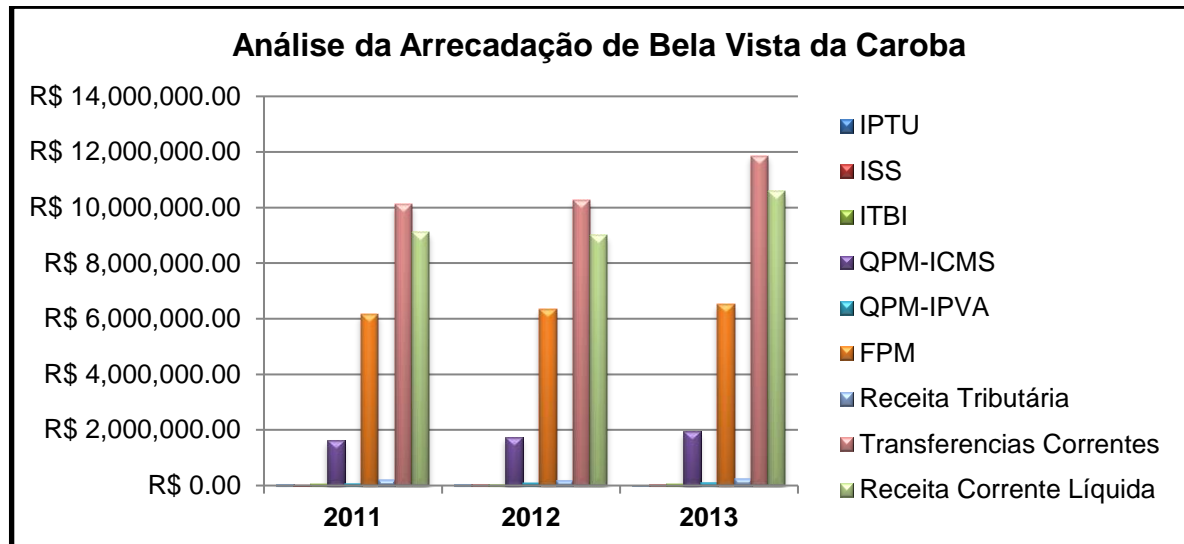
Conforme a tabela apresentada acima, os gastos com saúde nos anos de 2011 a 2013, representaram, respectivamente, 25,5%, 27% e 27,8%, ou seja, ficou além do percentual mínimo estabelecido pela legislação que é de 15% sobre a receita corrente líquida.

Já os gastos realizados com educação incorridos no município de Ampére, segundo dados apresentados na tabela 4, obtiveram uma representatividade, no período estudado, de 31,7% no ano de 2011, 31,5% em 2012 e 32% no ano de 2013. Dessa forma, ficando acima do percentual mínimo estabelecido pela CF que é de 25% sobre a receita corrente líquida.

Por fim as despesas com pessoal incorridos no período de 2011 a 2013, corresponderam há, 43,8% em 2011, 41,9% em 2012 e 45% no ano de 2013, não excedendo em nenhum dos períodos estudados o limite máximo previsto pela legislação vigente, que é de 60% da receita corrente líquida.

#### 4.1.2. Bela Vista da Caroba

Para realização da análise de arrecadação do município de Bela Vista da Caroba, inicialmente serão utilizadas as informações do gráfico 4 apresentado abaixo.



**Gráfico 4 - Análise da arrecadação do município de Bela Vista da Caroba.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Observando o gráfico 4 acima, percebe-se que as transferências correntes no município de Bela Vista da Caroba são maiores que a receita corrente líquida do município. Pode-se dizer então, que são as receitas das transferências correntes que mantêm as despesas e investimentos necessários para a manutenção da máquina pública. Aprecia-se ainda, na representação gráfica, relativo ao valor total das transferências correntes, que este repasse possui maior significância, sendo responsável por 60,7% da transferência corrente em 2011, 61,5% em 2012 e 54,9% no ano de 2013, como pode ser analisado na tabela 84 do apêndice B.

A seguir, na tabela 5, apresentam-se os valores destinados para os gastos com saúde, educação e despesas com pessoal para posterior análise.

**Tabela 5 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Bela Vista da Caroba.**

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Bela Vista da Caroba			
DESPESA	2011	2012	2013
Saúde	R\$ 1.920.266,05	R\$ 1.985.525,63	R\$ 2.626.188,19
Educação	R\$ 2.147.981,28	R\$ 2.040.456,80	R\$ 1.912.230,30
Pessoal	R\$ 3.898.890,70	R\$ 4.601.953,43	R\$ 5.468.107,67

Fonte: Elaborado pelos autores.

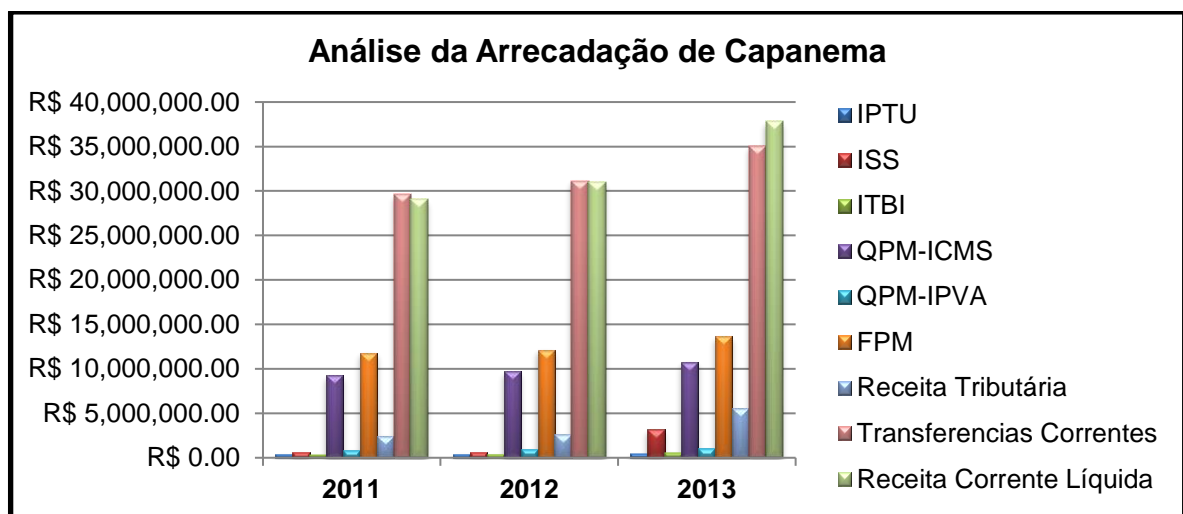
Com base nos valores coletados e apresentados na tabela 5, podemos verificar que, em 2011 o município de Bela Vista da Caroba desembolsou, de seus recursos, para realização de despesas com saúde, o equivalente a 21,1%, em 2012 esse percentual foi de 22,1% e em 2013 foi de 24,8%. Sendo assim, ficou acima do percentual mínimo de 15% sobre a receita corrente líquida estabelecido na legislação.

Com relação à realização de gastos com educação, representaram, sobre a receita corrente líquida os seguintes percentuais: 23,6% no ano de 2011, 22,7% no ano de 2012 e 18,1% em 2013. Conforme a legislação vigente, o município não atingiu o percentual mínimo exigido para gastos com educação.

As despesas com pessoal ocorridas nos períodos de 2011 a 2013, segundo os dados demonstrados pela tabela, corresponderam sobre a receita corrente líquida, 42,8% em 2011, 51,1% em 2012 e 51,7% no ano de 2013, ficando, com isso, dentro do limite máximo estabelecido pela legislação que é de 60%.

#### 4.1.3. Capanema

Com base no gráfico 5, que apresenta a arrecadação do município de Capanema, pode-se observar a evolução da arrecadação do, com destaque para a receita corrente líquida, arrecadação do ISS e o FPM, os quais atingiram maior aumento no ano de 2013.



**Gráfico 5 - Análise da arrecadação do Município de Capanema.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.



Nota-se na representação gráfica acima, que de 2011 para 2012 o município não teve uma mudança tão expressiva em sua arrecadação. No entanto, de 2012 para 2013 a receita corrente líquida do município aumentou em mais de R\$ 5 milhões. Outro fato interessante a ser analisado é o aumento na arrecadação própria de Capanema. As receitas tributárias do município obtiveram um acréscimo em torno de R\$ 3 milhões no ano de 2013 com relação a 2011 e esse aumento deve-se à arrecadação do ISS. Em 2013 o município de Capanema arrecadou 375% a mais de ISS em relação ao ano de 2011.

Outro imposto que contribuiu consideravelmente para esse resultado foi o ITBI, que em 2013 atingiu 67,4% de aumento considerando a arrecadação do ano de 2011.

Na sequência, com base nos dados da tabela 6, realizar-se-á análise da distribuição da arrecadação de Capanema para o cumprimento das despesas com saúde, educação e pessoal.

**Tabela 6 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Capanema.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Capanema</b>			
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 5.968.807,19	R\$ 7.250.888,82	R\$ 8.122.010,92
<b>Educação</b>	R\$ 7.228.064,81	R\$ 9.201.332,63	R\$ 9.971.125,26
<b>Pessoal</b>	R\$ 13.502.943,28	R\$ 16.078.500,59	R\$ 16.808.151,36

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

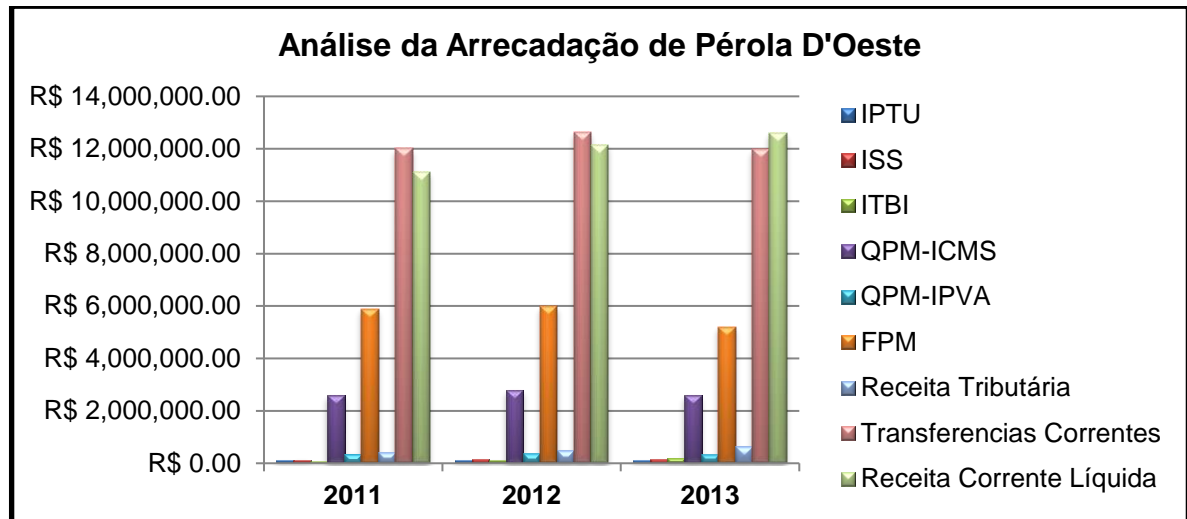
Verificando-se os dados apresentados e realizando uma comparação com os valores das receitas correntes líquidas do município nos anos de 2011, 2012 e 2013, constatou-se que os gastos relativos à saúde no período estudado, corresponderam respectivamente a 20,5%, 23,4%, e 21,5% da receita corrente líquida de Capanema. Esse índice situa-se acima do limite mínimo determinado pela legislação que é de 15% sobre a receita corrente líquida.

As despesas realizadas com educação representaram, em média, 27% da receita corrente líquida do município, percentual acima do limite mínimo estabelecido pela Constituição Federal de 88 que é de 25% da receita corrente líquida.

As despesas com pessoal incorridas no período estudado apresentaram os percentuais de 46,4% no ano de 2011, 51,8% em 2012 e 44,5% em 2013. Com isso, as despesas com pessoal do município não excederam o limite máximo que é de 60% da receita corrente líquida, conforme previsto pela legislação.

#### 4.1.4. Pérola D'Oeste

O município de Pérola D'Oeste apresentou nos anos estudados, os seguintes valores referentes à arrecadação, constantes no gráfico 6 :



**Gráfico 6 - Análise da arrecadação do Município de Pérola D'Oeste.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se ao analisar o gráfico acima que a maior parte da arrecadação total do município é formada pelas transferências correntes que, nos anos de 2011 e 2012 atingiram valor arrecadado maior ao resultante na receita líquida corrente do município. Ou seja, cidade de Pérola D'Oeste é mantida, basicamente pelas transferências intergovernamentais.

Mesmo havendo um decréscimo na transferência do FPM no ano de 2013, a receita corrente líquida de Pérola D'Oeste manteve-se acima dos R\$ 12 milhões.

De posse desses dados, passamos a análise da distribuição dessa arrecadação. Para essa análise, os dados estão dispostos na tabela 7, que demonstra os valores realizados repassados pelo município para manutenção da saúde, educação e das despesas com pessoal.

**Tabela 7 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Pérola D'Oeste.**

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Pérola D'Oeste			
DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 2.664.784,43	R\$ 3.151.045,06	R\$ 4.295.065,50
<b>Educação</b>	R\$ 2.357.047,91	R\$ 2.677.589,32	R\$ 3.810.784,80
<b>Pessoal</b>	R\$ 4.151.362,24	R\$ 4.891.264,19	R\$ 6.021.260,22

Fonte: Elaborado pelos autores.

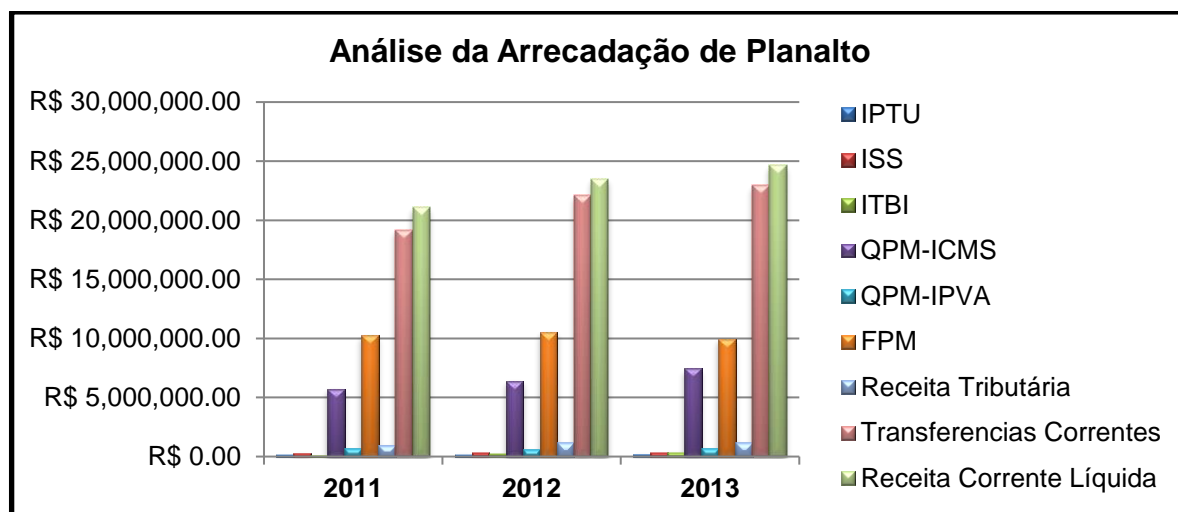
De forma que o município de Pérola D'Oeste aplicou em saúde o equivalente a 24% no ano de 2011, portanto atendeu ao percentual mínimo estabelecido pela CF, 25,9% em 2012 e 34,1% no ano de 2013, sendo assim atendeu as disposições legais previstas pela legislação sobre os gastos com saúde. Nota-se ainda, com relação as despesas com saúde, que essa despesa apresentou um aumento de 61% no último ano analisado pela pesquisa, com relação ao ano de 2011.

As despesas com educação, nos três anos analisados, atingiram em média de 24,5% das receitas líquidas correntes, sendo assim, permaneceram abaixo do percentual mínimo a ser aplicado em educação pelos municípios, determinado pela legislação, que é de 25% sobre a receita corrente líquida.

Os valores despendidos para atendimento das despesas com pessoal de Pérola D'oeste corresponderam ao percentual de 37,4% da receita corrente líquida em 2011, 40,3% em 2012 e 47,8% no ano de 2013. Portanto, situaram-se abaixo do limite máximo estipulado pela CF para as despesas com pessoal de 60%, da receita corrente líquida.

#### 4.1.5. Planalto

O município de Planalto, quarto com maior arrecadação dentre os oito da microrregião de Capanema, apresentou, nos anos de 2011 a 2013, os seguintes valores de arrecadação, representados no gráfico 7, abaixo.



**Gráfico 7 - Análise da arrecadação do Município de Planalto.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Seguindo a linha dos demais municípios da Microrregião de Capanema, Planalto possui uma baixa arrecadação própria, como se pode observar no gráfico 7, arrecadação essa que representa em média 1% da receita corrente líquida do município, considerando-se a arrecadação individual de cada tributo, e a 5% levando-se em consideração o total de arrecadação das receitas tributárias.

A partir dos dados da tabela 8, apresentada abaixo serão verificados os dispêndios realizados pelo município, para a execução das despesas com pessoal, saúde e educação.

**Tabela 8 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Planalto.**  
**Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Planalto**

DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 4.277.739,74	R\$ 5.325.612,84	R\$ 6.049.039,09
<b>Educação</b>	R\$ 4.631.475,26	R\$ 4.936.565,60	R\$ 5.978.504,89
<b>Pessoal</b>	R\$ 7.202.221,98	R\$ 8.360.007,84	R\$ 9.093.519,18

Fonte: Elaborado pelos autores.

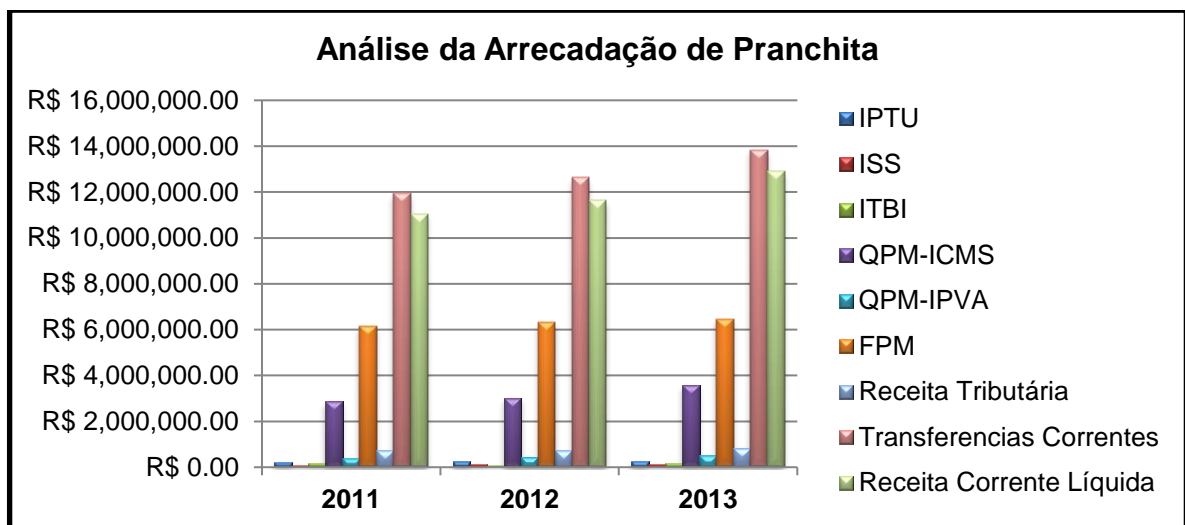
Baseado nos valores demonstrados na tabela acima, a análise que se realiza acerca dos valores despendidos para os gastos com saúde nos três anos estudados atingiu em média 24% da receita corrente líquida do município, ficando acima dos 15% que são estabelecidos pela legislação.

Os dispêndios para educação corresponderam 24,1% da receita corrente líquida no ano de 2011, 22,3% em 2012 e 26,1% em 2013. Com isso, observa-se que o município de Planalto atendeu o estabelecido na legislação apenas no ano 2013, dentre o período estudado.

As despesas com pessoal realizadas pelo município, com base nos valores apresentados na tabela 8, foram equivalentes a 37,5% da receita corrente líquida em 2011, 37,8% em 2012 e 39,6% no ano de 2013, ou seja, atingiu pouco mais da metade do limite máximo para as despesas com pessoal determinado pela legislação.

#### 4.1.6. Pranchita

O município de Pranchita, dentre os oito pertencentes à Microrregião de Capanema, é um dos que apresenta menor arrecadação própria. O gráfico 8, apresentado logo abaixo, auxiliará na análise da arrecadação do município de Pranchita.



**Gráfico 8 - Análise da arrecadação do Município de Pranchita.**  
**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Como se pode observar no gráfico 8 acima, os índices de arrecadação própria da cidade de Pranchita são baixos, sendo que o imposto que traz maior renda é o IPTU o qual chega a representar 2,1% da receita corrente líquida do município.

Dessa forma, Pranchita, depende das transferências correntes para manutenção da máquina pública. Dentre as transferências correntes recebidas pelo

município, a que tem maior destaque é a do FPM que representou nos anos estudados em média 50% da receita corrente líquida.

A tabela 9 apresentada a seguir, demonstra a destinação dos recursos do município de Pranchita, para as despesas de saúde, educação e despesas com pessoal.

**Tabela 9 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Pranchita.**  
**Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Pranchita**

DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 2.263.107,56	R\$ 2.779.300,85	R\$ 3.100.445,66
<b>Educação</b>	R\$ 2.331.523,26	R\$ 3.044.871,62	R\$ 3.663.307,20
<b>Pessoal</b>	R\$ 5.026.091,00	R\$ 5.932.128,37	R\$ 6.713.949,14

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Com base nos valores de tabela acima e com auxílio da tabela 51 do apêndice A, verifica-se que as despesas com saúde realizadas pelo município alcançaram os percentuais de 20,5% em 2011, 23,9% em 2012 e 24,1% no ano de 2013, aplicados sobre a receita corrente líquida do município. Com isso, ficou acima do percentual mínimo para gastos com saúde estabelecido pela legislação.

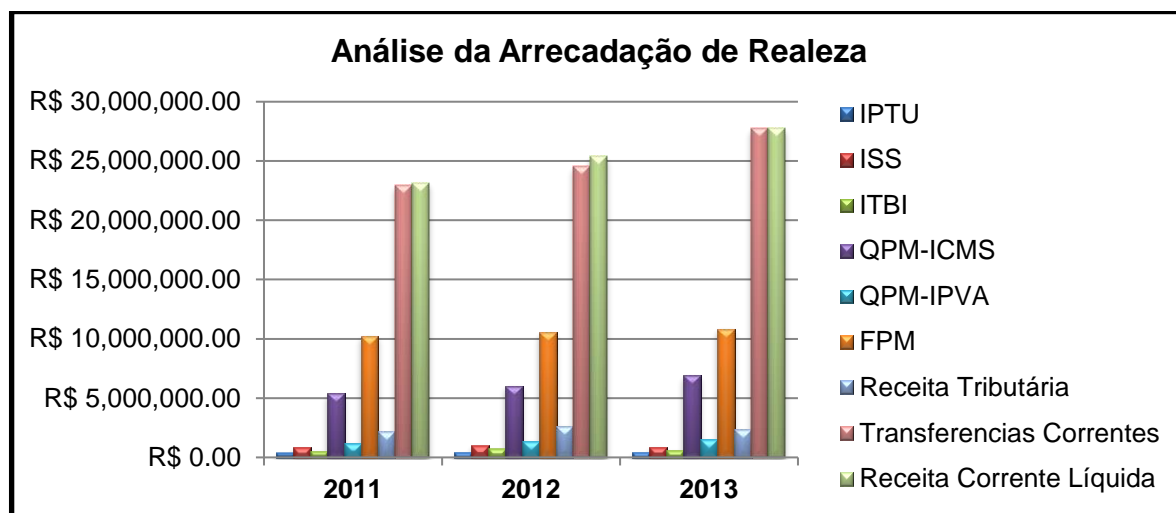
Os investimentos em educação realizados pelo município de Pranchita, em relação à receita corrente líquida, corresponderam a 21,1% no ano de 2011, 26,2% em 2012 e 28,4% em 2013, ou seja, somente a partir de 2012 a cidade passou a investir em educação os percentuais sobre a receita corrente líquida que prevê a CF que é de 25% sobre a receita corrente líquida.

As despesas com pessoal, de Pranchita, representaram sobre a receita corrente líquida, 45,5% em 2011, 51% no ano de 2012 e 52,1% em 2013. A exemplo dos demais municípios já analisados anteriormente, não atingiu o limite máximo estipulado pela legislação.

#### 4.1.7. Realeza

Dentre os municípios da Microrregião de Capanema, Realeza é um dos que apresenta uma receita tributária de maior representatividade sobre a receita corrente

líquida. O gráfico 9 apresentado a seguir, demonstra a arrecadação do município de Realeza.



**Gráfico 9 - Análise da arrecadação do Município de Realeza.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando o gráfico 9, pode-se perceber o crescimento ocorrido na receita tributária de Realeza no de 2012 com relação a 2011 e logo após, em 2013 uma diminuição na arrecadação tributária do município. Esse fato deve-se ao crescimento de 33,2% na receita do ITBI no ano de 2012 em relação a 2011. Já em 2013 o crescimento foi de apenas 10,6% em relação ao primeiro ano estudado.

A seguir, com base nos dados apresentados na tabela 10, será analisada a distribuição dos recursos de Realeza, para as despesas com saúde, educação e pessoal.

**Tabela 10 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Realeza.**

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Realeza			
DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 5.230.373,18	R\$ 6.207.999,01	R\$ 7.380.131,29
<b>Educação</b>	R\$ 7.807.345,98	R\$ 7.555.100,10	R\$ 7.517.681,43
<b>Pessoal</b>	R\$ 8.730.984,58	R\$ 10.302.749,86	R\$ 11.350.304,18

Fonte: Elaborado pelos autores.

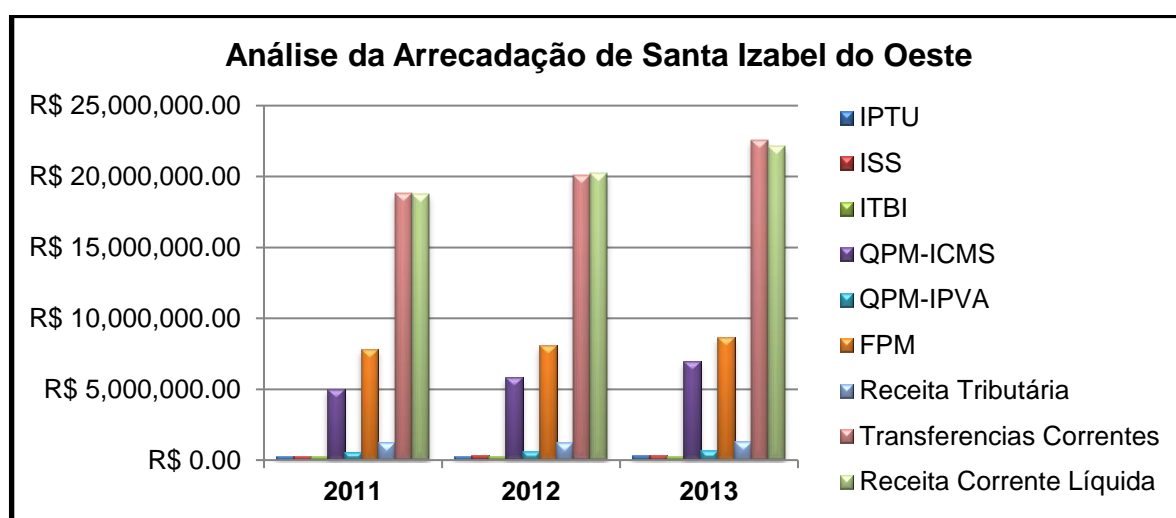
Analisando a tabela acima, nota-se a crescente evolução dos gastos realizados com saúde pelo município de Realeza. Conforme os dados da arrecadação do município, essa despesa correspondeu, em 2011, a 22,6% da receita corrente líquida, 24,5% em 2012 e 26,6% em 2013. Portanto, as despesas destinadas a saúde ficaram acima da determinação legal.

Já os gastos com educação, apresentam um decréscimo no decorrer dos anos estudados. A despesa com educação, que em 2011 representava 33,7% da receita corrente líquida de Realeza, passou em 2012, a representar 29,8% e 27,1% em 2013. Embora ocorrência de redução nos investimentos com educação, o município, nos três anos estudados, destinou para a educação em média 5% sobre a receita corrente líquida, a mais do que o estabelecido pela legislação.

Nos gastos realizados com pessoal, houve também, a exemplo da saúde, um acréscimo na destinação de recursos. Em 2011, o município de Realeza destinou para pagamentos de despesas com pessoal, o valor correspondente a 47,7% sobre a receita corrente líquida, no ano seguinte, 2012, esse valor representou 40,6% e em 2013, 40,9%. Dessa forma, embora tenha aumentado os gastos com pessoal, o município não excedeu o limite máximo de 60% determinado pela legislação.

#### 4.1.8. Santa Izabel do Oeste

O município de Santa Izabel do Oeste apresentou no decorrer dos três anos analisados, os seguintes dados, demonstrados no gráfico 10.



**Gráfico 10 - Análise da arrecadação do Município de Santa Izabel do Oeste.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.



Como se pode observar no gráfico acima, Santa Izabel do Oeste, não apresenta uma grande arrecadação própria. A receita tributária do município corresponde em média a 1% da receita corrente líquida, o que o torna dependente das transferências intergovernamentais repassadas pela União e o Estado. Dentre as transferências correntes recebidas pelo município, a do FPM é a que tem maior representatividade frente ao montante total, chegando a corresponder a 40% das transferências correntes e conseqüentemente representa o maior percentual sobre a receita corrente líquida, seguida da QPM-ICMS.

A seguir, apresenta-se a tabela 11, a qual norteará a análise sobre a distribuição dos recursos arrecadados pelo município para as despesas com pessoal, saúde e educação.

**Tabela 11 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Santa Izabel do Oeste.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Santa Izabel do Oeste</b>			
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 5.095.823,34	R\$ 6.442.416,68	R\$ 6.863.197,74
<b>Educação</b>	R\$ 4.454.960,18	R\$ 5.460.417,87	R\$ 6.819.420,69
<b>Pessoal</b>	R\$ 8.130.307,58	R\$ 9.464.926,37	R\$ 10.539.858,87

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Com base nos dados da tabela acima, nota-se que as três despesas foco dessa pesquisa, apresentaram crescimento ao longo do período estudado. As despesas com saúde realizadas pelo município em 2011 foram equivalentes a 27,1% da receita corrente líquida de Santa Izabel do Oeste, em 2012 esse percentual foi de 31,9% e 31% em 2013. Ou seja, o município, em 2012 e 2013, investiu pouco mais que o dobro em saúde do que determina a CF que seria de 15% sobre a receita corrente líquida.

Na educação, os valores desembolsados pelo município, corresponderam a 23,7% da receita corrente líquida em 2011, ficando abaixo do percentual mínimo previsto pela CF. Já em 2012 e 2013, os valores corresponderam, respectivamente, a 27% e 30,8% da receita corrente líquida da cidade, restabelecendo os valores que a legislação determina.

As despesas com pessoal incorridas nos anos estudados representou, sobre a receita corrente líquida, 43,3% em 2011, 46,8% em 2012 e 47,6% em 2013. Sendo assim, o município não excedeu o limite máximo previsto na CF.

## 4.2. MICRORREGIÃO DE FRANCISCO BELTRÃO

A Microrregião de Francisco Beltrão é a que possui os maiores valores conjuntos, isso devido ao fato de que essa microrregião possui o maior número de municípios, sendo contemplada por 19 municípios, conforme apresentou-se no quadro 1.

Para análise dos dados globais da Microrregião de Francisco Beltrão, serão tomadas como referências as tabelas 12 e 13 a seguir, que demonstram, respectivamente, os dados da arrecadação própria dos municípios da microrregião e das transferências correntes foco do estudo.

**Tabela 12 - Análise Vertical e Horizontal da arrecadação própria da Microrregião de Francisco Beltrão.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Microrregião de Francisco Beltrão</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 8.166.873,87	100%	20,7%	R\$ 39.435.752,21	1,9%	R\$ 431.608.923,98
<b>2012</b>	R\$ 9.362.153,96	14,6%	19,7%	R\$ 47.423.659,11	2%	R\$ 464.303.045,94
<b>2013</b>	R\$ 11.169.007,06	36,8%	20,3%	R\$ 55.038.436,87	2,2%	R\$ 518.029.894,32
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Microrregião de Francisco Beltrão</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 13.656.234,05	100%	34,6%	R\$ 39.435.752,21	3,2%	R\$ 431.608.923,98
<b>2012</b>	R\$ 16.890.663,13	23,7%	35,6%	R\$ 47.423.659,11	3,6%	R\$ 464.303.045,94
<b>2013</b>	R\$ 19.482.070,19	42,7%	35,4%	R\$ 55.038.436,87	3,8%	R\$ 518.029.894,32
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Microrregião de Francisco Beltrão</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 5.712.486,39	100%	14,5%	R\$ 39.435.752,21	1,3%	R\$ 431.608.923,98
<b>2012</b>	R\$ 7.963.047,72	39,4%	16,8%	R\$ 47.423.659,11	1,7%	R\$ 464.303.045,94
<b>2013</b>	R\$ 9.042.846,41	58,3%	16,4%	R\$ 55.038.436,87	1,7%	R\$ 518.029.894,32

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Com base nos dados da tabela 12, verifica-se que dentro das receitas de arrecadação própria dos municípios, ou seja, da receita tributária, o imposto de maior influência na arrecadação é o ISS. O imposto correspondeu em média a 35,2% da receita tributária total da microrregião, e ainda participou em média de 3,5% da receita corrente líquida, seguido do IPTU que representou durante os três anos estudados, à 20,3% da receita tributária e 2% da receita corrente líquida da microrregião, e do ITBI, que dentre os três tributos estudados na receita própria dos municípios, apresentou um aumento de 58,3% no ano de 2013 em relação a 2011.

Verificando a tabela 12, é possível observar ainda que, embora os municípios apresentem crescimento na arrecadação própria, a receita tributária dos municípios da Microrregião não é tão expressiva, pois corresponde, no máximo a 3,8% da receita corrente líquida. Isso poderá tornar os municípios da Microrregião, dependentes das transferências intergovernamentais.

Os dados individuais da arrecadação tributária de cada município da Microrregião de Francisco Beltrão poderão ser consultados no apêndice A, a partir da tabela 54 até a tabela 72.

A seguir, na tabela 13, apresentam-se os dados das transferências correntes dos municípios abrangidos pela Microrregião de Francisco Beltrão.

**Tabela 13 - Análise Vertical e Horizontal das Transferências Correntes de ICMS, IPVA e FPM da Microrregião de Francisco Beltrão.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Microrregião de Francisco Beltrão</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 120.410.666,13	100%	28,1%	R\$ 428.743.275,06	27,9%	R\$ 431.608.923,98
<b>2012</b>	R\$ 125.378.403,39	4,1%	27,6%	R\$ 453.938.229,53	27%	R\$ 464.303.045,94
<b>2013</b>	R\$ 142.108.932,02	18%	28,4%	R\$ 501.227.974,67	27,4%	R\$ 518.029.894,32
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Microrregião de Francisco Beltrão</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 16.013.038,93	100%	3,7%	R\$ 428.743.275,06	4%	R\$ 431.608.923,98
<b>2012</b>	R\$ 18.999.731,21	18,7%	4,2%	R\$ 453.938.229,53	4,1%	R\$ 464.303.045,94
<b>2013</b>	R\$ 20.484.062,16	27,9%	4,1%	R\$ 501.227.974,67	4%	R\$ 518.029.894,32
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Microrregião de Francisco Beltrão</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 159.028.330,96	100%	37,1%	R\$ 428.743.275,06	36,8%	R\$ 431.608.923,98
<b>2012</b>	R\$ 164.111.633,49	3,2%	36,2%	R\$ 453.938.229,53	35,3%	R\$ 464.303.045,94
<b>2013</b>	R\$ 170.111.547,21	7%	33,9%	R\$ 501.227.974,67	32,8%	R\$ 518.029.894,32

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

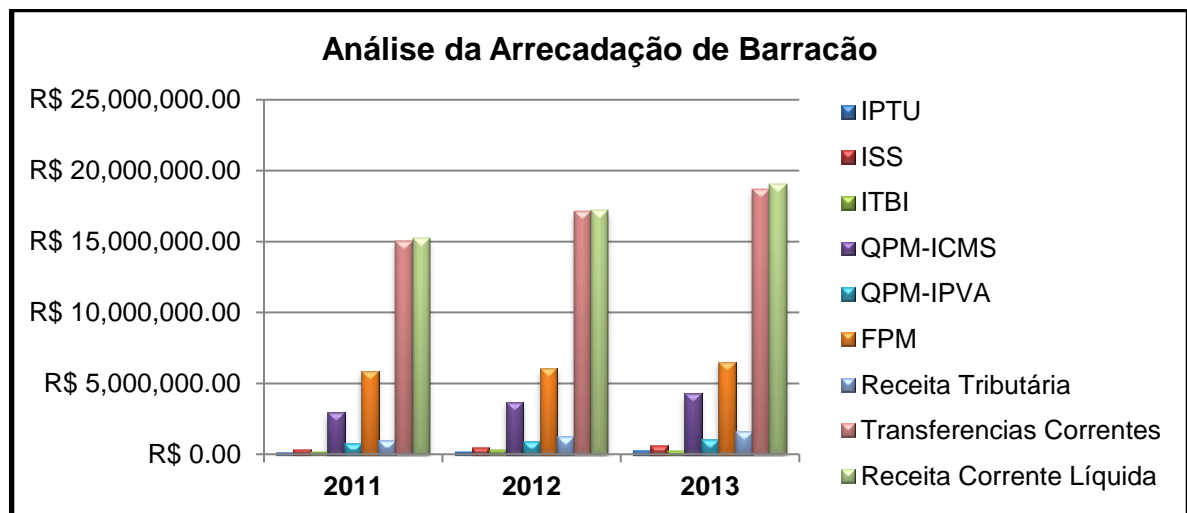
Conforme dados da tabela 13, nota-se que, dentre as principais transferências correntes demonstradas, a que possui maior acréscimo no decorrer dos três anos analisados, foi a QPM-IPVA. No entanto, a transferência intergovernamental que tem maior representatividade sobre o total de transferências correntes, é a do FPM, que corresponde a mais de 30% das transferências correntes, seguida da QPM-ICMS que representa mais de 25% chegando próximo aos 30% sobre o total de transferências correntes. Os dados individuais da acerca das transferências correntes recebidas em cada município da Microrregião de

Francisco Beltrão poderão ser consultados no apêndice B, a partir da tabela 91 até a tabela 109.

Nas subseções a seguir apresentam-se, individualmente, os dados coletados em cada município da Microrregião de Francisco Beltrão para fins de detalhamento dos dados demonstrados nas análises vertical e horizontal das tabelas 12 e 13, e ainda para a verificação dos valores destinados a educação, saúde e despesas com pessoal realizado nos municípios no período analisado. Iniciando pelo município de Barracão.

#### 4.2.1. Barracão

Iniciando as análises individuais da Microrregião de Francisco Beltrão, apresenta-se o gráfico 11, abaixo, com os dados da arrecadação do município de Barracão.



**Gráfico 11 - Análise da arrecadação do Município de Barracão.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nos dados demonstrados pelo gráfico 11, nota-se que Barracão apresenta um crescente aumento na arrecadação própria. Isso se deve a arrecadação dos três impostos foco desse trabalho (IPTU, ISS e ITBI), os quais apresentaram crescimento acima de 50% nos anos de 2012 e 2013 em relação a 2011. Porém, embora tenha demonstrado crescimento na arrecadação própria, a

maior parte da receita corrente líquida do município é decorrente das transferências correntes com destaque para o FPM e a QPM-ICMS.

Na tabela 14 são demonstrados os valores destinados para as despesas com saúde educação e pessoal, realizadas pelo município de Barracão nos anos de 2011 a 2013.

**Tabela 14 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Barracão.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Brracão</b>				
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	
<b>Saúde</b>	R\$ 3.798.569,26	R\$ 4.881.537,97	R\$ 5.249.223,01	
<b>Educação</b>	R\$ 3.815.018,66	R\$ 4.386.652,75	R\$ 4.658.914,35	
<b>Pessoal</b>	R\$ 5.591.551,34	R\$ 6.443.189,16	R\$ 7.222.777,67	

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

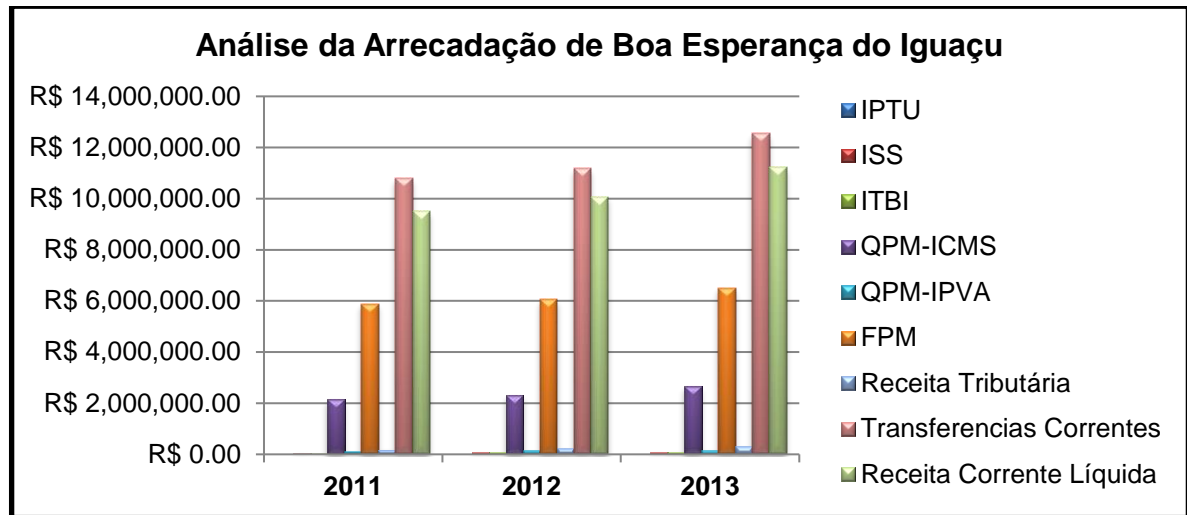
Com base nos dados da tabela 14, observa-se que os gastos com saúde, educação e despesas com pessoal aumentaram de 2011 até 2013. Os gastos realizados com saúde corresponderam, sobre a receita corrente líquida, a um percentual de 24,9% em 2011, 28,4% em 2012, e 27,6% em 2013, permanecendo acima do mínimo estipulado pela legislação.

Os gastos com educação no município de Barracão no período de 2011 a 2013 também apresentaram aumento. Representaram, sobre a receita corrente líquida do município, 25% em 2011, 25,5% em 2012 e em 2013 apesar do aumento no valor repassado para a educação o percentual sobre a receita corrente líquida caiu para 24,5%, sendo que apenas em 2013 o município investiu em educação, valor 0,5% abaixo do que é estabelecido pela CF.

As despesas com pessoal corresponderam a 36,7% da receita corrente líquida em 2011, 37,4% em 2012 e 37,9% em 2013. Sendo assim, o município desembolsou em despesas com pessoal, pouco mais da metade do limite máximo determinado pela legislação que estima gastos de até 60% da receita corrente líquida.

#### 4.2.2. Boa Esperança do Iguaçu

O município de Boa Esperança do Iguaçu apresentou nos três anos analisados pela pesquisa, a seguinte arrecadação demonstrada no gráfico 12.



**Gráfico 12 - Análise da arrecadação do Município de Boa Esperança do Iguaçu.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se no gráfico acima que a receita tributária do município de Boa Esperança do Iguaçu é praticamente insignificante frente às transferências correntes. Os valores arrecadados de impostos próprios pelo município não chegam a alcançar o montante de R\$ 100.000,00 e diante disso, é inferior a 1% da receita corrente líquida do município. De forma que, com base nos dados apresentados percebe-se que este município é mantido com recursos oriundos das transferências correntes.

Na sequência, é apresentada à análise da destinação recursos do município de Boa Esperança do Iguaçu, a partir dos dados demonstrados na tabela 15.

**Tabela 15 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Boa Esperança do Iguaçu.**

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Boa Esperança do Iguaçu			
DESPESA	2011	2012	2013
Saúde	R\$ 1.742.229,44	R\$ 1.903.337,57	R\$ 2.259.227,67
Educação	R\$ 1.635.988,78	R\$ 1.885.310,48	R\$ 2.037.922,05
Pessoal	R\$ 3.919.172,33	R\$ 4.767.981,87	R\$ 5.482.236,61

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a tabela 15, verifica-se que o valor destinado pelo município para despesas com saúde e educação não chega a metade do valor destinado às despesas com pessoal.

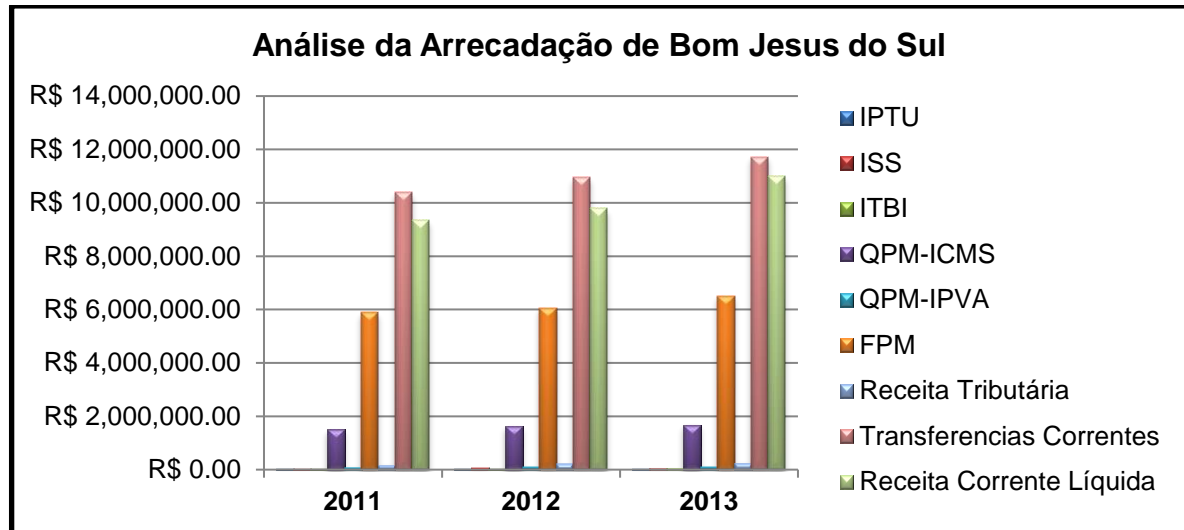
Os gastos com saúde correspondem, em 2011, a 18,3% da receita corrente líquida de Boa esperança do Iguaçu, em 2012 esse percentual foi de 18,9% e em 2013 foi de 20,1%. Sendo assim, os gastos realizados com saúde no município de Boa esperança do Iguaçu no decorrer do período analisado, estão acima do que é determinado pela legislação.

Os investimentos em educação sobre a receita corrente líquida corresponderam a 17,2% em 2011, 18,7% em 2012 e 18,1% em 2013, não atendendo ao valor mínimo previsto pela CF, que é de 25% sobre a receita corrente líquida.

As despesas com pessoal em relação à receita corrente líquida, foram de 41,2% em 2011, 47,4% em 2012 e 48,8% em 2013, permanecendo inferior ao estabelecido pela legislação.

#### 4.2.3. Bom Jesus do Sul

Assim como Boa esperança do Iguaçu, o município de Bom Jesus do Sul apresenta arrecadação tributária que não chegam a atingir a casa dos R\$ 80.000,00 em nenhum dos três anos analisados. O gráfico 13 a seguir apresenta a arrecadação do município.



**Gráfico 13 - Análise da arrecadação do Município de Bom Jesus do Sul.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se pode observar, o FPM representa a maior parte da arrecadação de Bom Jesus do Sul seguido pela QPM-ICMS. Dentre as transferências correntes, a QPM-IPVA é a que possui menor representatividade, alcançando apenas 1% das transferências correntes. Isso se deve ao fato de que a QPM-IPVA corresponde a 50% do valor do IPVA arrecadado pela cidade.

Com base na tabela 16, serão analisadas as destinações dos recursos da arrecadação de Bom Jesus do Sul relacionados aos gastos com saúde, educação e despesas com pessoal.

**Tabela 16 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Bom Jesus do Sul.**

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Bom Jesus do Sul				
DESPESA	2011	2012	2013	
<b>Saúde</b>	R\$ 1.964.579,99	R\$ 2.183.142,64	R\$ 3.021.147,46	
<b>Educação</b>	R\$ 2.314.137,56	R\$ 3.358.416,65	R\$ 3.227.689,82	
<b>Pessoal</b>	R\$ 3.681.140,16	R\$ 4.141.085,85	R\$ 4.592.758,06	

Fonte: Elaborado pelos autores.

Tomando como base os dados da tabela 16, verifica-se que a destinação de recursos para os gastos com saúde, representou, sobre a receita corrente líquida, 21% em 2011, 22,3% em 2012 e 27,5% em 2013, atendendo ao percentual mínimo que estabelece a CF.

Os investimentos para a educação corresponderam a 24,8% da receita corrente líquida em 2011, 34,3% em 2012 e 29,4% em 2013. Com isso, o município investiu 0,2% abaixo do valor mínimo, de 25% da receita corrente líquida,

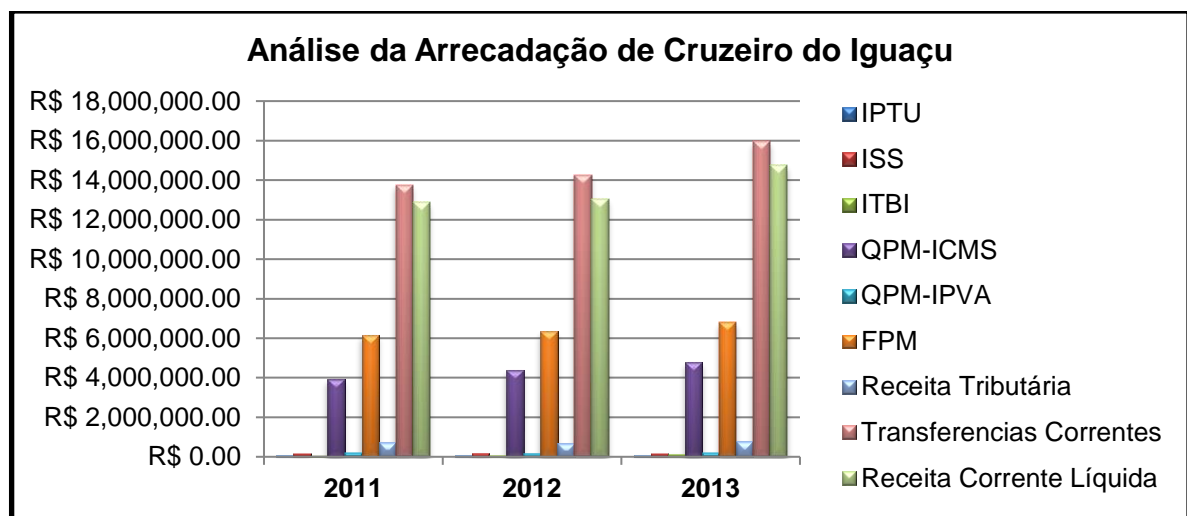


determinado pela legislação no ano de 2011 e nos dois anos seguintes destinou recursos acima da determinação.

As despesas com pessoal foram de 39,4% sobre a receita corrente líquida em 2011, 42,4% em 2012 e 41,8% em 2013. Dessa forma, o município não excedeu o limite máximo que a legislação determina.

#### 4.2.4. Cruzeiro do Iguaçu

Cruzeiro do Iguaçu, dentre os municípios que apresentaram menor arrecadação tributária, é o que apresenta maior índice de arrecadação própria. O gráfico 14 auxilia na compreensão da arrecadação do município.



**Gráfico 14 - Análise da arrecadação do Município de Cruzeiro do Iguaçu.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

A análise do gráfico 14 revela que o tributo de arrecadação própria que possui maior representatividade para Cruzeiro do Iguaçu é o ISS, que representou em média 23% da receita tributária do município durante os anos de 2011 a 2013. No entanto, as transferências correntes representam um maior percentual sobre a receita corrente líquida.

A tabela 17 a seguir apresenta os valores destinados para a saúde, educação e despesas com pessoal.

**Tabela 17 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Cruzeiro do Iguaçu.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Cruzeiro do Iguaçu</b>				
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	
<b>Saúde</b>	R\$ 2.486.207,00	R\$ 2.696.877,56	R\$	3.517.237,84
<b>Educação</b>	R\$ 2.578.581,86	R\$ 2.884.133,68	R\$	3.211.111,49
<b>Pessoal</b>	R\$ 4.984.025,80	R\$ 6.502.483,79	R\$	7.228.397,55

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

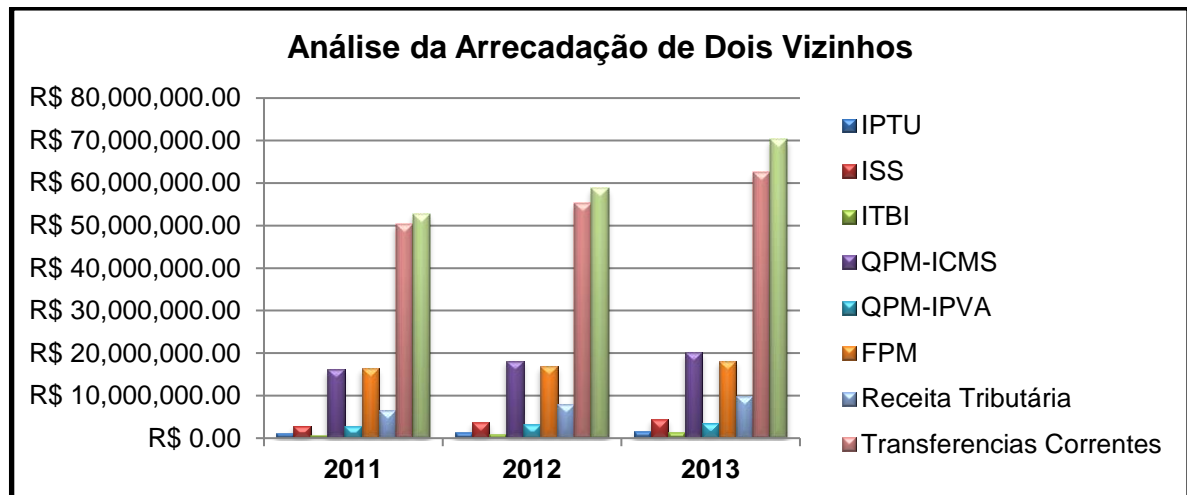
As despesas na área da saúde realizadas pelo município de Cruzeiro do Iguaçu nos anos analisados representaram 19,3% sobre a receita corrente líquida no ano de 2011, 20,7% em 2012 e 23,9% no ano de 2013. Dessa forma, os valores destinados a saúde em Cruzeiro do Iguaçu ficaram acima do que é previsto pela CF.

Os gastos com educação efetuados em Cruzeiro do Iguaçu corresponderam a 20% da receita corrente líquida em 2011, esse percentual aumentou para 22,1% em 2012, e em 2013 diminuiu para 21,8%, ficando abaixo dos 25% estabelecidos pela legislação.

Os valores destinados as despesas com pessoal representaram, sobre a receita corrente líquida, 38,7% em 2011, 49,8% em 2012 e 49% em 2013. Dentre as três despesas estudadas foi a que mais recebeu recursos no período examinado. No entanto, não excedeu o limite máximo de 60% determinado na legislação em vigor.

#### 4.2.5. Dois Vizinhos

Uma das maiores arrecadação da Microrregião de Francisco Beltrão está apresenta-se no município de Dois Vizinhos, conforme representado no gráfico 15.



**Gráfico 15 - Análise da arrecadação do Município de Dois Vizinhos.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando o gráfico 15, se pode observar é que em Dois Vizinhos a receita tributária possui maior relevância do que nos municípios analisados anteriormente, já que chega a corresponder a 14% sobre a receita corrente líquida. O imposto de maior influência sobre a receita tributária é o ISS que representou, nos anos estudados, em média 45% do montante total, seguido do IPTU com uma média de 16%, e por último o ITBI com 12%.

Dentre a receita advinda das transferências correntes, ao contrário dos demais municípios, é a QPM-ICMS que possui destaque, sendo inferior ao repasse do FPM apenas no ano de 2011.

A tabela 18 a seguir servirá de auxílio para a verificação da destinação dos recursos, apresentados no gráfico 15, para as áreas de saúde, educação e despesas com pessoal.

**Tabela 18 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Dois Vizinhos.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Dois Vizinhos</b>			
DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 14.449.603,06	R\$ 18.466.734,94	R\$ 19.870.447,72
<b>Educação</b>	R\$ 13.512.838,23	R\$ 16.496.844,52	R\$ 19.101.471,49
<b>Pessoal</b>	R\$ 22.590.075,92	R\$ 30.245.596,14	R\$ 31.030.112,56

Fonte: Elaborado pelos autores.

As despesas na área da saúde executadas no município de Dois Vizinhos, corresponderam a 27,4% da receita corrente líquida do município em 2011, já no ano de 2012, esse percentual foi de 31,4% e no ano seguinte foi de 28,3%.

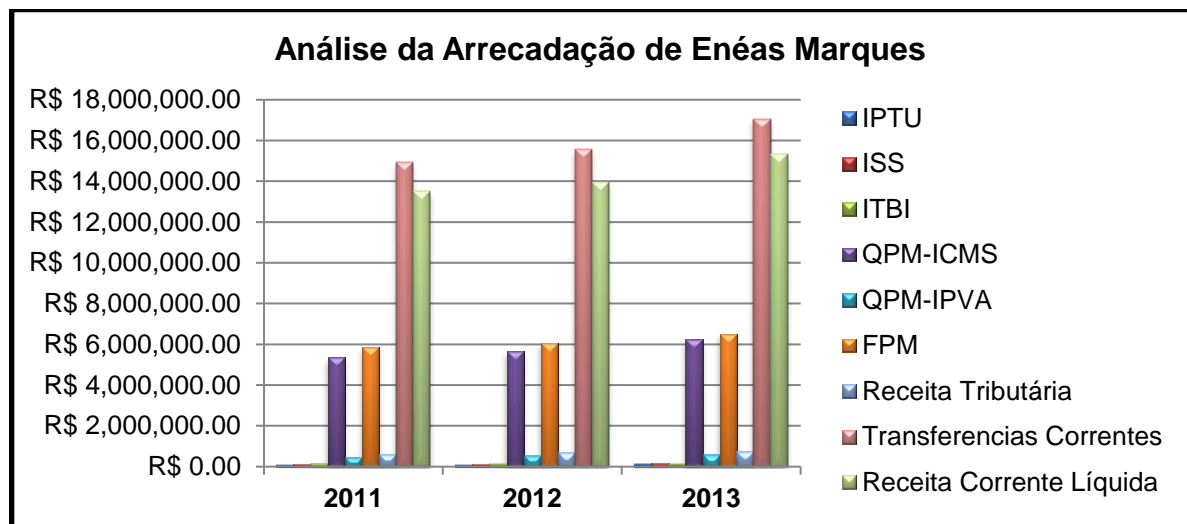
Indicando que o município destinou para a saúde, valores além do que é estabelecido na legislação.

Para a educação foram destinados em 2011 o equivalente a 25,6% da receita corrente líquida, em 2012 o valor chegou a 28,1%, e em 2013 foi de 27,2%. Portanto o município de Dois Vizinhos investiu em educação valores pouco acima do que é determinado pela CF.

As despesas com pessoal ficaram abaixo do limite máximo estipulado pela legislação, pois em 2011 representaram 42,8% da receita corrente líquida, em 2012 aumentou para 51,5% e no ano seguinte o percentual foi reduzido para 44,1%.

#### 4.2.6. Enéas Marques

O município de Enéas Marques apresentou, no período estudado, os seguintes dados, demonstrados no gráfico 16.



**Gráfico 16 - Análise da arrecadação do Município de Enéas Marques.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Nota-se, de acordo com o gráfico, que Enéas Marques depende basicamente do FPM e QPM-ICMS, receitas das quais representam a maior parte das transferências correntes recebidas pelo município. A receita tributária não chega a corresponder a 5% da receita corrente líquida do município.

Dentre os impostos de arrecadação própria que fazem parte da receita tributária, o ITBI apresentou queda de 23,1% na arrecadação de 2013 em relação a 2011. Já o ISS apresentou em 2013, crescimento relativo a 38,6% em relação a 2011.

A destinação, para gastos com saúde, educação e despesas com pessoal, da arrecadação de Enéas Marques apresenta-se a seguir na tabela 19.

**Tabela 19 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Enéas Marques.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Enéas Marques</b>			
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 3.184.025,63	R\$ 3.194.281,16	R\$ 3.595.735,33
<b>Educação</b>	R\$ 2.908.460,03	R\$ 3.669.944,35	R\$ 3.323.474,64
<b>Pessoal</b>	R\$ 6.140.820,42	R\$ 7.224.971,58	R\$ 7.865.173,39

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

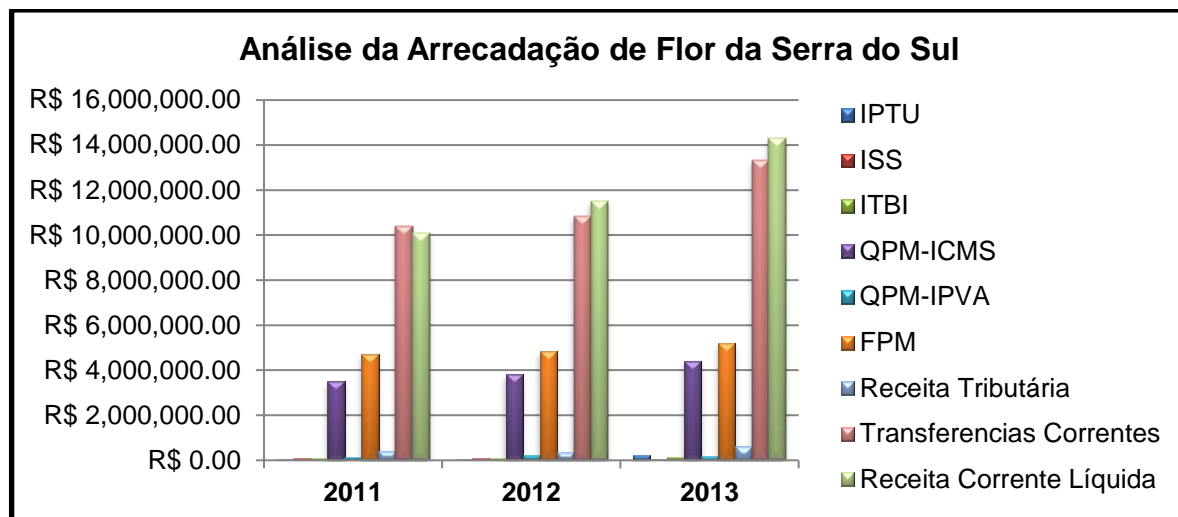
Os valores gastos na saúde realizados em Enéas Marques foram de, 23,5% sobre a receita corrente líquida em 2011, 22,9% em 2012 e 23,5% em 2013, indicando que o município cumpriu seu papel destinando para a área da saúde valores acima do que é determinado pela CF.

Para a educação, o município de Enéas Marques destinou 21,5% de sua receita corrente líquida em 2011, esse percentual aumentou para 26,3% em 2012 e caiu para 21,7% em 2013, deixando o município dentro do limite mínimo determinado pela legislação apenas no ano de 2012.

As despesas com pessoal foram equivalentes a 45,5% da receita corrente líquida em 2011, abaixo do limite máximo que a legislação determina, em 2012 o percentual subiu para 51,7% e em 2013 foi de 51,3%, ficando abaixo do limite máximo, também nos dois últimos anos da pesquisa.

#### 4.2.7. Flor da Serra do Sul

Flor da Serra do Sul também não possui receita tributária expressiva. Os dados da arrecadação do município são demonstrados pelo gráfico 17.



**Gráfico 17 - Análise da arrecadação do Município de Flor da Serra do Sul.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Verificando a arrecadação de Flor da Serra do Sul através do gráfico 17, embora perceba-se que a maior parte da receita municipal seja decorrente das transferências correntes, destacando o FPM. O IPTU chama a atenção ao aumento ocorrido na arrecadação desse imposto. Em 2013, o IPTU apresentou um crescimento de 522% em relação a 2011, sendo o maior aumento na arrecadação de um imposto dentre todos os municípios analisados.

Já os demais impostos de arrecadação própria, ISS e ITBI, apresentaram redução na arrecadação, sendo que o ITBI caiu 11,5% em 2012 em relação a 2011 e voltou a aumentar em 2013, ano em que sua arrecadação aumentou em 10,4% em relação a 2011.

A análise da destinação dos recursos para saúde, educação e despesas com pessoal seguirá com bases nos dados da tabela 20 a seguir.

**Tabela 20 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Flor da Serra do Sul.**

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Flor da Serra do Sul			
DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 2.263.122,82	R\$ 2.656.497,87	R\$ 2.882.681,75
<b>Educação</b>	R\$ 3.782.078,28	R\$ 3.132.644,69	R\$ 2.613.856,96
<b>Pessoal</b>	R\$ 3.958.011,87	R\$ 4.704.769,70	R\$ 4.922.022,44

Fonte: Elaborado pelos autores.

O município de Flor da Serra do Sul desembolsou em gastos com a saúde no ano de 2011 o equivalente a 22,4% da receita corrente líquida, esse percentual passou para 23% em 2012 e caiu para 20,2% no ano de 2013. Mesmo tendo

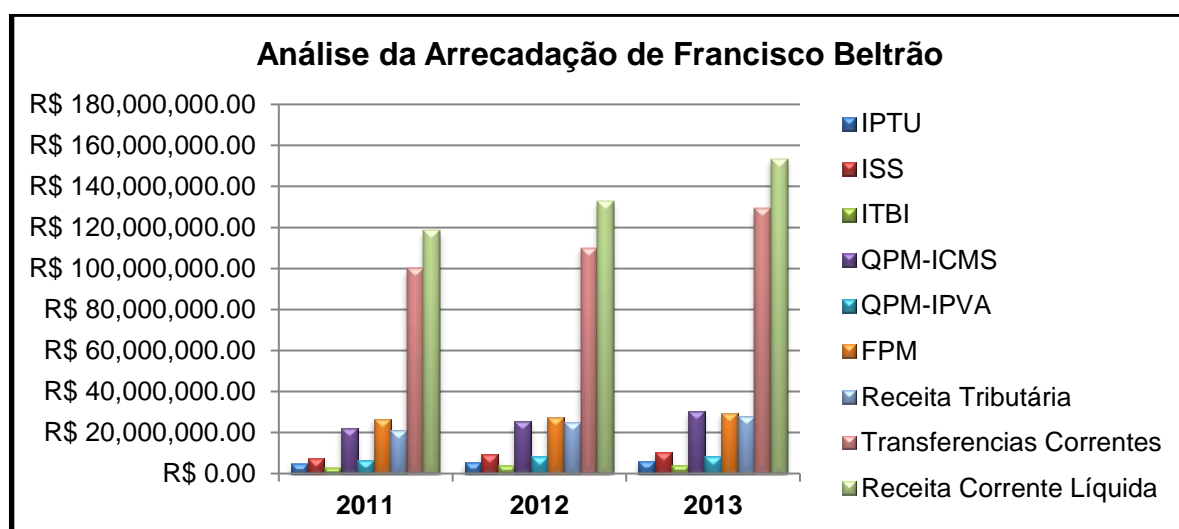
redução, ficando abaixo do percentual gasto em 2011, no ano de 2013, o município destinou para a saúde valores acima do estabelecido na legislação.

Em relação aos gastos com educação, foram destinados 37,5% da receita corrente líquida em 2011, 27,2% em 2012 e 18,3% em 2013. Sendo assim, Flor da Serra do Sul destinou recursos para a educação acima do limite mínimo previsto pela legislação apenas nos dois primeiros anos estudados por essa pesquisa, ficando abaixo desse patamar em 2013.

Para as despesas com pessoal, o município destinou recursos equivalentes a 39,2% da receita corrente líquida em 2011, 40,8% em 2012 e 34,4% em 2013, esses valores não excederam o limite máximo determinado na CF para gastos com pessoal.

#### 4.2.8. Francisco Beltrão

O município de Francisco Beltrão, maior município da sua microrregião, e também o que possui a maior receita tributária, apresentou os seguintes dados de arrecadação, demonstrados pelo gráfico 18.



**Gráfico 18 - Análise da arrecadação do Município de Francisco Beltrão.**

Fonte: Elaborado pelos autores.

Ao analisar os dados contidos no gráfico 18, nota-se que o imposto de maior destaque na arrecadação tributária de Francisco Beltrão é o ISS. Sua arrecadação

representou em média 37% da receita tributária dentro do período estudado, seguido do IPTU com 22%. A receita tributária de Francisco Beltrão correspondeu a 19% da receita corrente líquida nos anos de 2011 a 2013. E o ITBI apresentou um acréscimo na arrecadação de 43,8% em 2013, em relação a 2011.

As transferências correntes recebidas pelo município de Francisco Beltrão, que ultrapassam a casas dos cem milhões de reais, foram responsáveis, em média, por 22% da receita corrente líquida da cidade.

Para análise da destinação dos recursos, provenientes da arrecadação de Francisco Beltrão, para saúde, educação e despesas com pessoal serão considerados os dados apresentados na tabela 21.

**Tabela 21 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Francisco Beltrão.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Francisco Beltrão</b>			
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 37.732.312,39	R\$ 42.998.246,42	R\$ 51.114.575,61
<b>Educação</b>	R\$ 30.606.182,20	R\$ 34.750.295,21	R\$ 38.380.041,50
<b>Pessoal</b>	R\$ 42.009.092,33	R\$ 50.746.705,65	R\$ 56.320.049,03

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Com base nos dados da tabela 21, verifica-se que o município de Francisco Beltrão destinou para os gastos com saúde o equivalente a 31,8% da sua receita corrente líquida no ano de 2011, em 2012 o percentual aumentou para 32,4% e em 2013 foi de 33,3%, ou seja, Francisco Beltrão destinou para a área da saúde, valores acima do estabelecido pela legislação.

Para a educação o município desembolsou o equivalente a 25,8% da receita corrente líquida em 2011, 26,2% em 2012 e 25% em 2013, mantendo-se no limite mínimo o qual é determinado pela CF.

As despesas com pessoal ocorridas no período analisado representaram 35,4% da receita corrente líquida em 2011, 38,2% em 2012 e 36,7% em 2013. Portanto verifica-se que Francisco Beltrão destinou pouco mais da metade do valor máximo estabelecido pela legislação para os gastos com pessoal.



#### 4.2.9. Manfrinópolis

O município de Manfrinópolis, a até a data de coleta dos dados, não havia apresentado ao STN as demonstrações referentes ao ano de 2013, sendo assim, para que não fosse excluído da análise comprometendo o resultado da pesquisa, manteve-se o município, porém foram analisados apenas os dados de 2011 e 2012 conforme gráfico 19 apresentado abaixo.

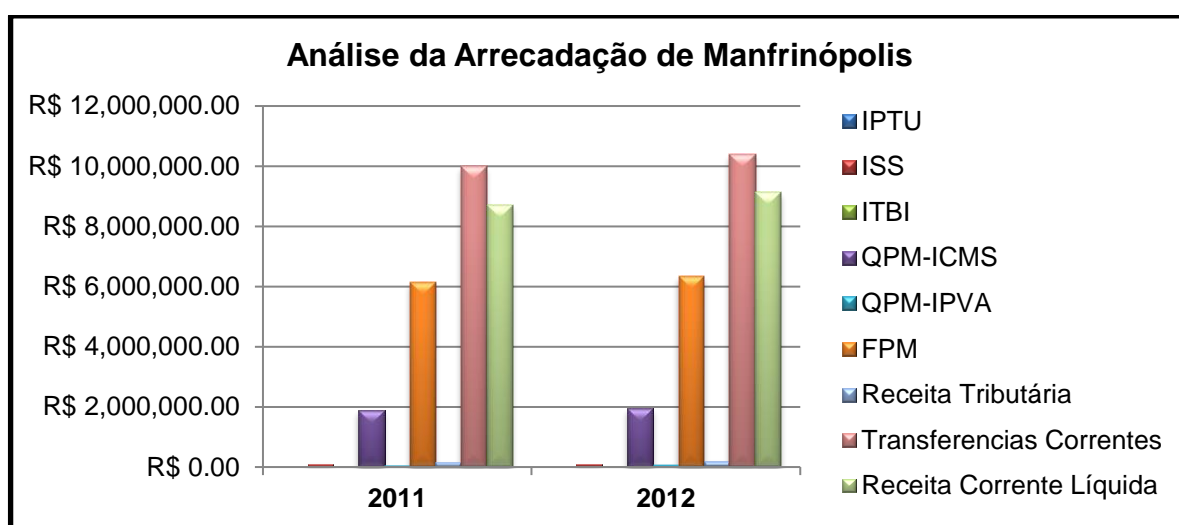


Gráfico 19 - Análise da arrecadação do Município de Manfrinópolis.  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando o gráfico 22, evidencia-se que o município de Manfrinópolis é mais um dos que dependem das transferências correntes. Outro fato que chama atenção é a arrecadação do IPTU, que no ano de 2011 foi de apenas R\$ 4.895,42, e representou apenas 0,06% da receita corrente líquida do município.

Para verificação da destinação dos recursos para saúde, educação e despesas com pessoal serão utilizados os dados apresentados na tabela 23.

Tabela 22 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Manfrinópolis.

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Manfrinópolis				
DESPESA	2011	2012	2013	
Saúde	R\$ 2.044.541,12	R\$ 2.332.353,87	R\$ -	
Educação	R\$ 2.075.897,61	R\$ 2.222.283,33	R\$ -	
Pessoal	R\$ 3.490.691,71	R\$ 4.025.787,74	R\$ -	

Fonte: Elaborado pelos autores.

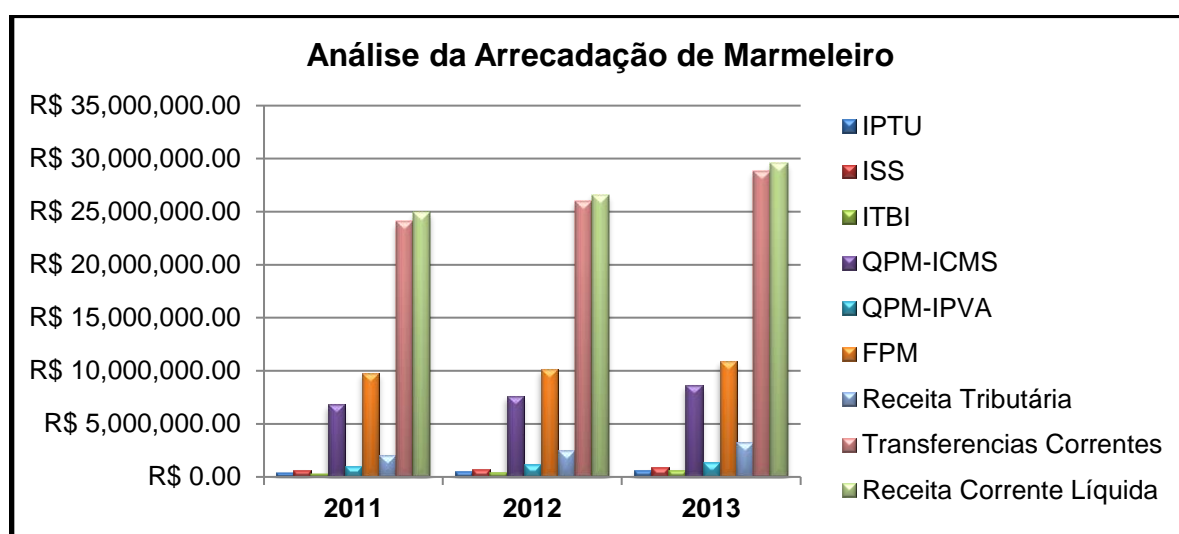
Nota-se analisando a tabela 23, que o município de Manfrinópolis destinou para os gastos com saúde o equivalente a 23,5% da sua receita corrente líquida no ano de 2011 e 25,5% em 2012, sendo que estes valores destinados estão acima do percentual mínimo de 15% estabelecido pela legislação.

Os investimentos em educação corresponderam a 23,8% da receita corrente líquida em 2011 e 24,3% em 2012, ficando 1,2% abaixo do limite mínimo, estipulado pela CF, no ano de 2011 e 0,7% em 2012.

Já as despesas com pessoal representaram 40,1% da receita corrente líquida apurada em 2011 e 44,1% em 2012. Dessa forma, Manfrinópolis destinou valor inferior ao limite máximo de 60% sobre a receita corrente líquida que a lei determina.

#### 4.2.10. Marmeleiro

Marmeleiro, embora seja um município relativamente menos desenvolvido economicamente em relação ao município de Francisco Beltrão, apresentou uma receita tributária muito além da que apresentaram municípios do mesmo porte. No gráfico 20 é demonstrada essa arrecadação.



**Gráfico 20 - Análise da arrecadação do Município de Marmeleiro.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nos dados do gráfico 19, pode-se verificar que o principal responsável pela receita tributária do município de Marmeleiro é o ISS que representou em média 30% da arrecadação seguido IPTU. No entanto, o imposto que obteve o maior aumento na arrecadação foi o ITBI, que cresceu 124% em 2013 com relação a 2011. Observa-se também a importância que tem para o município, as transferências correntes principalmente o FPM.

A destinação dos recursos para saúde, despesas com pessoal e educação, é apresentado abaixo na tabela 24.

**Tabela 22 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Marmeleiro.**

<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 5.579.905,42	R\$ 6.895.311,73	R\$ 7.915.976,43
<b>Educação</b>	R\$ 5.630.254,12	R\$ 6.570.775,63	R\$ 8.834.394,29
<b>Pessoal</b>	R\$ 9.314.305,30	R\$ 10.821.241,63	R\$ 11.681.616,92

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

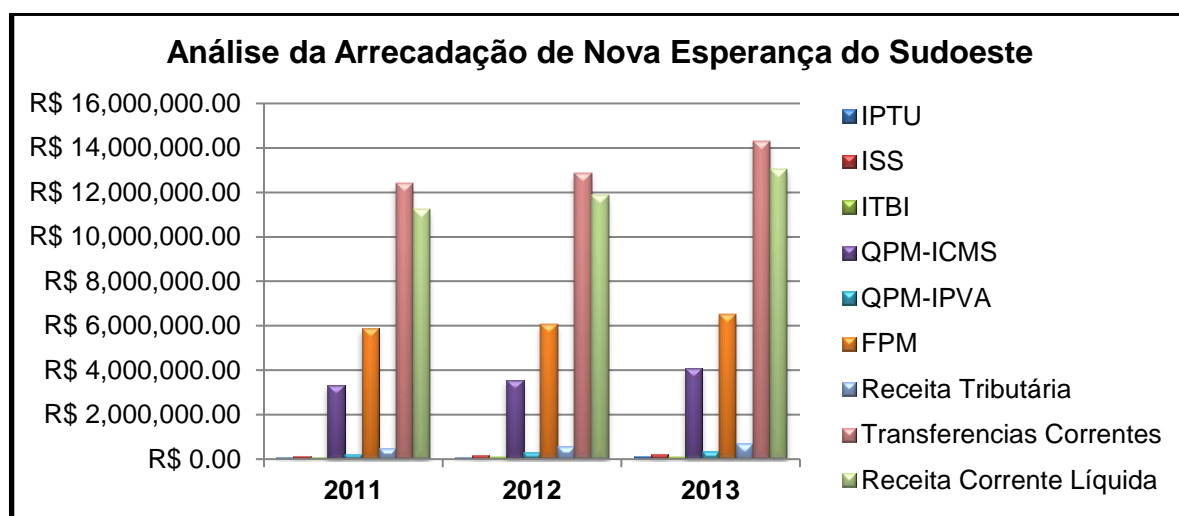
As despesas com saúde realizadas pelo município de Marmeleiro no ano de 2011 representaram sobre a receita corrente líquida 22,4%, já em 2012 o percentual foi de 25,9% e em 2013 os gastos com saúde chegaram a 26,8% da receita corrente líquida. Sendo assim, Marmeleiro manteve os valores gastos com saúde acima do mínimo determinado pela CF.

Os gastos com educação foram de 22,6% da receita corrente líquida em 2011, 24,7% em 2012 e 29,9% no ano de 2013, ou seja, o município destinou para a educação, durante os dois primeiros anos pesquisados, valores abaixo dos que são estabelecidos pela legislação, cuja previsão é de que seja destinado para os gastos com educação 25% sobre a receita corrente líquida.

As despesas com pessoal alcançaram 37,3% sobre a receita corrente líquida no ano de 2011, em 2012 o desembolso para as despesas com pessoal foi de 40,7% da receita corrente líquida, e em 2013 esse percentual foi reduzido para 39,5%. Diante disso o município de Marmeleiro, não excedeu o limite máximo para gastos com pessoal determinado pela legislação.

#### 4.2.11. Nova Esperança do Sudoeste

A análise da arrecadação e destinação dos recursos do município de Nova Esperança do Sudoeste será realizada a partir dos dados demonstrados pelo gráfico 20 apresentado abaixo.



**Gráfico 21 - Análise da arrecadação do Município de Nova Esperança do Sudoeste.**  
**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Conforme os dados do gráfico 20 pode-se observar que a receita tributária de Nova Esperança do Sudoeste, ou seja, a receita de arrecadação própria do município, corresponde a 5% da receita corrente líquida do município. Dentre os impostos de arrecadação própria pertencentes a receita tributária de Nova Esperança do Sudoeste, o destaque é para o ISS que representa em média 30% da receita tributária. Cabe salientar a representatividade do FPM sobre a receita corrente líquida que chegou em média a 50% significando que Nova Esperança do Sudoeste é mantida basicamente por recursos repassados pelo governo federal.

A partir da tabela 25, realizar-se-á a análise acerca da distribuição dos recursos arrecadados.

**Tabela 23 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Nova Esperança do Sudoeste.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Nova Esperança do Sudoeste</b>			
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 2.734.227,71	R\$ 3.380.425,62	R\$ 3.774.200,13
<b>Educação</b>	R\$ 2.240.934,37	R\$ 4.006.933,35	R\$ 2.763.022,93
<b>Pessoal</b>	R\$ 5.280.854,84	R\$ 6.038.359,51	R\$ 6.898.574,14

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

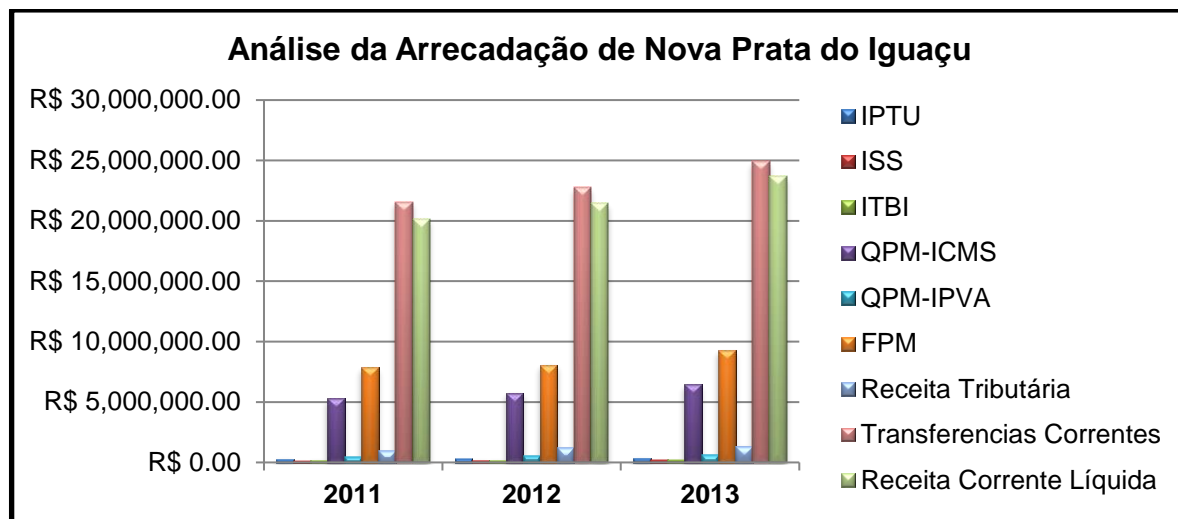
Conforme dados da tabela 25, verifica-se que Nova Esperança do Sudoeste designou para os gastos com saúde, valor equivalente a 24,4% da sua receita corrente líquida no ano de 2011, em 2012 esse percentual foi de 28,5% e em 2013 foi de 28,9%. Com isso o município atendeu durante os três anos analisados o limite mínimo determinado pela legislação.

Os investimentos em educação de Nova Esperança do Sudoeste representaram sobre a receita corrente líquida 20% em 2011, 33,8% em 2012 e 21,12% no ano de 2013, o que indica que o município destinou a educação, nos anos de 2011 e 2013 valores abaixo do limite mínimo de 25% da receita corrente líquida estabelecidos pela CF.

Os valores destinados as despesas com pessoal foram equivalentes a 47% da receita corrente líquida em 2011, esse percentual aumentou para 50,9% em 2012, e em 2013 também aumentou, alcançando 52,9% das receitas correntes líquidas. Mesmo tendo aumentado nos anos de 2012 e 2013, os gastos com pessoal não excederam o limite máximo de 60% sobre a receita corrente líquida estipulado na legislação.

#### 4.2.12. Nova Prata do Iguaçu

O gráfico 21 apresentado abaixo, demonstra a arrecadação do município de Nova Prata do Iguaçu, a fim de subsidiar a análise acerca da arrecadação municipal.



**Gráfico 22 - Análise da arrecadação do Município de Nova Prata do Iguçu.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se no gráfico 21, que assim como os demais municípios de pequeno porte da Microrregião de Francisco Beltrão, a cidade de Nova Prata do Iguçu, apresenta uma receita tributária baixa correspondendo em média a 5% da receita corrente líquida. O IPTU é o imposto com maior arrecadação dentre as receita tributária.

Verifica-se também que as transferências correntes de QPM-ICMS, correspondem a pouco mais da metade do FPM, e que são as transferências correntes que fazem frente às despesas realizadas pelo município.

Para análise da destinação de recursos, serão considerados os valores da tabela 26.

**Tabela 24 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Nova Prata do Iguçu.**  
Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Nova Prata do Iguçu

DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 4.363.588,06	R\$ 4.853.009,01	R\$ 5.254.616,02
<b>Educação</b>	R\$ 4.675.228,54	R\$ 5.821.433,59	R\$ 5.610.093,42
<b>Pessoal</b>	R\$ 8.563.398,70	R\$ 9.610.915,96	R\$ 10.179.259,44

Fonte: Elaborado pelos autores.

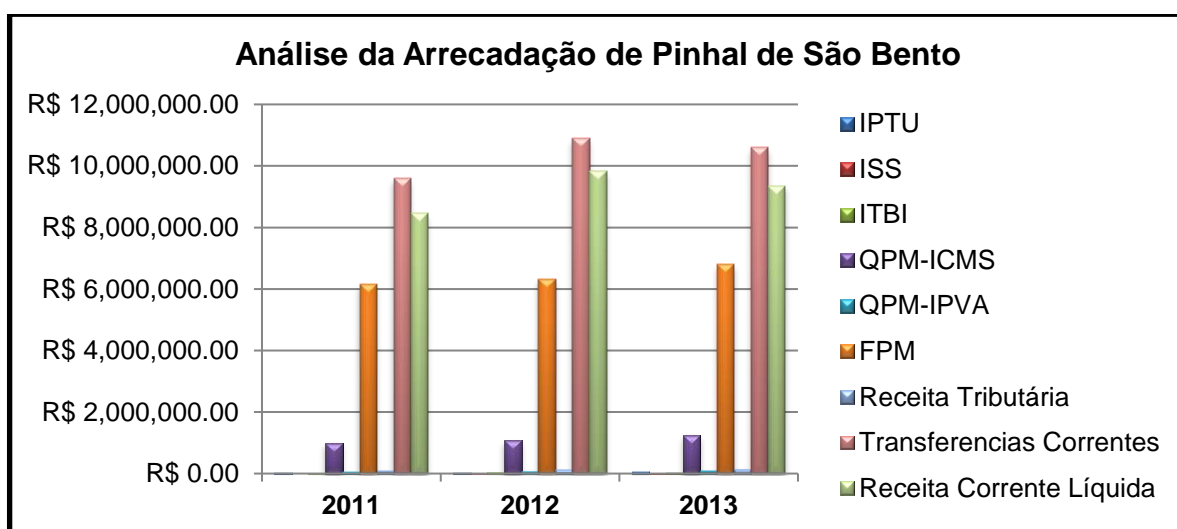
Os valores gastos com saúde em Nova Prata do Iguçu foram equivalentes a 21,6% da receita corrente líquida do município em 2011, esse percentual subiu para 22,6% em 2012, e em 2013 foi de 22,2%. Considera-se, portanto, que os gastos com saúde do município de Nova Prata do Iguçu foram suficientes para atendimento a legislação vigente.

Para a educação o município destinou 23,2% da sua receita corrente líquida no ano de 2011, e não alcançou o limite mínimo para gastos com educação previsto pela CF. Já em 2012 o valor designado para a educação foi o equivalente a 27,1% da receita corrente líquida e em 2013 esse percentual voltou a cair e ficou em 23,7% fazendo com que o município atingisse o valor mínimo determinado pela legislação, dentre os anos estudados, apenas no ano de 2012.

No município de Nova Prata do Iguazu os valores destinados as despesas com pessoal representaram sobre a receita corrente líquida, 42,5% no ano de 2011, 44,8% em 2012 e 43% em 2013, não excedendo do limite máximo para gastos com pessoal que é estabelecido pela legislação.

#### 4.2.13. Pinhal de São Bento

O município de Pinhal de São Bento, dentre os demais da Microrregião de Francisco Beltrão, é o que possui menor repasse da QPM-IPVA e a maior representação do FPM sobre a receita corrente líquida. O gráfico 22, ilustra essa situação.



**Gráfico 23 - Análise da arrecadação do Município de Pinhal de São Bento.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se pode observar no gráfico 22 que o FPM representou nos anos de 2011, 2012 e 2013, respectivamente, 72,7%, 64,5% e 72,7% da receita corrente

líquida de Pinhal de São Bento. Já a QPM-IPVA atingiu 1% sobre a receita corrente líquida apenas em 2013, nos anos anteriores esse percentual foi menor.

Nota-se ainda ao analisar o gráfico que, o FPM é a transferência intergovernamental que possui maior contribuição sobre as transferências correntes recebidas pelo município, correspondendo em média a 65% da arrecadação.

Na tabela 27 a seguir, apresentam-se os valores destinados pelo município de Pinhal de São Bento as despesas de saúde, educação e despesas com pessoal, para fins de análise.

**Tabela 25 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Pinhal de São Bento.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Pinhal de São Bento</b>				
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	
<b>Saúde</b>	R\$ 1.834.364,70	R\$ 1.807.888,00	R\$ 2.080.254,29	
<b>Educação</b>	R\$ 1.992.693,95	R\$ 2.816.025,42	R\$ 2.265.190,43	
<b>Pessoal</b>	R\$ 2.700.437,28	R\$ 2.912.433,57	R\$ 3.265.113,09	

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Verifica-se na tabela 27, que o município de Pinhal de São Bento, destinou para as despesas com saúde, valor correspondente a 21,7% da receita corrente líquida do ano de 2011, 18,4% em 2012, e 22,2% em 2013. Com isso, os valores designados as despesas de saúde realizados pelo município foram acima dos 15% da receita corrente líquida, percentual esse determinado pela legislação vigente.

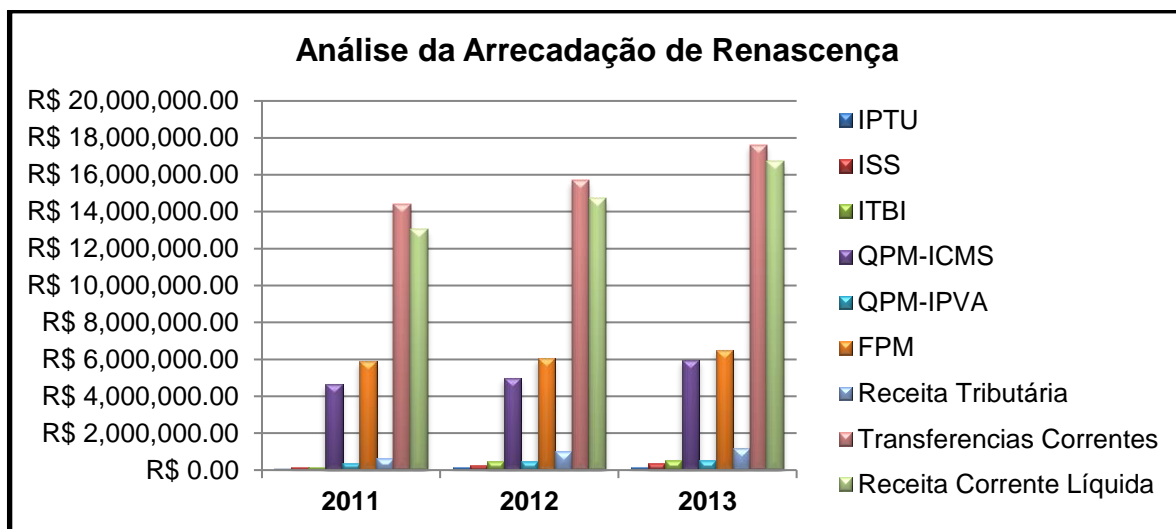
Os investimentos na área da educação representaram 23,6% da receita corrente líquida apurada pelo município em 2011, 28,7% em 2012 e 24,2% no ano de 2013. Ou seja, os valores desembolsados por Pinhal de São Bento para investimento na educação não correspondeu ao limite mínimo estabelecido pela CF nos anos de 2011 e 2013.

Para as despesas com pessoal foram destinados pelo município valores equivalentes a 32% da receita corrente líquida em 2011, 29,7% em 2012 e 34,9% no ano de 2013. Portanto, os gastos realizados com pessoal pelo município de Pinhal de São Bento não ultrapassaram o limite máximo de 60% da receita corrente líquida determinado pela legislação.

#### 4.2.14. Renascença



Renascença apresentou, no período estudado, os valores de arrecadação demonstrados através do gráfico 23 apresentado abaixo.



**Gráfico 24 - Análise da arrecadação do Município de Renascença.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Apesar de não possuir receita tributária tão expressiva quanto às transferências correntes, Renascença, dentre os municípios de menor porte da Microrregião de Francisco Beltrão, apresentou uma receita tributária acima da média, correspondente a 6% da receita corrente líquida.

Os impostos que mais contribuíram para esse resultado foram o ITBI, que representou em média 44% da receita tributária do município, seguido do ISS com uma representatividade média de 27,3% da receita tributária. Das transferências correntes, Renascença segue a mesma linha dos demais municípios do mesmo porte, em que o FPM faz frente às demais transferências, chegando a representar 41% da receita corrente líquida da cidade.

A seguir, na tabela 28, verificam-se os valores que o município de Renascença utilizou para os gastos com saúde, educação e despesa com pessoal.

**Tabela 26 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Renascença.**

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Renascença				
DESPESA	2011	2012	2013	
<b>Saúde</b>	R\$ 2.960.646,00	R\$ 4.063.073,15	R\$ 3.694.188,57	
<b>Educação</b>	R\$ 3.454.866,24	R\$ 3.366.435,85	R\$ 3.999.052,99	
<b>Pessoal</b>	R\$ 5.038.628,11	R\$ 5.593.540,01	R\$ 5.374.730,29	

Fonte: Elaborado pelos autores.

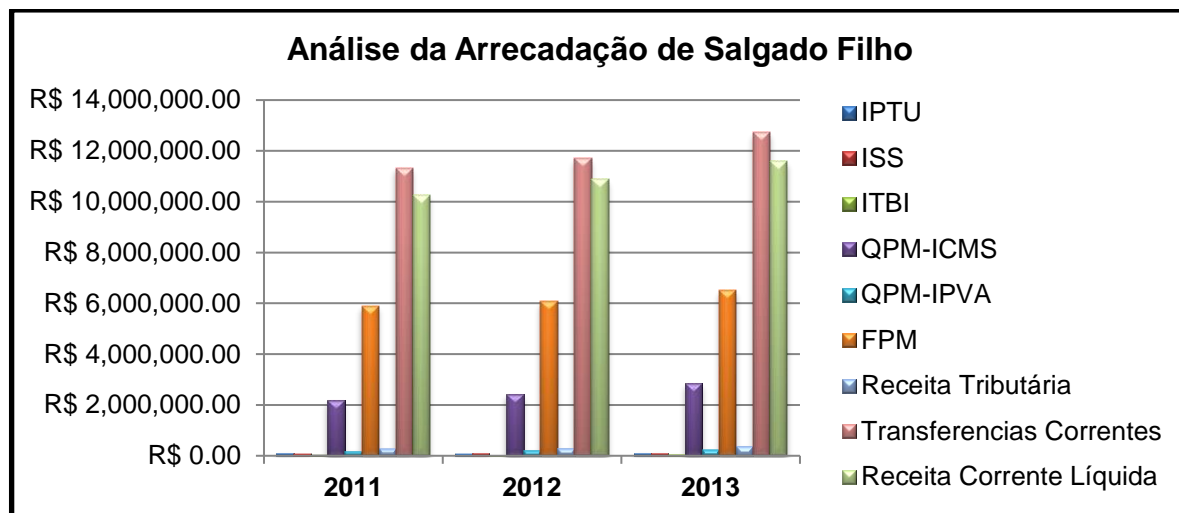
Com base nos dados apresentados na tabela 28, percebe-se que dos recursos que o município de Renascença destinou para as despesas com saúde forma equivalentes a 22,7% da receita corrente líquida em 2011, esse percentual aumentou para 27,6% em 2012, e em 2013 diminuiu para 22%. Mesmo com os percentuais oscilando em relação destinação de recursos para o setor da saúde nos três anos estudados, o município designou para esse fim, valores acima do que prevê a legislação.

Para a educação, foram destinados 26,5% da receita corrente líquida em 2011, 22,9% em 2012 e 23,9% no ano de 2013. Verifica-se com isso, que nos anos de 2012 e 2013, o município designou valores abaixo da previsão legal determinada pela CF.

As despesas com pessoal de Renascença representaram nos anos estudados, 38,6% da receita corrente líquida no ano de 2011, em 2012 o percentual foi de 38,1% e no ano seguinte, 2013, o valor destinado as despesas com pessoal correspondeu a 32,1% da receita corrente líquida. Sendo assim, o município de Renascença não excedeu o limite máximo para gastos com pessoal determinado pela legislação.

#### 4.2.15. Salgado Filho

A seguir demonstra-se no gráfico 24, os dados sobre a arrecadação do município de Salgado Filho conforme o Sistema do Tesouro Nacional. O gráfico em questão norteará as análises a serem realizadas acerca da arrecadação e destinação de recursos no município.



**Gráfico 25 - Análise da arrecadação do Município de Salgado Filho.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Seguindo a mesma linha de arrecadação dos municípios de menor porte, em relação ao número de habitantes e ao desenvolvimento econômico, da Microrregião de Francisco Beltrão, Salgado Filho apresentou nos anos de 2011 a 2013, uma baixa arrecadação tributária. A arrecadação própria do município atingiu no período da pesquisa uma média de 3% da receita corrente líquida do município. Com isso, nota-se através da leitura do gráfico que Salgado Filho é mais um município dependente das transferências intergovernamentais. Dessas, o FPM recebe destaque por representar mais de 50% da receita corrente líquida do município.

A partir dos dados apresentados na tabela 29 analisar-se-á a destinação dos recursos do município para as despesas de saúde, investimentos em educação e despesas com pessoal.

**Tabela 27 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Salgado Filho.**

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Salgado Filho				
DESPESA	2011	2012	2013	
<b>Saúde</b>	R\$ 2.377.798,86	R\$ 2.840.178,64	R\$ 2.896.387,67	
<b>Educação</b>	R\$ 2.568.683,85	R\$ 3.788.979,51	R\$ 2.950.171,75	
<b>Pessoal</b>	R\$ 4.587.015,91	R\$ 5.097.821,13	R\$ 6.042.860,04	

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da análise dos dados da tabela acima, verifica-se que Salgado Filho destinou para os gastos com saúde o equivalente a 23,2% da sua receita corrente líquida no ano de 2011, em 2012 o percentual aumentou para 26,1% e em 2013

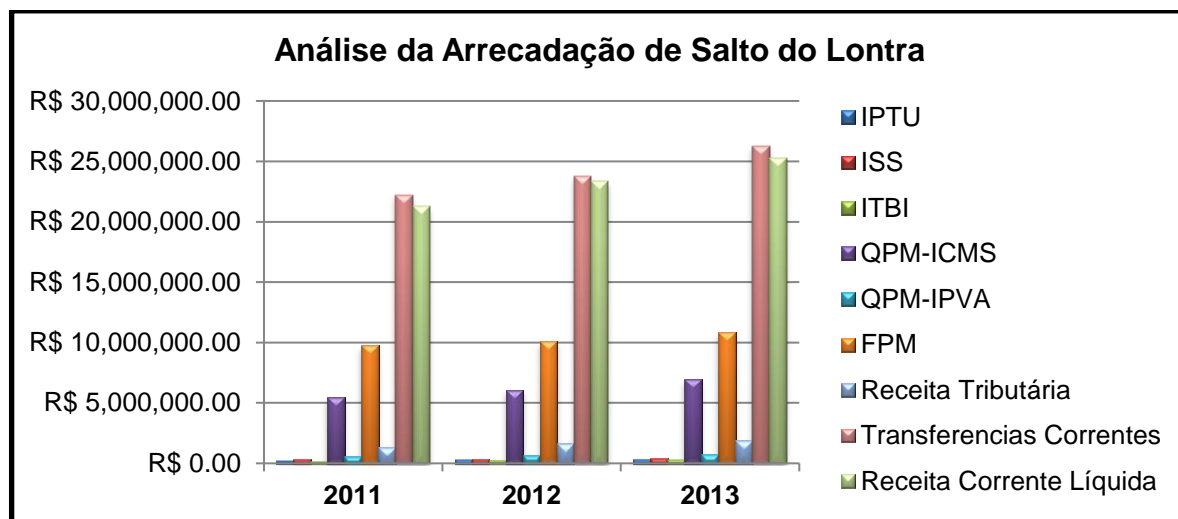
ficou em para 25%, ou seja, Salgado Filho designou para a área da saúde, valores acima do estabelecido pela legislação.

Para a educação o município desembolsou o equivalente a 25% da receita corrente líquida em 2011, em 2012 o percentual aumentou para 34,9% e em 2013 caiu para 25,5%, mantendo-se no limite mínimo o qual é determinado pela CF nos três anos analisados pela pesquisa.

As despesas com pessoal ocorridas no período foco da pesquisa representaram 44,7% da receita corrente líquida em 2011, 46,9% em 2012 e 52,1% em 2013. Portanto verifica-se que Salgado Filho atendeu ao limite de gastos estabelecido pela legislação.

#### 4.2.16. Salto do Lontra

Para realização da análise de arrecadação do município de Salto do Lontra, serão utilizadas as informações do gráfico 25 apresentado abaixo.



**Gráfico 26 - Análise da arrecadação do Município de Salto do Lontra.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos dados da representação gráfica acima, nota-se que o município de Salto do Lontra também é mais um dos municípios dependentes da renda oriunda de transferências intergovernamentais. No entanto, o município apresentou no decorrer dos anos de 2011 a 2013, considerável aumento na arrecadação

própria. Um dos impostos que mais contribuíram para essa arrecadação foi o IPTU, com um aumento de 61,3% no ano de 2013 em relação a 2011. Seguido pelo ITBI, cuja arrecadação obteve crescimento de 57,5% em 2013, considerando o ano de 2011 como ponto de partida. Outro dado relevante a pesquisa é que a QPM-IPVA do município também apresentou aumento. Em 2013 foram repassados ao município quase 30% a mais do que o valor repassado em 2011.

A tabela 30 apresentada abaixo, demonstra os valores realizados pelo município de Salto do Lontra para as despesas do setor da saúde, educação e despesas com pessoal.

**Tabela 28 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Salto do Lontra.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Salto do Lontra</b>			
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 4.413.977,37	R\$ 5.679.573,06	R\$ 7.327.227,25
<b>Educação</b>	R\$ 5.223.758,85	R\$ 6.013.087,65	R\$ 6.984.022,07
<b>Pessoal</b>	R\$ 10.245.818,79	R\$ 12.686.861,15	R\$ 14.476.053,48

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

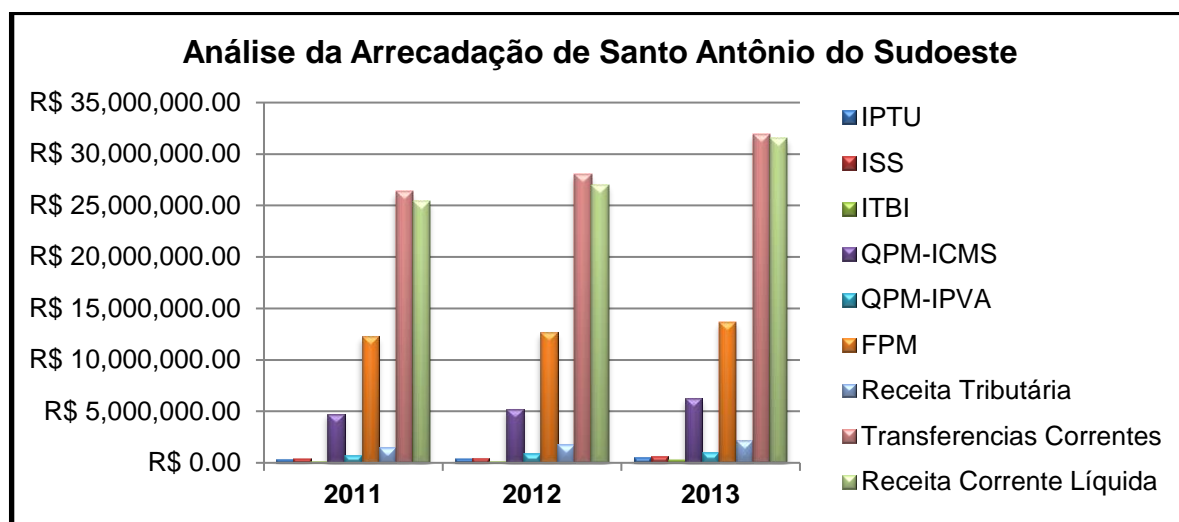
Os valores gastos com a saúde apresentados na tabela, corresponderam em 2011 a 20,8% da receita corrente líquida do município, em 2012 representaram 24,4% e no ano de 2013, Salto do Lontra desembolsou o equivalente a 29% da receita corrente líquida para as despesas da área da saúde. Com isso, o município manteve sua destinação para gastos com saúde acima dos valores mínimos estabelecidos pela legislação.

Os investimentos em educação realizados pela cidade de Salto do Lontra ficaram abaixo do mínimo estipulado pela legislação apenas no ano de 2011, quando representaram o equivalente a 24,6% da receita corrente líquida do município. Já nos anos seguintes foram destinados a educação 25,8% da receita corrente líquida em 2012, e 27,6% em 2013.

As despesas com pessoal corresponderam a 48,2% da receita corrente líquida do município em 2011, e em 2012 e 2013 esse percentual chegou bem próximo do limite máximo determinado pela CF, quando atingiu respectivamente 54,4% e 57,3%.

#### 4.2.17. Santo Antônio do Sudoeste

Santo Antônio do Sudoeste, município que faz fronteira com a Argentina, conforme gráfico 26 apresenta uma arrecadação própria razoável se comparado a outros municípios da microrregião de Francisco Beltrão.



**Gráfico 27 - Análise da arrecadação do Município de Santo Antônio do Sudoeste.**  
 Fonte: Elaborado pelos autores.

Embora dependa das transferências correntes, o gráfico 26 revela que Santo Antônio do Sudoeste apresentou uma crescente na sua arrecadação própria. As receitas tributárias do município cresceram 47% no ano de 2013 em relação a 2011. O principal responsável por esse crescimento foi o ITBI. O imposto aumentou 90,6% em sua arrecadação de 2011 á 2013, seguido do ISS com um aumento de 70% e o IPTU com 62% de aumento na arrecadação.

Não só a receita tributária do município aumentou como também as transferências correntes. Destaque para a QPM-IPVA e QPM-ICMS que obtiveram aumento acima dos 30%, no decorrer do período analisado.

A tabela 31 apresentada abaixo demonstra os valores que o município destinou de sua receita corrente líquida, para as despesas da área da saúde, educação e com pessoal.

**Tabela 29 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Santo Antônio do Sudoeste.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Santo Antonio do Sudoeste</b>			
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 5.229.690,24	R\$ 6.516.497,19	R\$ 8.674.501,01
<b>Educação</b>	R\$ 9.540.784,76	R\$ 9.379.512,16	R\$ 11.444.187,39
<b>Pessoal</b>	R\$ 10.717.437,21	R\$ 13.649.338,32	R\$ 15.853.833,49

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

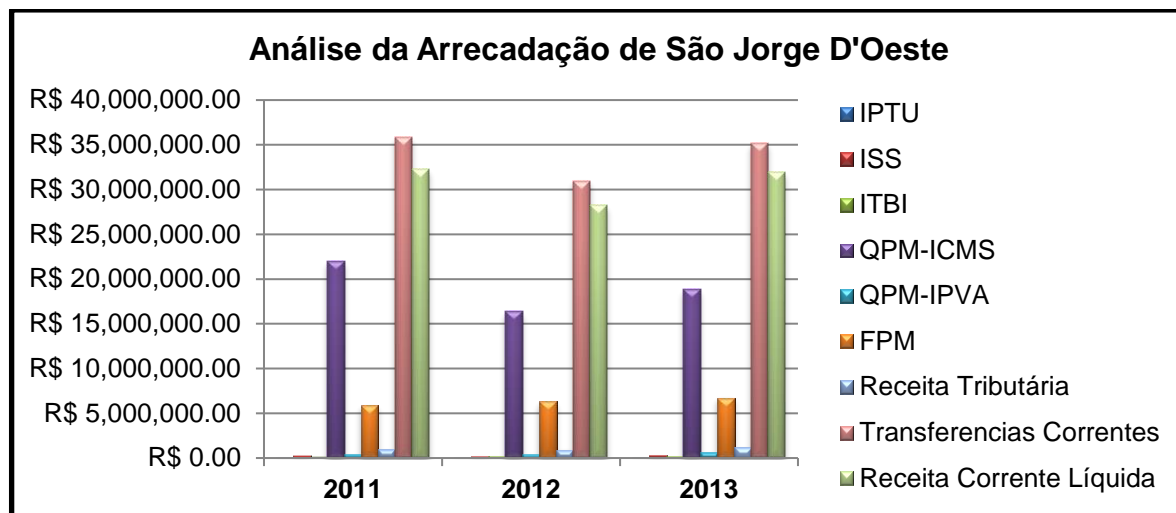
Com base nos dados da tabela 31 verifica-se que Santo Antônio do Sudoeste destinou para os gastos com saúde o equivalente a 20,6% da sua receita corrente líquida no ano de 2011, em 2012 o percentual aumentou para 24,1% e em 2013 foi de 27,5%, ou seja, Santo Antônio do Sudoeste designou para a área da saúde, valores acima do estabelecido pela legislação.

Para a educação o município desembolsou o equivalente a 37,6% da receita corrente líquida em 2011, 34,7% em 2012 e 36,3% em 2013, mantendo-se acima do limite mínimo o qual é determinado pela CF.

As despesas com pessoal incorridas no período foco da pesquisa representaram 42,2% da receita corrente líquida em 2011, 50,6% em 2012 e 50,3% em 2013. Portanto verifica-se que Santo Antônio do Sudoeste destinou valores para os gastos com pessoal, abaixo do limite máximo estabelecido pela legislação.

#### 4.2.18. São Jorge D'Oeste

O município de São Jorge D'Oeste apresentou, no decorrer dos três anos analisados, os seguintes dados, demonstrados no gráfico 27, os quais serviram de subsídio para a análise da arrecadação e destinação de recursos efetuados pelo município.



**Gráfico 28 - Análise da arrecadação do Município de São Jorge D'Oeste.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se no gráfico acima, que o município de São Jorge D'Oeste apresentou durante o período estudado, uma arrecadação totalmente atípica em relação aos demais municípios da Microrregião de Francisco Beltrão, pois, embora tenha ocorrido uma queda no valor da QPM-ICMS, essa transferência ainda assim apresentou-se muito acima do valor que o município recebe do FPM. Quanto à receita tributária de São Jorge D'Oeste, o ISS foi o imposto que com maior índice de arrecadação no período estudado, correspondendo a 25% da receita tributária do município. Outro fator importante que contribui para o desenvolvimento econômico de São Jorge D'Oeste é o fato de o município receber royalties da usina hidrelétrica de Salto Osório.

A tabela 32 apresenta os valores da destinação dos recursos para a saúde, educação e despesas com pessoal.

**Tabela 30 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de São Jorge D'Oeste.**

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de São Jorge D'Oeste			
DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 5.497.069,76	R\$ 6.527.901,42	R\$ 7.074.369,84
<b>Educação</b>	R\$ 5.297.786,79	R\$ 6.615.493,07	R\$ 6.667.092,44
<b>Pessoal</b>	R\$ 8.616.305,82	R\$ 11.100.821,35	R\$ 11.904.467,66

Fonte: Elaborado pelos autores.

As despesas com saúde realizadas pelo município de São Jorge D'Oeste no ano de 2011 representaram sobre a receita corrente líquida 17%, já em 2012 o percentual foi de 23,1% e em 2013 os gastos com saúde caíram para 22,2% da



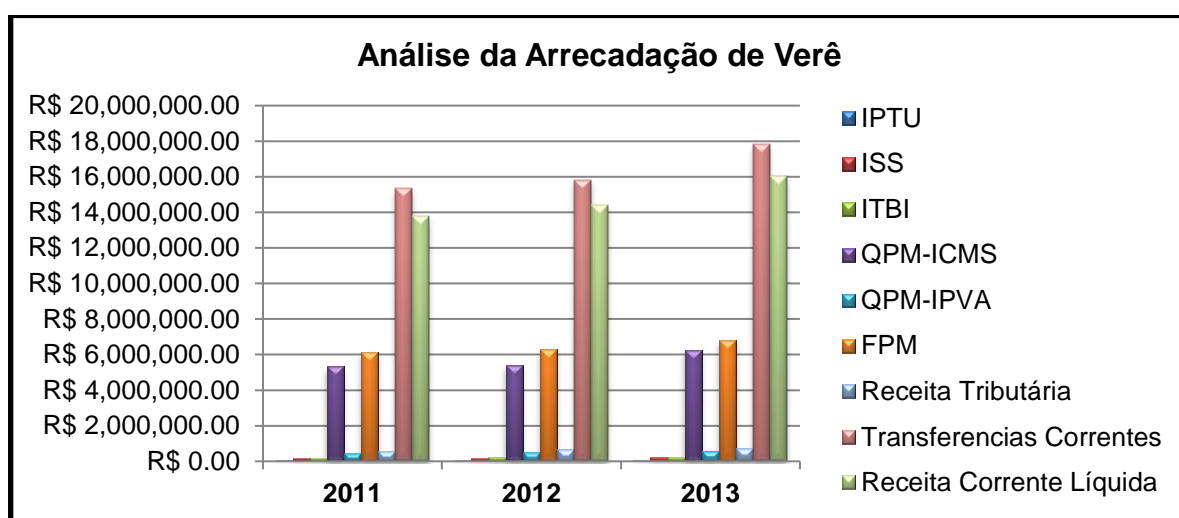
receita corrente líquida. Sendo assim, São Jorge D'Oeste manteve os valores gastos com saúde acima do mínimo determinado pela legislação.

Os gastos com educação foram de 16,4% da receita corrente líquida em 2011, 23,4% em 2012 e 20,9% no ano de 2013, ou seja, o município destinou para a educação valores abaixo dos que são estabelecidos pela CF, nos três anos em que foram pesquisados.

As despesas com pessoal alcançaram 26,7% sobre a receita corrente líquida no ano de 2011, em 2012 o desembolso para as despesas com pessoal foi de 39,3% da receita corrente líquida, e em 2013 esse percentual diminuiu para 37,3%. Diante disso o município de São Jorge D'Oeste, não excedeu o limite máximo para gastos com pessoal determinado pela legislação.

#### 4.2.19. Verê

O último município a ser analisado na microrregião de Francisco Beltrão, apresenta dados semelhantes aos demais municípios do mesmo porte dentro da Microrregião. Os valores da arrecadação de Verê apresentam-se no gráfico 28, a seguir.



**Gráfico 29 - Análise da arrecadação do Município de Verê.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

De acordo com o gráfico 28, Verê possui uma realidade muito próxima dos municípios da Microrregião de Francisco Beltrão que tenham porte semelhante. Como se pode observar, o município possui pouca arrecadação de recursos próprios com receitas tributárias que não representaram, nos anos em que a pesquisa foi realizada, nem 5% da receita corrente líquida. Nota-se também que o município, assim como os demais, depende das transferências intergovernamentais para cobertura de todas as despesas incorridas.

A tabela 33 a seguir demonstra os valores repassados à saúde, educação e despesas com pessoal pelo município de Verê, nos anos de 2011, 2012 e 2013.

**Tabela 31 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Verê.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Verê</b>				
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>	
<b>Saúde</b>	R\$ 3.129.625,56	R\$ 4.141.952,61	R\$	4.329.078,37
<b>Educação</b>	R\$ 2.941.973,85	R\$ 3.391.261,65	R\$	3.442.816,51
<b>Pessoal</b>	R\$ 5.607.861,71	R\$ 6.269.295,25	R\$	7.281.130,40

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Segundo os dados da tabela apresentada acima, os gastos com saúde nos anos de 2011 a 2013, representaram, respectivamente, 22,7%, 28,8% e 27%, ou seja, ficou além do percentual mínimo estabelecido pela legislação que é de 15%.

Já os gastos realizados com educação ocorridos no município de Verê, segundo dados apresentados na tabela 33, obtiveram uma representatividade, no período estudado, de 21,3% no ano de 2011, 23,6% em 2012 e 21,5% no ano de 2013. Dessa forma, ficando abaixo do percentual mínimo estabelecido pela CF que é de 25% sobre a receita corrente líquida.

Por fim as despesas com pessoal incorridas no período de 2011 a 2013 corresponderam há, 40,7% em 2011, 43,6% em 2012 e 45,4% no ano de 2013, não excedendo em nenhum dos períodos estudados o limite máximo previsto pela legislação vigente.

#### 4.3. MICRORREGIÃO DE PATO BRANCO

Para realização das análises da Microrregião de Pato Branco, abrangendo os dados de todos os municípios pertencentes a essa microrregião, serão utilizadas como base as tabelas 34 e 35, que demonstram, respectivamente, a análise vertical e horizontal da arrecadação própria, receita tributária, acumulada dos municípios da microrregião e das transferências correntes da microrregião.

**Tabela 32 - Análise Vertical e Horizontal da arrecadação própria da Microrregião de Pato Branco.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Microrregião de Pato Branco</b>							
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>	
<b>2011</b>	R\$ 7.592.653,75	100%	21,7%	R\$ 34.954.057,16	2,4%	R\$	310.152.106,73
<b>2012</b>	R\$ 8.577.658,30	13%	21,4%	R\$ 40.119.743,33	2,6%	R\$	329.439.034,38
<b>2013</b>	R\$ 10.130.944,43	33,4%	20,8%	R\$ 48.636.907,69	2,6%	R\$	391.132.817,10
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Microrregião de Pato Branco</b>							
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>	
<b>2011</b>	R\$ 12.824.999,30	100%	36,7%	R\$ 34.954.057,16	4,1%	R\$	310.152.106,73
<b>2012</b>	R\$ 15.532.253,01	21,1%	38,7%	R\$ 40.119.743,33	4,7%	R\$	329.439.034,38
<b>2013</b>	R\$ 17.458.580,12	36,1%	35,9%	R\$ 48.636.907,69	4,5%	R\$	391.132.817,10
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Microrregião de Pato Branco</b>							
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>	
<b>2011</b>	R\$ 5.556.801,81	100%	15,9%	R\$ 34.954.057,16	1,8%	R\$	310.152.106,73
<b>2012</b>	R\$ 6.334.332,25	14%	15,8%	R\$ 40.119.743,33	1,9%	R\$	329.439.034,38
<b>2013</b>	R\$ 7.723.996,23	39%	15,9%	R\$ 48.636.907,69	2%	R\$	391.132.817,10

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

Observa-se na tabela 34, que, entre os tributos de arrecadação própria dos municípios da Microrregião de Pato Branco, o que tem maior representatividade sobre as receitas tributárias municipais é o ISS, com uma participação de 35,9% no ano de 2013, ano em que também apresentou um crescimento de 36,1% com relação à arrecadação do ano de 2011. Nota-se também que o imposto contribuiu em média com 4,4% da receita corrente líquida dos municípios da microrregião. A segunda maior arrecadação da microrregião vem do IPTU, o imposto correspondeu em média a 21% da receita tributária total.

Os dados individuais da arrecadação própria de cada município da Microrregião de Pato Branco apresentam-se no apêndice A partir da tabela 73 até a tabela 82.

A tabela 35 a seguir, apresenta as análises verticais e horizontais acerca das transferências correntes repassados pelo Governo do Estado (QPM-ICMS e QPM-IPVA) e pela União (FPM) aos Municípios da Microrregião de Pato Branco.

**Tabela 33 - Análise Vertical e Horizontal das Transferências Correntes de ICMS, IPVA e FPM da Microrregião de Pato Branco. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Microrregião de Pato Branco</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 86.414.241,71	100%	29,2%	R\$ 295.710.400,92	27,9%	R\$ 310.152.106,73
<b>2012</b>	R\$ 84.480.879,68	-2,2%	27,2%	R\$ 310.845.625,11	25,6%	R\$ 329.439.034,38
<b>2013</b>	R\$ 107.338.154,60	24,2%	29,1%	R\$ 369.259.299,92	27,4%	R\$ 391.132.817,10
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Microrregião de Pato Branco</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 12.623.558,53	100%	4,3%	R\$ 295.710.400,92	4,1%	R\$ 310.152.106,73
<b>2012</b>	R\$ 14.192.722,37	12%	4,6%	R\$ 310.845.625,11	4,3%	R\$ 329.439.034,38
<b>2013</b>	R\$ 15.871.007,32	25,7%	4,3%	R\$ 369.259.299,92	4,1%	R\$ 391.132.817,10
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Microrregião de Pato Branco</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	R\$ 94.630.389,50	100%	32%	R\$ 295.710.400,92	30,5%	R\$ 310.152.106,73
<b>2012</b>	R\$ 98.025.170,48	3,6%	31,5%	R\$ 310.845.625,11	29,8%	R\$ 329.439.034,38
<b>2013</b>	R\$ 104.562.238,87	10,5%	28,3%	R\$ 369.259.299,92	26,7%	R\$ 391.132.817,10

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

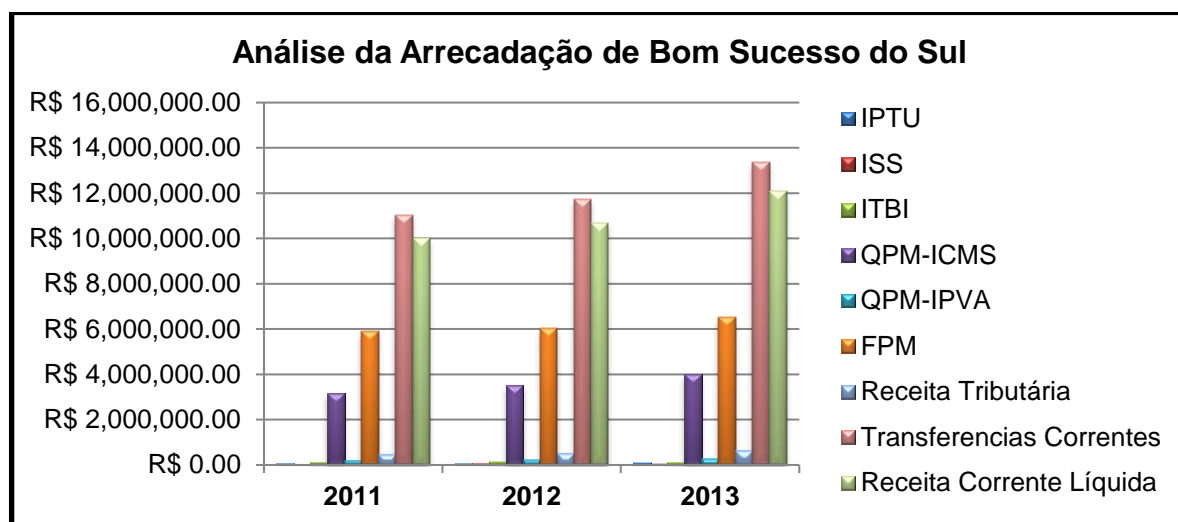
Com base nos dados da tabela 35, observa-se que, dentre as principais transferências correntes demonstradas, a que possui maior crescimento no decorrer dos três anos analisados, foi a QPM-IPVA, embora seja a de menor impacto sobre a receita corrente líquida. No entanto, a transferência intergovernamental que tem maior representatividade sobre o total de transferências correntes, é a do FPM, que corresponde a pouco mais de 30% das transferências correntes, seguida da QPM-ICMS que representa em torno de 28% sobre o total de transferências correntes.

Os dados individuais da acerca das análises verticais e horizontais e transferências correntes recebidas em cada município da Microrregião de Pato Branco poderão ser consultados no apêndice B.

Nas subseções a seguir apresentam-se, individualmente, os dados coletados em cada município da Microrregião de Pato Branco seguido de suas análises e demonstrações dos valores destinados a educação, saúde e despesas com pessoal realizado nos municípios.

#### 4.3.1. Bom Sucesso do Sul

O primeiro município a ser analisado na Microrregião de Pato Branco, é Bom Sucesso do Sul. Para realização dessa análise apresenta-se a seguir o gráfico 29, com os dados da arrecadação do município.



**Gráfico 30 - Análise da arrecadação do Município de Bom Sucesso do Sul.**

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme o gráfico 29, o município de Bom Sucesso do Sul não apresentou, nos anos de 2011 a 2013, uma arrecadação tributária muito elevada. A receita tributária de Bom Sucesso do Sul correspondeu percentual inferior a 5% da receita corrente líquida do município durante os três anos analisados. Dentre as receitas de arrecadação própria do município de Bom Sucesso do Sul, a que obteve maior aumento de 2011 para 2013 foi a do ISS. No entanto, o imposto que possui maior participação na receita tributária é o ITBI.

Com relação a arrecadação oriunda das transferências correntes o FPM é a de maior participação, e é ele também, responsável por quase 60% da receita corrente líquida de Bom Sucesso do Sul.

A tabela 36 apresenta os valores designados à saúde, educação e despesas com pessoal desempenhadas por Bom Sucesso do Sul nos anos foco da pesquisa.

**Tabela 34 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Bom Sucesso do Sul.**  
**Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Bom Sucesso do sul**

DESPESA	2011	2012	2013
Saúde	R\$ 1.738.658,60	R\$ 2.119.727,20	R\$ 2.472.247,92
Educação	R\$ 1.403.555,06	R\$ 1.783.116,71	R\$ 2.201.258,16
Pessoal	R\$ 3.996.098,49	R\$ 4.597.272,47	R\$ 5.637.916,40

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

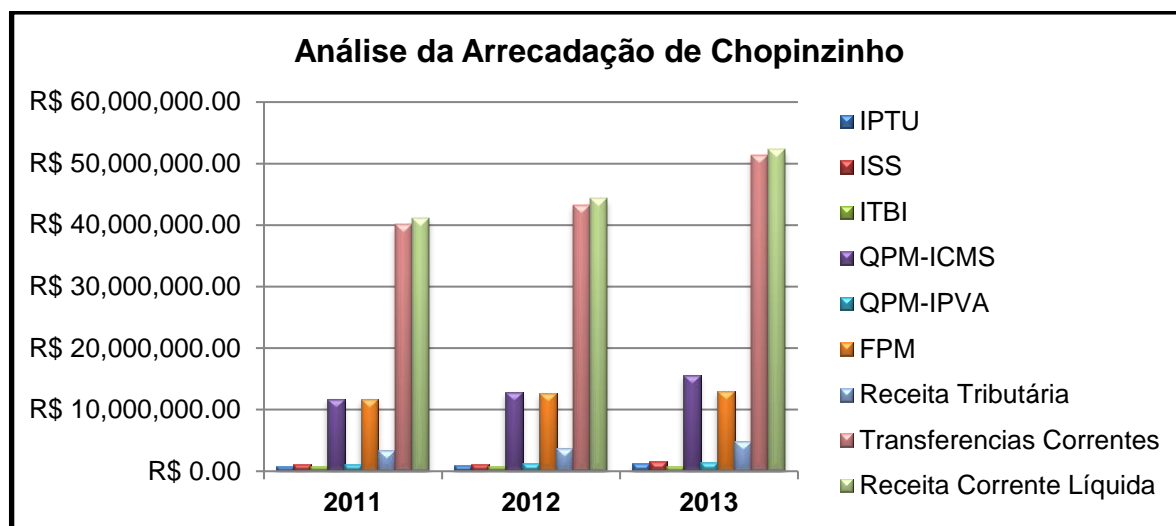
Com base nos valores apresentados na tabela acima, podemos verificar que, em 2011 o município de Bom Sucesso do Sul desembolsou para realização de despesas com saúde, o equivalente a 17,4%, em 2012 esse percentual foi de 19,8% e em 2013 foi de 20,5%. Sendo assim, Bom Sucesso do Sul destinou para saúde valores acima do percentual mínimo estabelecido na legislação.

Com relação à realização de gastos com educação, estes representaram sobre a receita corrente líquida os seguintes percentuais: 14% no ano de 2011, 16,7% no ano de 2012 e 18,2% em 2013. Conforme a legislação vigente, o município não atingiu o percentual mínimo exigido para gastos com educação, investindo em educação valores muito abaixo do que é determinado pela CF que é de 25% sobre a receita corrente líquida do município.

As despesas com pessoal ocorridas nos períodos de 2011 a 2013, segundo os dados demonstrados pela tabela, corresponderam sobre a receita corrente líquida, 39,9% em 2011, 43% em 2012 e 46,7% no ano de 2013, ficando, com isso, abaixo do limite máximo estabelecido pela legislação que é de 60%.

#### 4.3.2. Chopinzinho

O município de Chopinzinho, situado a aproximadamente 60km do maior município da Microrregião de Pato Branco, que é Pato Branco, apresentou nos anos estudados pela pesquisa, a seguinte renda de arrecadação própria, como demonstra o gráfico 30 a seguir.



**Gráfico 31 - Análise da arrecadação do Município de Chopinzinho.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Como se pode observar no gráfico 30, a receita tributária de Chopinzinho corresponde a praticamente 10% da receita corrente líquida do município. O grande responsável por esse resultado de receita tributária é o ISS, que representou em média a 30% da arrecadação tributária do município de Chopinzinho, seguido do IPTU que chegou a uma representatividade de 26,5% sobre a receita tributária do município em 2013, mesmo ano em que apresentou um aumento na arrecadação de 50,4%.

As transferências correntes do município, mais especificamente a QPM-ICMS, manteve-se praticamente estável de 2011 para 2012 porém aumentou no ano de 2013 em 31,9% com relação a 2011.

A tabela 37 a seguir, demonstra a destinação dos recursos arrecadados pelo município de Chopinzinho, para os gastos com saúde, educação e despesas com pessoal.

**Tabela 35 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Chopinzinho.**

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Chopinzinho			
DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 7.857.269,31	R\$ 10.060.810,76	R\$ 12.423.769,78
<b>Educação</b>	R\$ 10.899.835,55	R\$ 12.793.874,24	R\$ 15.040.296,41
<b>Pessoal</b>	R\$ 16.003.495,95	R\$ 19.273.478,64	R\$ 18.579.113,94

Fonte: Elaborado pelos autores.

Conforme a tabela 37 apresentada acima, os gastos com saúde, representaram no ano de 2011 19,1% da receita corrente líquida, em 2012 22,7% e

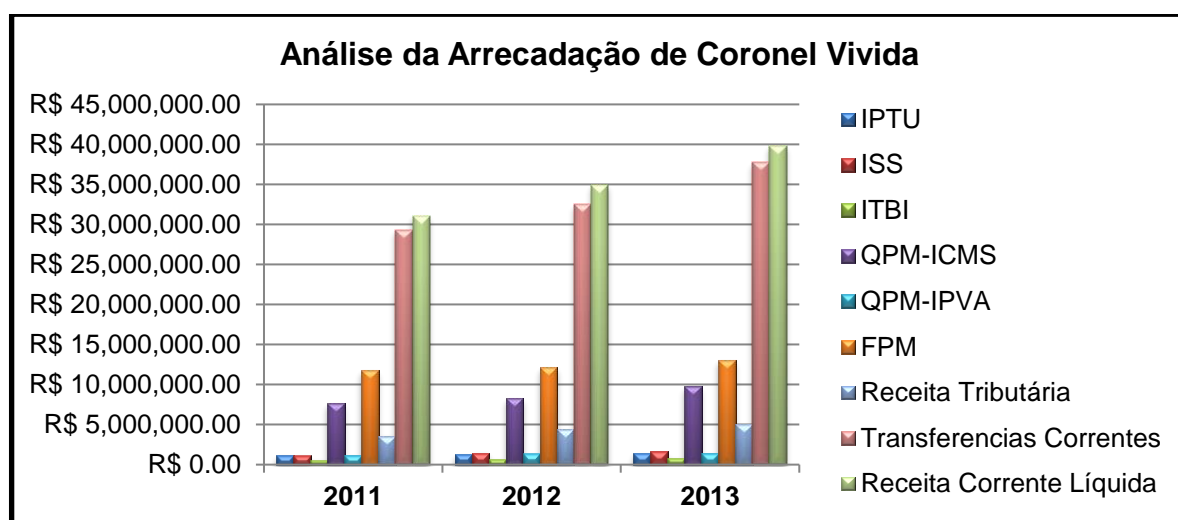
em 2013 23,8%, ou seja, a realização dos gastos com saúde foi além do percentual mínimo estabelecido pela legislação.

Os gastos realizados com educação ocorridos no município de Chopinzinho obtiveram uma representatividade, de 26,5% no ano de 2011, 28,9% em 2012 e 28,8% no ano de 2013. Dessa forma, ficando acima do percentual mínimo estabelecido pela CF que é de 25% sobre a receita corrente líquida.

As despesas com pessoal realizadas no período de 2011 a 2013 corresponderam há, 38,9% em 2011, 43,5% em 2012 e 35,5% no ano de 2013, sobre a receita corrente líquida, não excedendo em nenhum dos períodos estudados o limite máximo previsto pela legislação.

#### 4.3.3. Coronel Vivida

Assim como Chopinzinho, o município de Coronel Vivida, também apresentou arrecadação própria com maior representatividade frente a receita corrente líquida do município. O gráfico 31, subsidiará a análise detalhada da arrecadação de Coronel Vivida.



**Gráfico 32 - Análise da arrecadação do Município de Coronel Vivida.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base nos dados apresentados pelo gráfico 31, percebe-se que a receita tributária de Coronel Vivida, participa em 12% da receita corrente líquida do



município. Dentre os impostos de arrecadação própria do município o ISS apresentou maior evolução na arrecadação, apresentando aumento em 2013 de quase 50% em relação a 2011, bem como maior representatividade sobre a receita tributária total, respondendo por basicamente 32% da receita, seguido do IPTU. Mas ainda assim, as transferências correntes do município de Coronel Vivida possuem maior representatividade sobre a receita corrente líquida.

Tomando como base nos valores apresentados na tabela 38, analisa-se a destinação dos recursos arrecadados pelo município de Coronel Vivida.

**Tabela 36 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Coronel Vivida.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Coronel Vivida</b>			
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 7.123.649,49	R\$ 10.103.475,40	R\$ 12.524.563,97
<b>Educação</b>	R\$ 8.500.822,57	R\$ 10.238.318,17	R\$ 12.008.653,51
<b>Pessoal</b>	R\$ 13.543.268,38	R\$ 16.944.409,89	R\$ 19.808.121,09

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

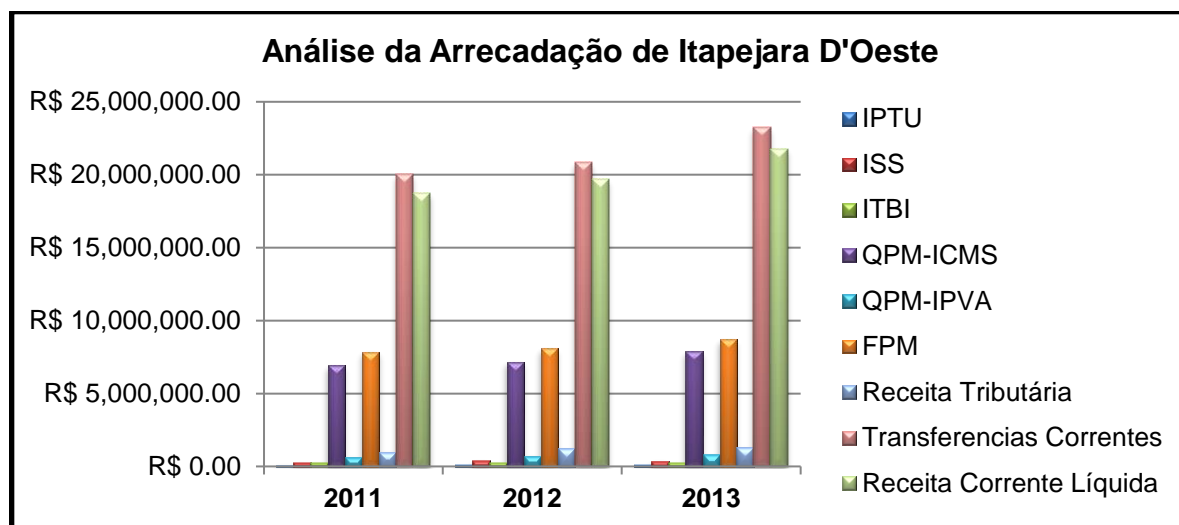
Analisando a tabela 38, nota-se a crescente evolução dos gastos realizados com saúde, educação e nas despesas com pessoal no município de Coronel Vivida. Conforme os dados da arrecadação do município, essa despesa correspondeu, em 2011, a 22,9% da receita corrente líquida, 28,9% em 2012 e 31,5% em 2013. Portanto, os valores destinados a saúde ficaram acima da determinação legal.

As despesas com educação, que em 2011 representava 27,4% da receita corrente líquida de Coronel Vivida, passou em 2012, a representar 29,3% e 30,2% em 2013. Sendo assim, nos três anos estudados, Coronel Vivida destinou para a educação valores acima do que o estabelecido pela legislação.

Nos gastos realizados com pessoal, 2011, o município de Coronel Vivida destinou, o valor correspondente a 43,6% sobre a receita corrente líquida, no ano seguinte, 2012, esse valor representou 48,5% e em 2013, 49,8%. Dessa forma, embora tenham aumentado os gastos com pessoal, o município não excedeu o limite máximo de 60% determinado pela legislação.

#### 4.3.4. Itapejara D'Oeste

Em Itapejara D'Oeste, assim como os demais municípios da Microrregião de Pato Branco, apresentou crescimento na arrecadação própria. O gráfico 32 a seguir demonstra os dados coletados acerca da arrecadação de Itapejara D'Oeste nos anos de 2011 a 2013.



**Gráfico 33 - Análise da arrecadação do Município de Itapejara D'Oeste.**  
 Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando o gráfico 32, nota-se que na receita tributária o imposto que possui maior influência é o ISS, visto que o mesmo corresponde a aproximadamente 30% da receita. O IPTU é o segundo imposto de Itapejara D'Oeste com maior arrecadação dentre os impostos componentes da receita tributária do município.

Já nas transferências correntes recebidas pelo município, como se pode observar, o FPM é a de maior influência sobre a receita corrente líquida de Itapejara D'Oeste.

A seguir, a tabela 39, demonstra os recursos destinados pelo município, para as despesas da área da saúde, educação e para as despesas com pessoal nos anos de 2011, 2012 e 2013.

**Tabela 37 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Itapejara D'Oeste.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Itapejara D'Oeste</b>			
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 4.756.541,50	R\$ 5.249.656,20	R\$ 5.844.641,01
<b>Educação</b>	R\$ 4.617.587,40	R\$ 5.057.466,81	R\$ 5.180.827,68
<b>Pessoal</b>	R\$ 5.836.112,04	R\$ 7.067.326,30	R\$ 8.354.742,30

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

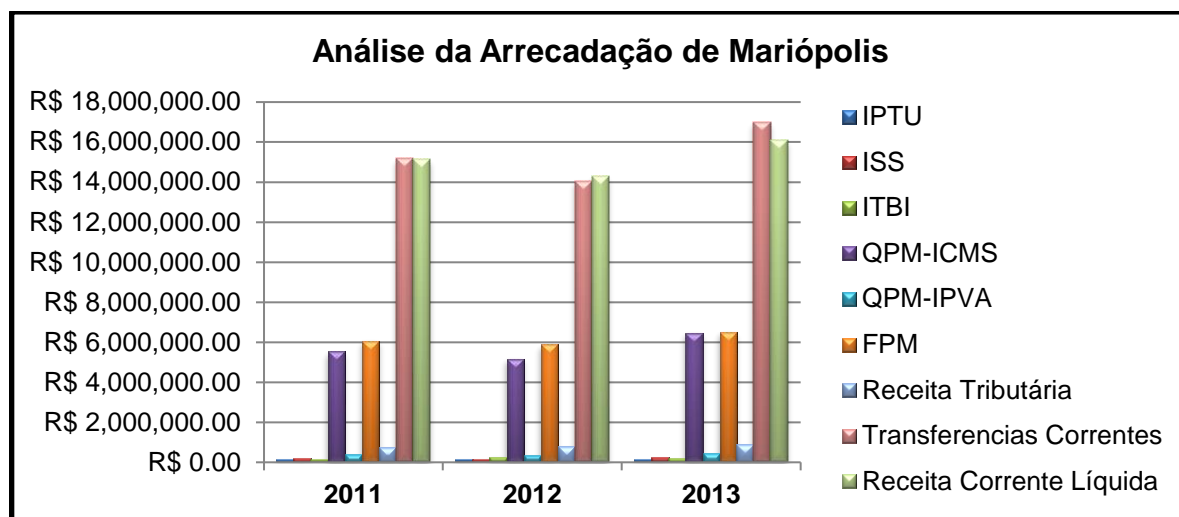
Verifica-se na tabela 39 que o município de Itapejara D'Oeste, destinou para as despesas da área da saúde, valor correspondente a 25,4% da receita corrente líquida do ano de 2011, 26,7% em 2012 e 26,9% em 2013. Com isso, os valores designados as despesas de saúde realizadas pelo município foram acima dos 15% da receita corrente líquida, percentual esse determinado pela legislação.

Os investimentos na área da educação representaram 24,7% da receita corrente líquida apurada pelo município em 2011, 25,7% em 2012 e 23,8% no ano de 2013, ou seja, os valores desembolsados por Itapejara D'Oeste para investimento na educação não corresponderam ao limite mínimo de 25% sobre a receita corrente líquida estabelecido pela CF nos anos de 2011 e 2013.

Para as despesas com pessoal foram destinados pelo município valores equivalentes a 31,2% da receita corrente líquida em 2011, 36% em 2012 e 38,4% no ano de 2013. Portanto, os gastos realizados com pessoal pelo município de Itapejara D'Oeste não ultrapassaram o limite máximo de 60% da receita corrente líquida determinado pela legislação.

#### 4.3.5. Mariópolis

O município de Mariópolis apresentou nos anos de 2011 a 2013, os seguintes dados demonstrados no gráfico 33 abaixo.



**Gráfico 34 - Análise da arrecadação do Município de Mariópolis.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Observa-se no gráfico 33, que as receitas tributárias não apresentam uma arrecadação muito expressiva em relação a receita corrente líquida do município. O único imposto que obteve um aumento considerável na arrecadação foi o ITBI, cuja arrecadação cresceu 68,7% no ano de 2012 em relação a 2011. Já as transferências correntes do município, assim como em outros municípios da Região Sudoeste do Paraná, atingem quase 50% da receita corrente líquida de Mariópolis.

Para a análise da destinação de recursos para saúde, educação e despesas com pessoal de Mariópolis, será utilizada como base a tabela 40 apresentada abaixo.

**Tabela 38 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Mariópolis.**  
Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Mariópolis

DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 2.734.732,28	R\$ 3.239.229,85	R\$ 4.117.703,27
<b>Educação</b>	R\$ 2.868.792,43	R\$ 3.396.590,81	R\$ 3.213.451,40
<b>Pessoal</b>	R\$ 4.395.487,24	R\$ 5.279.499,81	R\$ 6.846.016,37

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos dados apresentados na tabela 40 acima, verifica-se que, em 2011 o município de Mariópolis desembolsou para realização de despesas com saúde, o equivalente a 18,1% da sua receita corrente líquida, em 2012 esse percentual foi de 22,7% e em 2013 aumentou para 25,6%. Sendo assim, o município destinou valores acima do percentual mínimo estabelecido na legislação.

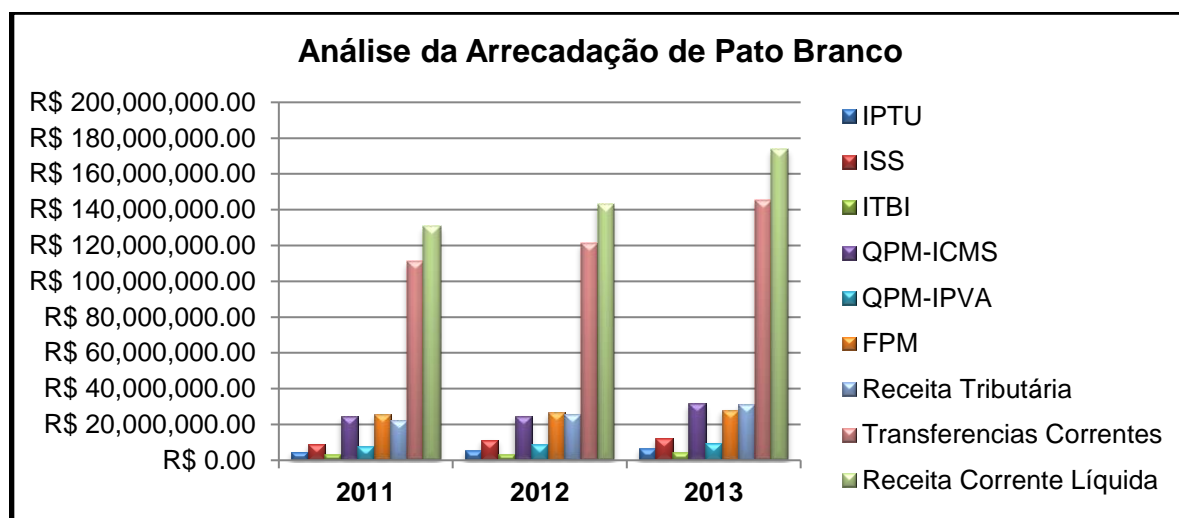
Com relação à realização de investimentos na educação, os valores representaram, sobre a receita corrente líquida, 19% no ano de 2011, 23,8% em

2012 e 20% no ano de 2013. Conforme a legislação vigente, o município não destinou os valores mínimos exigido para gastos com educação, que é de 25% da sua receita corrente líquida.

As despesas com pessoal ocorridas nos períodos de 2011 a 2013, corresponderam, sobre a receita corrente líquida, 29% em 2011, 37% em 2012 e 42,6% no ano de 2013, com isso, o município não excedeu o limite máximo estabelecido pela legislação que é de 60%.

#### 4.3.6. Pato Branco

O maior município da microrregião, Pato Branco apresentou o seguinte desempenho, nas receitas de arrecadação própria, demonstrado no gráfico 34.



**Gráfico 35 - Análise da arrecadação do Município de Pato Branco.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Verifica-se no gráfico da arrecadação de Pato Branco que, o município apresentou uma crescente em sua receita tributária, a qual é originada da arrecadação própria. Com base nos dados coletados no STN, a receita tributária o município aumentou 40% no ano de 2013, em relação ao primeiro ano pesquisado que foi 2011. O grande responsável por esse aumento, como se pode observar no gráfico, foi o ISS, o imposto representou em média, no decorrer do período pesquisa, a 41% da receita tributária e 7,5% da receita corrente líquida de Pato

Branco. O segundo imposto com maior participação na receita tributária do município de Pato Branco foi o IPTU e em seguida o ITBI.

Dentre as transferências correntes a QPM-ICMS, obteve quase o mesmo valor de repasse nos anos de 2011 e 2012, nesse período o repasse apresentou aumento de apenas 0,5%, entretanto, em 2013 a QPM-ICMS apresentou um acréscimo de 30,3% na arrecadação em relação a 2011.

**Tabela 39 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Pato Branco.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Pato Branco</b>			
<b>DESPESA</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>	<b>2013</b>
<b>Saúde</b>	R\$ 51.693.519,07	R\$ 62.942.317,29	R\$ 74.245.458,48
<b>Educação</b>	R\$ 30.083.523,74	R\$ 35.753.022,62	R\$ 38.517.834,29
<b>Pessoal</b>	R\$ 49.369.287,34	R\$ 59.476.359,08	R\$ 72.558.072,12

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

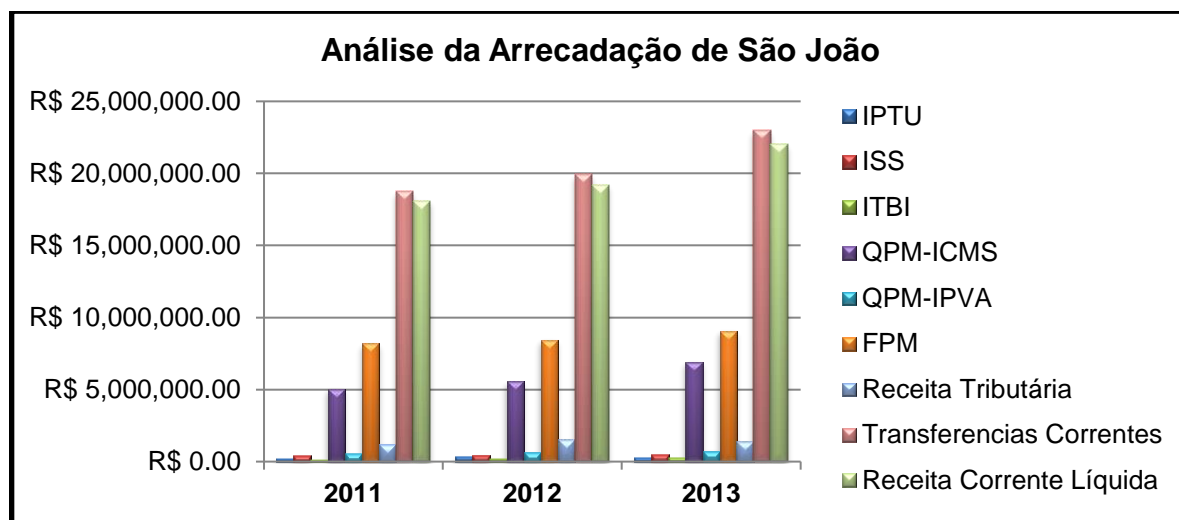
Observa-se na tabela 41 que os valores gastos na saúde realizados em Pato Branco foram de, 39,5% sobre a receita corrente líquida em 2011, 42% em 2012 e 42,7% no ano de 2013, indicando que o município cumpriu com o que é determinado pela CF destinando para a área da saúde valores acima do percentual mínimo exigido.

Para a educação, o município de Pato Branco destinou 23% de sua receita corrente líquida em 2011, esse percentual aumentou para 25% em 2012 e diminuiu novamente em 2013 para 22,2%, deixando o município dentro do limite mínimo determinado pela legislação apenas no ano de 2012.

As despesas com pessoal foram equivalentes a 37,7% da receita corrente líquida em 2011, em 2012 o percentual apresentou aumento, chegando à casa de 41,6%, e em 2013 a destinação de recursos para as despesas com pessoal representou 41,8% da receita corrente líquida. Portanto, o município destinou, para os gastos com pessoal, valores abaixo do limite máximo estabelecido pela legislação nos três anos foco da pesquisa.

#### 4.3.7. São João

O município de São João apresentou no período foco da pesquisa, a seguinte arrecadação, demonstrada no gráfico 35.



**Gráfico 36 - Análise da arrecadação do Município de São João.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos dados do gráfico xx, percebe-se que o município de São João apresentou baixo índice de arrecadação própria. No ano de 2013, a receita tributária do município sofreu uma redução de arrecadação em relação ao ano anterior. Redução esta, que pode ter sido originada pelo IPTU, que diminuiu 3,2% no ano de 2013 em relação ao ano anterior, como pode ser observado.

Nota-se ainda, que as transferências correntes são as maiores responsáveis pela receita total do município, chegando a um valor de arrecadação superior a receita corrente líquida.

**Tabela 40 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de São João.**

Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de São João			
DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 3.952.735,45	R\$ 4.849.365,76	R\$ 5.271.275,95
<b>Educação</b>	R\$ 5.692.391,20	R\$ 5.254.603,56	R\$ 5.835.979,04
<b>Pessoal</b>	R\$ 7.899.671,65	R\$ 8.809.268,00	R\$ 9.948.407,97

Fonte: Elaborado pelos autores.

Analisando a tabela xx, verifica-se a crescente evolução dos gastos realizados com saúde pelo município de São João. Conforme os dados da

arrecadação do município, essa despesa representou, em 2011, 21,8% da receita corrente líquida, 25,3% em 2012 e 23,9% em 2013. Portanto, os valores destinados a saúde ficaram acima da determinação mínima prevista pela legislação.

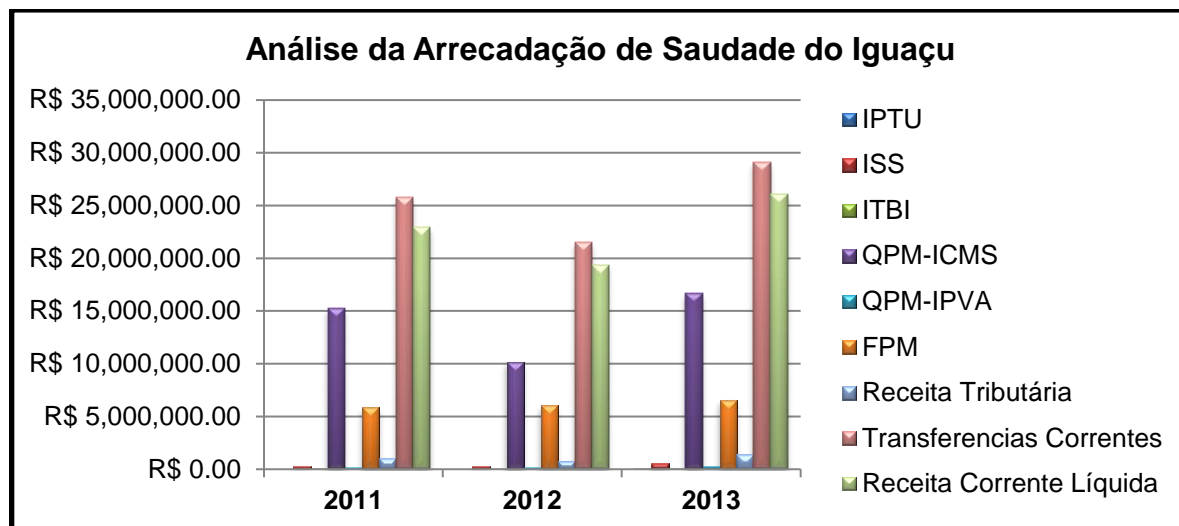
Já os gastos com educação, apresentam um decréscimo no ano de 2012 em relação a 2011, voltando a aumentar em 2013, ano em que o investimento foi maior comparado a 2011. No primeiro ano pesquisado os gastos na educação representaram 31,5% da receita corrente líquida de São João, em 2012 caiu para 27,4% e em 2013, o investimento em educação foi de 26,5%. Porém, nos três anos estudados, o município de São João destinou para a educação valores acima do que é estabelecido pela legislação, mesmo apresentando redução no percentual de investimento em relação a receitas corrente líquida.

Nos gastos realizados com pessoal, houve um acréscimo na destinação de recursos nos três anos estudados. Em 2011, o município de São João destinou para pagamentos de despesas com pessoal, o valor correspondente a 43,7% sobre a receita corrente líquida, no ano seguinte, 2012, esse valor representou 45,9% e em 2013, 45,2%. Dessa forma, embora tenha aumentado os gastos com pessoal, o município não excedeu o limite máximo de 60% determinado pela legislação.

#### 4.3.8. Saudade do Iguaçu

Em Saudade do Iguaçu os dados coletados no Sistema do Tesouro Nacional apresentaram padrões semelhantes a arrecadação do município de São Jorge D'Oeste com relação as transferências correntes. Isso pode ser explicado pelo fato de que Saudade do Iguaçu também recebe royalties de uma usina hidrelétrica, a Usina de Salto Santiago. O gráfico 36 a seguir demonstra os valores da arrecadação de Saudade do Iguaçu.





**Gráfico 37 - Análise da arrecadação do Município de Saudade do Iguauçu.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da análise do gráfico 36, observa-se que a maior contribuição das receitas tributárias do município de Saudade do Iguauçu, vem da arrecadação do ISS, o imposto foi o responsável, em média, por 38% da receita tributária do município, enquanto o IPTU e o ITBI não chegaram 8% cada um.

Nas arrecadações oriundas das transferências correntes, Saudade do Iguauçu apresentou caso semelhante ao do município de São Jorge D'Oeste quanto ao repassa da QPM-ICMS, ou seja, ao contrário dos demais municípios de menor porte, a transferência do FPM foi menor comparada a da QPM-ICMS.

Para a análise da aplicação dos recursos do município para as áreas da saúde, educação e despesas com pessoal, serão utilizados com base, os valores coletados no STN e apresentados na tabela 43 a seguir.

**Tabela 41 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Saudade do Iguauçu.**

<b>Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Saudade do Iguauçu</b>			
DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 3.906.473,65	R\$ 4.119.739,55	R\$ 5.157.464,78
<b>Educação</b>	R\$ 4.087.979,84	R\$ 4.166.357,29	R\$ 5.202.723,53
<b>Pessoal</b>	R\$ 7.459.121,52	R\$ 8.961.429,97	R\$ 11.108.578,95

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir da análise da tabela 43, nota-se que os gastos na área da saúde realizados pelo município de Saudade do Iguauçu representaram 17% sobre a receita corrente líquida no ano de 2011, 21,3% em 2012, e 19,8% no ano de 2013. Dessa

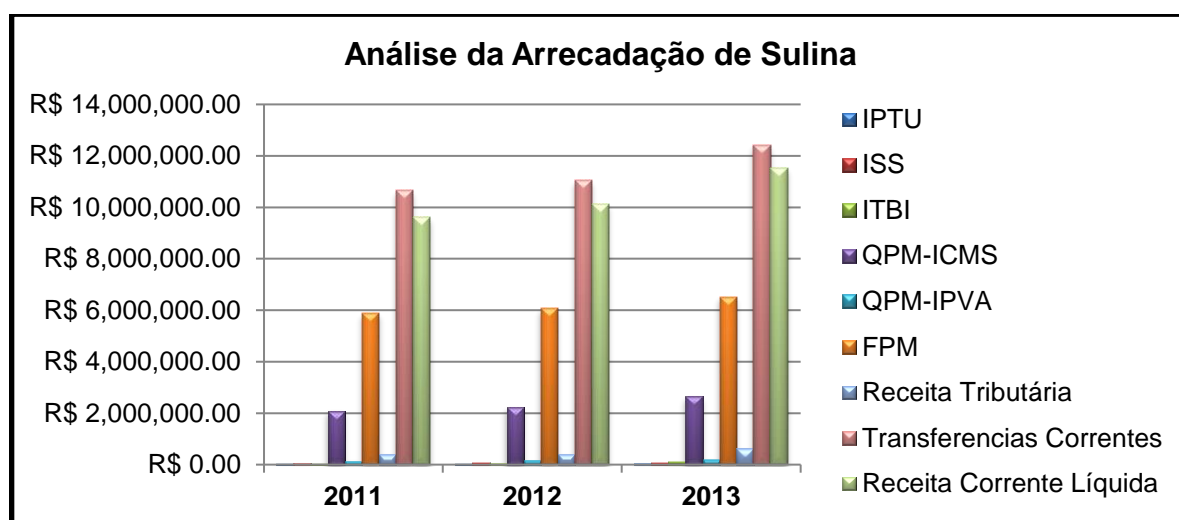
forma, os valores destinados a saúde em Saudade do Iguaçu ficaram acima do que é previsto pela legislação em vigor.

Os investimentos na área da educação efetuados em Saudade do Iguaçu corresponderam a 17,8% da receita corrente líquida em 2011, esse percentual subiu para 21,5% em 2012, e em 2013 ficou em 20%. Com isso, verifica-se que o município destinou para a educação valores abaixo do que é estabelecido pela legislação.

Os valores destinados as despesas com pessoal representaram, sobre a receita corrente líquida, 32,5% em 2011, 46,3% em 2012 e 42,7% em 2013. Portanto, Saudade do Iguaçu não excedeu o limite máximo de gastos com pessoal determinado na legislação em vigente.

#### 4.3.9. Sulina

O município de Sulina apresentou valores de arrecadação própria muito próximos aos de Saudade do Iguaçu. O gráfico 37 apresentado a seguir possibilita essa comparação.



**Gráfico 38 - Análise da arrecadação do Município de Sulina.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

Com base no gráfico 37, percebe-se que o município de Sulina apresentou, no período estudado, baixa arrecadação própria em relação a receita

corrente líquida. A receita tributária da cidade corresponde a somente 4% da receita corrente líquida que, como pode ser observado, é formada basicamente pelo FPM, repasse recebido da União e que correspondeu a quase 60% da arrecadação total do município.

A tabela 44 apresentada abaixo, demonstra a destinação dos recursos do município de Sulina para os gastos da saúde, investimentos em educação e despesas com pessoal.

**Tabela 42 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Sulina.**  
Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Sulina

DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 1.631.865,01	R\$ 1.733.837,91	R\$ 2.314.345,13
<b>Educação</b>	R\$ 1.783.826,76	R\$ 1.841.166,50	R\$ 2.250.283,12
<b>Pessoal</b>	R\$ 4.069.298,76	R\$ 4.612.167,57	R\$ 5.358.311,17

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

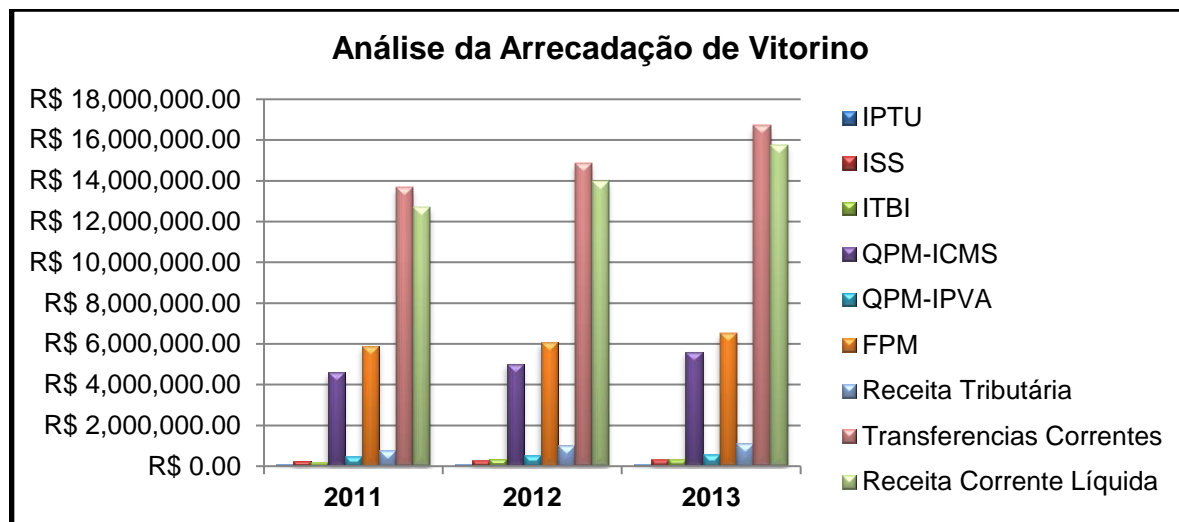
Com base na tabela 44 observa-se que os valores destinados para a área da saúde realizados pelo município de Sulina, nos anos submetidos a análise representaram 17% sobre a receita corrente líquida em 2011, 17,1% no ano de 2012, e 20,1% no ano de 2013. Dessa forma, os valores designados a área da saúde em Sulina ficaram acima do que é estabelecido pela CF.

Os investimentos na área da educação efetuados em Sulina corresponderam a 18,6% da receita corrente líquida em 2011, 18,2% em 2012, e no ano de 2013 foi de 19,5%. Portanto, o município não destinou os 25% sobre a receita corrente líquida para a educação que são estabelecidos pela legislação.

As despesas com pessoal representaram, sobre a receita corrente líquida, 42,4% em 2011, 45,6% em 2012 e 46,5% em 2013. Dessa forma, os recursos destinados ao pagamento das despesas com pessoal não excederam o limite máximo determinado na legislação em vigor.

#### 4.3.10. Vitorino

Para as análises acerca da arrecadação do município de Vitorino, último dos 37 a serem analisados, apresenta-se o gráfico 38, a seguir.



**Gráfico 39 - Análise da arrecadação do Município de Vitorino.**  
Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos dados coletados do STN e demonstrados no gráfico 38, verifica-se que o município de Vitorino apresentou, nos anos estudados, receita tributária equivalente 7%, em média, da receita corrente líquida da cidade. O imposto de maior influência sobre a receita tributária foi o ISS, que representou entre 28% a 34% da receita tributária arrecadada no decorrer do período analisado. E logo em seguida o ITBI que média, foi responsável por 30% da arrecadação própria do município.

Com relação às transferências correntes, o FPM correspondeu a maior parte da receita e a QPM-ICMS, ficou em segundo lugar em relação às maiores receitas de transferências correntes recebidas pelo município de Vitorino.

A tabela 45 que se apresenta a seguir demonstra a destinação dos recursos do município de Vitorino, para pagamento das despesas da área da saúde, investimentos em educação e despesas com pessoal.

**Tabela 43 - Despesas com Saúde, Educação e Pessoal do Município de Vitorino.**  
**Despesas com Saúde, Educação e Pessoal de Vitorino**

DESPESA	2011	2012	2013
<b>Saúde</b>	R\$ 2.489.953,55	R\$ 3.443.734,93	R\$ 3.291.581,11
<b>Educação</b>	R\$ 3.358.511,98	R\$ 3.905.467,66	R\$ 3.496.132,95
<b>Pessoal e Encargos</b>	R\$ 5.763.734,48	R\$ 6.753.239,96	R\$ 7.565.787,96

Fonte: Elaborado pelos autores.

A partir dos dados da tabela 45, nota-se que despesas com saúde, corresponderam, sobre a receita corrente líquida, a 19,6% em 2011, 24,6% em 2012, e 20,9% em 2013, permanecendo acima do mínimo estipulado pela legislação.

Na área da educação os investimentos realizados por Vitorino representaram, sobre a receita corrente líquida do município, 26,5% em 2011, 27,9% em 2012 e 22,2% em 2013, dessa forma, apenas em 2013 o município não investiu em educação, os valores previstos pela legislação.

As despesas com pessoal, no município de Vitorino corresponderam a 45,4% da receita corrente líquida em 2011, 48,3% em 2012 e 48% em 2013. Portanto, os valores que o município desembolsou em despesas com pessoal, não foram superiores ao limite máximo determinado pela legislação.

#### 4.4. SÍNTESE DE RESULTADOS OBTIDOS

Com base na análise nos dados das demonstrações contábeis divulgadas pelos municípios no sítio do Sistema do Tesouro Nacional, verifica-se que, a destinação de recursos para as áreas de saúde e despesas com pessoal realizados pelos municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná manteve-se dentro dos limites estabelecidos pela legislação. Que são de, no mínimo 15% da receita corrente líquida para a saúde e o máximo de 60% sobre a receita corrente líquida para as despesas com pessoal.

No entanto, com relação à distribuição para a área da educação, durante o período estudado, não atingiu o valor mínimo estabelecido pela legislação, que é de 25% sobre a receita corrente líquida. No ano de 2011, os municípios que destinaram recursos para a educação abaixo do limite mínimo determinado pela CF foram: Bela Vista da Caroba (23,6%), Capanema (24,8%), Pérola D'Oeste (21,2%), Planalto (24,1%), Pranchita (21,1%), Santa Izabel do Oeste (23,7%), Boa Esperança do Iguaçu (17,2%), Bom Jesus do Sul (24,8%), Cruzeiro do Iguaçu (20%), Enéas Marques (21,5%), Manfrinópolis (23,8%), Marmeleiro (22,6%), Nova Esperança do Sudoeste (20%), Nova Prata do Iguaçu (23,2%), Pinhal de São Bento (23,6%), Salto do Lontra (24,6%), São Jorge D'Oeste (16,4%), Verê (21,3%), Bom Sucesso do Sul

(14%), Itapejara D'Oeste (24,7%), Mariópolis (19%), Pato Branco (23%), Saudade do Iguaçu (17,8%) e Sulina (18,6%).

No ano de 2012, os municípios que não alcançaram o limite mínimo de destinação de recursos para educação foram: Bela Vista da Caroba (22,7%), Pérola D'Oeste (22%), Planalto (22,3%), Boa Esperança do Iguaçu (18,7%), Cruzeiro do Iguaçu (22,1%), Manfrinópolis (24,3%), Marmeleiro (24,7%), Renascença (22,9%), São Jorge D'Oeste (23,4%), Verê (23,6%), Bom Sucesso do Sul (16,7%), Mariópolis (23,8%), Saudade do Iguaçu (21,5%) e Sulina (18,2%).

E no ano de 2013, os municípios que não alcançaram o limite mínimo de destinação de recursos para educação foram: Bela Vista da Caroba (18,1%), Barracão (24,5%), Boa Esperança do Iguaçu (18,1%), Cruzeiro do Iguaçu (21,8%), Enéas Marques (21,7%), Flor da Serra do Sul (18,3%), Nova Esperança do Sudoeste (21,2%), Nova Prata do Iguaçu (23,7%), Pinhal de São Bento (24,2%), Renascença (23,9%), São Jorge D'Oeste (20,9%), Verê (21,5%), Bom Sucesso do Sul (18,2%), Itapejara D'Oeste (23,8%), Mariópolis (20%), Pato Branco (22,2%), Saudade do Iguaçu (20%), Sulina (19,5%) e Vitorino (22,2%). O município de Manfrinópolis não divulgou as demonstrações contábeis referentes ao ano de 2013 ao STN.

Na sequência, a partir da apresentação dessa síntese de resultados, apresentam as considerações finais da pesquisa, bem como apresentação dos objetivos alcançados.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A boa gestão do dinheiro público é talvez o tema de maior preocupação por parte dos usuários dos serviços públicos, que por sua vez, são também usuários da informação contábil que nesse contexto trata-se da informação gerada contabilidade pública. No entanto, o bom desempenho no uso dos recursos arrecadados pelos municípios nem sempre é apresentado de forma clara ou até mesmo omitido aos usuários dessa informação.

Nesse contexto, a presente pesquisa objetivou realizar um estudo comparativo da arrecadação dos tributos municipais e verificar se a destinação desses recursos nos municípios da mesorregião sudoeste do estado do Paraná atende aos parâmetros estabelecidos pela legislação vigente. Sendo assim o objetivo geral do trabalho foi cumprido através do estudo da literatura, visando analisar os principais aspectos da arrecadação tributária municipal, as normas que cabem aos Municípios, Estado e União quanto a forma de tributar e ao repasse de tributos aos municípios bem como os limites de gastos propostos aos municípios para a saúde, educação e despesas com pessoal. Para tanto, fez-se necessária a criação de objetivos específicos, para que com os quais se alcançasse o objetivo geral da pesquisa.

O primeiro objetivo específico estabelecido foi apresentar os fundamentos legais da Arrecadação Tributária e os aspectos essenciais do IPTU, ISS, ITBI, QPM-ICMS, QPM-IPVA e FPM como parte das Receitas Correntes Líquidas, Receitas Próprias e Lei de Responsabilidade Fiscal. Para a melhor compreensão possível acerca da arrecadação tributária e de transferências correntes dos municípios estudados, analisou e a literatura disponível e os aspectos principais e de maior relevância para a pesquisa foram apresentados de forma a encaminhar o leitor ao entendimento da dinâmica do orçamento público.

O segundo objetivo proposto foi o de apresentar a realização da arrecadação do IPTU, ISS, ITBI, QPM-ICMS, QPM-IPVA e FPM nos municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná. Esse objetivo foi atingido através da análise das demonstrações contábeis publicadas pelos municípios no Sistema do Tesouro Nacional. Nessa etapa da pesquisa constatou-se que o município de Manfrinópolis não realizou a publicação das demonstrações contábeis referentes as movimentações do ano de 2013. Constatou-se também que as transferências

correntes são as receitas de maior impacto aos municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná.

O terceiro e último objetivo específico estabelecido foi o de verificar a destinação da receita arrecadada para a saúde, educação e despesas com pessoal nos municípios estudados. Esse objetivo também foi atingido através da análise das demonstrações contábeis publicadas pelos municípios no sítio do STN. Os resultados obtidos nessa fase demonstraram que os 37 municípios estudados, atenderam a legislação quanto à destinação de recursos para a área da saúde e despesas com pessoal nos anos de 2011, 2012 e 2013. No entanto, os investimentos em educação, no ano de 2011, não correspondem à determinação legislativa em 24 dos 37 municípios analisados. Em 2012, 14 dos 37 municípios estudados não destinaram a educação os valores mínimos estabelecidos pela legislação. E em 2013, 19 dentre os 36 municípios que publicaram suas demonstrações referentes ao ano de 2013, também não cumpriram os limites mínimos de gastos previstos pela legislação para a área da educação.

Ao analisar os resultados obtidos, no cumprimento de cada objetivo específico, em correlação com o referencial teórico desenvolvido foi possível responder a problemática de pesquisa formulada visto que, de acordo com os resultados alcançados, os 37 municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná de forma geral cumprem com a determinação prevista na legislação vigente no que tange a destinação de recursos para a área da saúde e despesas com pessoal, no entanto, os investimentos realizados na área da educação pelos municípios não condizem com o que lhes é determinado através da legislação vigente.

O desenvolvimento da presente pesquisa foi recompensador, pois permitiu a ampliação dos conhecimentos na área da Contabilidade Pública e Tributária, bem como permite transmitir ao público externo que, por ventura não seja possuidor de entendimento necessário para compreensão das demonstrações contábeis disponibilizadas pelos municípios, a real situação da administração pública em que se encontram as cidades do Sudoeste Paranaense.



## REFERÊNCIAS

AFONSO, J. R. R; ARAUJO E. A. **A capacidade de gastos dos municípios brasileiros: arrecadação própria e receita disponível.** Disponível em: <[http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes\\_pt/Galerias/Arquivos/bf\\_bancos/e0001530.pdf](http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/bf_bancos/e0001530.pdf)> acesso em 01 de abril de 2016.

ANGÉLICO, João. **Contabilidade Pública.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 1994.

CRUZ, Flávio da, et al. **Lei de Responsabilidade Fiscal comentada,** 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2006.

EICH, Ana Gláucia Piegas; LOZECKYI, Jeferson. **Transparência Tributária no Preço de Venda: de Volta à Burocracia.** 2006. Revista Eletrônica Lato Sensu – Ano 2, nº1, julho de 2007. Disponível em <[http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista\\_Pos/P%C3%A1ginas/2%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Aplicadas/PDF/30-Ed2\\_CS-Transpa.pdf](http://web03.unicentro.br/especializacao/Revista_Pos/P%C3%A1ginas/2%20Edi%C3%A7%C3%A3o/Aplicadas/PDF/30-Ed2_CS-Transpa.pdf)> Acesso em: 04 de abril de 2016.

FABRETTI, Láudio Camargo. **Contabilidade Tributária.** 13. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

GIL, Antônio C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa.** 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GORGA, Isadora. **Entendendo a Lei de Responsabilidade Fiscal.** Disponível em: <<http://www.igepri.org/observatorio/?p=4826>> Acesso em: 07 de junho de 2016.

GUEDES, K. P; GAPARINE, C. E. **Descentralização fiscal e tamanho do governo no Brasil.** Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502007000200007&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-80502007000200007&script=sci_arttext)> Acesso em: 01 de abril de 2016.

HELLDER, R. R. **Como fazer análise documental.** Porto, Universidade de Algarve, 2006.

ICHIHARA, Yoshiaki. **Direito Tributário: atualizado de acordo com as Emendas Constitucionais nº 3, de 17-3-93, 10, de 4-3-96, 12, de 15-8-96, 17, de 22-11-97 e 21, de 18-3-99.** 9. Ed. – São Paulo: Atlas, 2000.

IPARDES, Relação dos Municípios do Estado Relacionados segundo as Mesorregiões e as Microrregiões Geográficas do IBGE. Disponível em: <[http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base\\_fisica/relacao\\_mun\\_micros\\_mesos\\_para\\_na.pdf](http://www.ipardes.gov.br/pdf/mapas/base_fisica/relacao_mun_micros_mesos_para_na.pdf)>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública.** São Paulo: Atlas: 1996.  
Lourenço Filho. Fortaleza, 2009. Disponível em: <<http://www.flf.edu.br/revistaffl/>>

KOHAMA, Hélio. **Contabilidade Pública: teoria e Prática.** 14 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

MATARAZZO, Dante Carmine, **Análise financeira de balanços: abordagem básica**. 2ª ed.: São Paulo, 1987.

NUNES, Selene Peres, et al. **Programa nacional de treinamento: manual básico de treinamento para municípios**. Brasília: MP, BNDES, CEF, 2ª Edição, 2002.

OLIVEIRA, Gustavo Pedro de. **Contabilidade Tributária**. 3ª Ed. rev. e atualizada. São Paulo: Saraiva, 2009.

PÊGAS, Paulo Henrique. **Manual de Contabilidade Tributária**. 3. Ed. rev. e atualizada. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2005.

PILETTI, Edisson Ari. **Imposto sobre serviço de qualquer natureza: Estudo de caso da arrecadação no município de São Lourenço do Oeste**. Trabalho de conclusão de curso. Pato Branco: UTFPR/Curso de Ciências contábeis, dez/2011.

PISCITELLI, Roberto Bocaccio. **Contabilidade Pública: uma abordagem da administração financeira pública**. 4. ed. – São Paulo: Atlas, 1995.

RAMOS, Augusto Cesar. **Competência tributária**. Jus Navigandi, Teresina, ano 7, n. 54, 1 fev. 2002. Disponível em: <<http://jus.uol.com.br/revista/texto/2621>>. Acesso em: 19 jun. 2016.

REZENDE, Fernando Antonio. **Finanças Públicas**. 2ª ed.: São Paulo: Atlas, 2001.

RIANI, Flávio. **Economia do setor público: uma abordagem introdutória**. São Paulo: Atlas, 1986.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa social: Método e técnicas**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROSA, Dênerson Dias. **A evolução da carga tributária no Brasil**. Site do Curso de Direito da UFSM. Santa Maria-RS. Disponível em: <[http://www.ufsm.br/direito/artigos/tributario/evolucao\\_tributaria.htm](http://www.ufsm.br/direito/artigos/tributario/evolucao_tributaria.htm)>. Acesso em: 03 de abril de 2016.

SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário**. 8ª ed. São Paulo: Premier Máima, 2006.

SALVADOR, Evilásio. **A Distribuição Da Carga Tributária: Quem Paga A Conta?** 2007. Disponível em <<http://www.fag.edu.br/professores/eduardo/Outros/RH%20-%20Trabalho%20-%20Distribui%E7%E3o%20da%20Carga%20Tribut%E1ria.pdf>> Acesso em: 04 de abril de 2016.

STN, Secretaria do Tesouro Nacional. **Cartilha do FPM**. Disponível em: <<http://www3.tesouro.fazenda.gov.br/servicos/download/cartFPEeFPM.pdf>> Acesso em: 10 de abril de 2016.

SILVA, André Ricardo Dias da. **Os princípios constitucionais tributários**. Boletim

Jurídico, Uberaba/MG, a. 4, no 189. Disponível em:<<http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1458>> Acesso em: 02 de abril 2016.

SILVA, Lino Martins da. **Contabilidade Governamental: um enfoque administrativo da nova contabilidade pública**. 8. Ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SILVA, Lino Martins. **Contabilidade Governamental: Um enfoque administrativo**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SILVA, W. G. **Finanças públicas na nova ordem constitucional brasileira: uma análise comportamental dos municípios potiguares nos anos antecedentes e posteriores a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)**. Dissertação de Mestrado em Economia. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2009.

SILVEIRA, Gertrudes Souto da. **Substituição Tributária do ISS no município de Fortaleza: um estudo comparativo da evolução na arrecadação deste tributo no período de 2005 a 2008**. Monografia (Bacharel em Ciências Contábeis) – Faculdade Lourenço Filho. Fortaleza, 2009. Disponível em:<<http://www.flf.edu.br/revistaffl/monografias-contabeis/monografia-gertrudes-souto-silveira.pdf>> acesso em: 02 de abril 2016.

SLOMSKI, Valmor. **Manual de Contabilidade Pública: um enfoque na contabilidade municipal, de acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.

SOUZA, L. C. G; FREITAS, L. **A importância das receitas próprias municipais**.

TESCH, José Marcos. **Estudo comparativo da arrecadação dos tributos municipais dos municípios catarinenses com maior índice populacional**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: UFSC/Centro Sócio-econômico, dez/2008.

TRISTÃO, José Américo Martelli. **A Administração Tributária dos Municípios brasileiros: Uma avaliação do desempenho da arrecadação**. Tese de doutorado. São Paulo: EAESP/FGV, 2003. Área de Concentração: Organização, Recursos Humanos e Planejamento.

VELLOSO, Andrei Pitten. **Constituição tributária comentada**. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2007.

## APÊNDICE

APÊNDICE A – Análises vertical e horizontal da arrecadação própria dos Municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná.

**Tabela 44 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Ampére**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Ampére</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	722.807,81	100%	40,2%	1.799.657,63	3,2%	22.739.852,43
2012	792.316,08	9,6%	34,4%	2.305.792,57	2,9%	27.085.875,15
2013	815.114,27	12,8%	31,6%	2.582.408,04	2,6%	31.201.275,76
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Ampére</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	509.938,43	100%	28,3%	1.799.657,63	2,2%	22.739.852,43
2012	356.780,82	-30%	15,5%	2.305.792,57	1,3%	27.085.875,15
2013	765.793,42	50,2%	29,7%	2.582.408,04	2,5%	31.201.275,76
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Ampére</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	442.457,84	100%	24,6%	1.799.657,63	1,9%	22.739.852,43
2012	519.918,87	17,5%	22,5%	2.305.792,57	1,9%	27.085.875,15
2013	415.290,32	-6,1%	16,1%	2.582.408,04	1,3%	31.201.275,76

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 45 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Bela Vista da Caroba.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Bela Vista da Caroba</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	48.043,20	100%	22,2%	216.750,25	0,53%	9.102.817,32
2012	48.210,43	0,35%	24,1%	200.280,33	0,54%	9.003.436,00
2013	16.058,09	-66,6%	6,5%	245.755,22	0,15%	10.576.612,13
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Bela Vista da Caroba</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	44.898,77	100%	20,7%	216.750,25	0,49%	9.102.817,32
2012	49.818,79	11%	24,9%	200.280,33	0,55%	9.003.436,00
2013	48.776,89	8,6%	19,8%	245.755,22	0,46%	10.576.612,13
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Bela Vista da Caroba</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	62.830,66	100%	29%	216.750,25	0,69%	9.102.817,32
2012	56.673,30	-9,8%	28,3%	200.280,33	0,63%	9.003.436,00
2013	69.285,07	10,3%	28,2%	245.755,22	0,66%	10.576.612,13

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 46 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Capanema. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Capanema</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	395.317,33	100%	16%	2.466.965,07	1,4%	29.096.134,08
2012	409.503,60	3,6%	15,5%	2.640.169,11	1,3%	31.012.553,20
2013	482.387,58	22%	8,7%	5.552.232,97	1,3%	37.791.473,30
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Capanema</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	666.395,32	100%	27%	2.466.965,07	2%	29.096.134,08
2012	649.392,75	-2,6%	24,6%	2.640.169,11	2,1%	31.012.553,20
2013	3.164.750,34	375%	57%	5.552.232,97	8,4%	37.791.473,30
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Capanema</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	352.373,11	100%	14,3%	2.466.965,07	1,2%	29.096.134,08
2012	404.821,56	14,9%	15,3%	2.640.169,11	1,3%	31.012.553,20
2013	589.937,51	67,4%	10,6%	5.552.232,97	1,6%	37.791.473,30

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 47 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Pérola D'Oeste.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Pérola D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	98.812,71	100%	23,9%	412.827,89	0,9%	11.104.960,35
2012	103.399,90	4,6%	21,4%	482.397,88	0,9%	12.147.096,49
2013	118.367,56	19,8%	18,6%	635.724,54	0,9%	12.605.350,37
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Pérola D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	123.157,26	100%	29,8%	412.827,89	1%	11.104.960,35
2012	143.633,98	16,6%	29,8%	482.397,88	1%	12.147.096,49
2013	157.005,80	27,5%	24,7%	635.724,54	1,2%	12.605.350,37
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Pérola D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	82.543,34	100%	20%	412.827,89	0,7%	11.104.960,35
2012	103.855,68	25,8%	21,5%	482.397,88	0,9%	12.147.096,49
2013	209.965,43	154%	33%	635.724,54	1,7%	12.605.350,37

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 48 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Planalto. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Planalto</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	185.164,27	100%	19,1%	968.820,00	1%	19.193.617,97
2012	209.741,45	13,3%	17,8%	1.177.458,34	0,9%	22.113.328,11
2013	232.276,67	25,4%	19,9%	1.166.096,13	1%	22.943.413,12
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Planalto</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL

<b>2011</b>	305.756,20	100%	31,6%	968.820,00	1,6%	19.193.617,97
<b>2012</b>	323.061,25	5,7%	27,4%	1.177.458,34	1,5%	22.113.328,11
<b>2013</b>	336.283,52	10%	28,8%	1.166.096,13	1,5%	22.943.413,12

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Planalto**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	154.883,21	100%	16%	968.820,00	0,8%	19.193.617,97
<b>2012</b>	243.565,71	57,3%	20,7%	1.177.458,34	1,1%	22.113.328,11
<b>2013</b>	371.819,98	140%	31,9%	1.166.096,13	1,6%	22.943.413,12

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 49 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Pranchita.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Pranchita**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	227.554,83	100%	31,1%	730.634,37	2,1%	11.052.749,92
<b>2012</b>	242.390,10	6,5%	33,2%	729.719,66	2,1%	11.639.543,61
<b>2013</b>	274.150,79	20,5%	32,6%	840.506,40	2,1%	12.886.613,71

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Pranchita**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	103.038,96	100%	14,1%	730.634,37	0,9%	11.052.749,92
<b>2012</b>	134.831,09	30,9%	18,5%	729.719,66	1,2%	11.639.543,61
<b>2013</b>	134.062,22	30,1%	16%	840.506,40	1%	12.886.613,71

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Pranchita**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	152.884,72	100%	20,9%	730.634,37	1,4%	11.052.749,92
<b>2012</b>	94.273,47	-38,3%	12,9%	729.719,66	0,8%	11.639.543,61
<b>2013</b>	177.683,97	16,2%	21,1%	840.506,40	1,4%	12.886.613,71

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 50 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Realeza.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Realeza**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	388.342,84	100%	17,9%	2.164.019,71	1,7%	23.138.739,47
<b>2012</b>	456.936,50	17,7%	17,1%	2.666.787,74	1,8%	25.358.035,05
<b>2013</b>	483.888,27	24,6%	20,7%	2.339.404,03	1,7%	27.736.637,75

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Realeza**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	851.228,29	100%	39,3%	2.164.019,71	3,7%	23.138.739,47
<b>2012</b>	987.053,00	16%	37%	2.666.787,74	3,9%	25.358.035,05
<b>2013</b>	883.820,02	3,8%	38%	2.339.404,03	3,2%	27.736.637,75

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Realeza**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	557.935,89	100%	25,8%	2.164.019,71	2,4%	23.138.739,47
<b>2012</b>	743.233,51	33,2%	27,9%	2.666.787,74	2,9%	25.358.035,05
<b>2013</b>	617.088,73	10,6%	26,4%	2.339.404,03	2,2%	27.736.637,75

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 51 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Santa Izabel do Oeste.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Santa Izabel do Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	273.307,61	100%	21,9%	1.247.185,02	1,5%	18.766.619,90
2012	275.208,52	0,7%	22,5%	1.224.202,43	1,4%	20.223.541,16
2013	298.255,15	9,1%	22,9%	1.305.103,30	1,3%	22.132.844,93
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Santa Izabel do Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	276.809,51	100%	22,2%	1.247.185,02	1,5%	18.766.619,90
2012	317.689,71	14,8%	26%	1.224.202,43	1,6%	20.223.541,16
2013	352.544,41	27,4%	27%	1.305.103,30	1,6%	22.132.844,93
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Santa Izabel do Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	245.946,22	100%	19,7%	1.247.185,02	1,3%	18.766.619,90
2012	234.345,36	-4,7%	19,1%	1.224.202,43	1%	20.223.541,16
2013	239.527,90	-2,6%	18,4%	1.305.103,30	1,1%	22.132.844,93

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 52 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Barracão.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Barracão</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	176.934,86	100%	17,7%	1.000.468,68	1,2%	15.242.595,44
2012	183.474,28	3,7%	14,1%	1.297.366,43	1,1%	17.210.122,78
2013	304.576,38	72,1%	18,5%	1.645.449,85	1,6%	19.049.176,77
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Barracão</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	335.477,95	100%	33,5%	1.000.468,68	2,2%	15.242.595,44
2012	477.574,96	42,4%	36,8%	1.297.366,43	2,8%	17.210.122,78
2013	625.931,23	86,6%	38%	1.645.449,85	3,3%	19.049.176,77
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Barracão</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	196.231,80	100%	19,6%	1.000.468,68	1,3%	15.242.595,44
2012	321.145,05	63,7%	24,8%	1.297.366,43	1,9%	17.210.122,78
2013	284.236,15	44,8%	17,3%	1.645.449,85	1,5%	19.049.176,77

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 53 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Boa Esperança do Iguaçu. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Boa Esperança do Iguaçu</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	12.582,24	100%	7,3%	172.616,65	0,1%	9.502.870,29
2012	13.526,64	7,5%	5,7%	235.411,92	0,1%	10.058.017,69
2013	19.450,96	54,6%	6,3%	309.280,18	0,2%	11.228.973,29
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Boa Esperança do Iguaçu</b>						

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	54.199,20	100%	31,4%	172.616,65	0,6%	9.502.870,29
2012	57.409,73	5,9%	24,4%	235.411,92	0,6%	10.058.017,69
2013	59.627,41	10%	19,3%	309.280,18	0,5%	11.228.973,29

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Boa Esperança do Iguçu**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	22.440,41	100%	13%	172.616,65	0,2%	9.502.870,29
2012	75.282,32	235%	32%	235.411,92	0,7%	10.058.017,69
2013	90.621,59	304%	29,3%	309.280,18	0,8%	11.228.973,29

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 54 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Bom Jesus do Sul.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Bom Jesus do Sul**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	36.429,70	100%	20,4%	178.925,49	0,4%	9.344.688,98
2012	37.989,43	4,3%	16,8%	226.359,08	0,4%	9.777.873,15
2013	43.610,42	19,7%	17,1%	254.399,92	0,4%	10.985.302,80

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Bom Jesus do Sul**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	50.572,17	100%	28,3%	178.925,49	0,5%	9.344.688,98
2012	79.064,55	56,3%	34,9%	226.359,08	0,8%	9.777.873,15
2013	57.926,44	14,5%	22,8%	254.399,92	0,5%	10.985.302,80

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Bom Jesus do Sul**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	36.623,65	100%	20,5%	178.925,49	0,4%	9.344.688,98
2012	39.275,96	7,2%	17,4%	226.359,08	0,4%	9.777.873,15
2013	57.766,54	57,7%	22,7%	254.399,92	0,5%	10.985.302,80

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 55 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Cruzeiro do Iguçu.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Cruzeiro do Iguçu**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	80.541,93	100%	11,3%	715.738,22	0,6%	12.868.402,41
2012	83.040,60	3,1%	12,2%	679.437,46	0,6%	13.047.530,40
2013	92.361,42	14,7%	11,9%	775.891,28	0,6%	14.738.892,59

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Cruzeiro do Iguçu**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	161.678,05	100%	22,6%	715.738,22	1,3%	12.868.402,41
2012	179.841,70	11,2%	26,5%	679.437,46	1,4%	13.047.530,40
2013	164.738,73	1,9%	21,2%	775.891,28	1%	14.738.892,59

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Cruzeiro do Iguçu**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	59.752,40	100%	8,3%	715.738,22	0,5%	12.868.402,41
2012	102.002,30	70,7%	15%	679.437,46	0,8%	13.047.530,40
2013	133.250,65	123%	17,2%	775.891,28	0,9%	14.738.892,59



Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 56 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Dois Vizinhos.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Dois Vizinhos</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	1.163.719,53	100%	17,9%	6.493.586,16	2,2%	52.755.184,34
2012	1.295.090,07	11,3%	16,1%	8.049.860,98	2,2%	58.723.623,14
2013	1.582.502,90	36%	16,1%	9.836.487,77	2,3%	70.307.420,36
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Dois Vizinhos</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	2.863.154,12	100%	44,1%	6.493.586,16	5,4%	52.755.184,34
2012	3.719.453,89	29,9%	46,2%	8.049.860,98	6,3%	58.723.623,14
2013	4.391.087,66	53,4%	44,6%	9.836.487,77	6,2%	70.307.420,36
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Dois Vizinhos</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	704.563,60	100%	10,9%	6.493.586,16	1,3%	52.755.184,34
2012	994.688,47	41,2%	12%	8.049.860,98	1,7%	58.723.623,14
2013	1.379.074,03	95,7%	14%	9.836.487,77	2%	70.307.420,36

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 57 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Enéas Marques.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Enéas Marques</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	111.514,78	100%	17,9%	624.110,69	0,8%	13.528.937,22
2012	112.934,32	1,3%	16,4%	687.530,18	0,8%	13.969.878,68
2013	148.922,13	33,5%	19,7%	757.736,41	1,0%	15.329.875,17
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Enéas Marques</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	128.198,61	100%	20,5%	624.110,69	0,9%	13.528.937,22
2012	136.396,44	6,4%	19,8%	687.530,18	1,0%	13.969.878,68
2013	177.633,60	38,6%	23,4%	757.736,41	1%	15.329.875,17
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Enéas Marques</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	183.465,98	100%	29,4%	624.110,69	1,4%	13.528.937,22
2012	161.081,66	-12,2%	23,4%	687.530,18	1%	13.969.878,68
2013	141.024,68	-23,1%	18,6%	757.736,41	0,9%	15.329.875,17

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 58 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Francisco Beltrão. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Francisco Beltrão</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	4.877.655,68	100%	23,4%	20.820.412,58	4,1%	118.747.447,16
2012	5.520.527,33	13,2%	22,1%	24.971.094,72	4,2%	132.675.391,91
2013	6.234.575,65	27,8%	22,4%	27.796.395,09	4,1%	153.342.052,45
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Francisco Beltrão</b>						

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	7.497.355,57	100%	36,0%	20.820.412,58	6,3%	118.747.447,16
2012	9.275.085,88	23,7%	37,1%	24.971.094,72	7%	132.675.391,91
2013	10.484.100,84	39,8%	37,7%	27.796.395,09	6,8%	153.342.052,45

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Francisco Beltrão**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	2.884.421,85	100%	13,9%	20.820.412,58	2,4%	118.747.447,16
2012	4.021.451,90	39,4%	16,1%	24.971.094,72	3%	132.675.391,91
2013	4.147.484,81	43,8%	14,9%	27.796.395,09	2,7%	153.342.052,45

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 59 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Flor da Serra.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Flor da Serra do Sul**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	36.313,24	100%	8,9%	407.465,06	0,4%	10.097.033,88
2012	41.822,51	15,2%	11,9%	351.633,02	0,4%	11.525.245,29
2013	225.806,15	522%	36,7%	614.599,27	1,6%	14.303.359,81

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Flor da Serra do Sul**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	74.763,21	100%	18,3%	407.465,06	0,7%	10.097.033,88
2012	84.351,28	12,8%	24%	351.633,02	0,7%	11.525.245,29
2013	59.308,45	-20,7%	9,6%	614.599,27	0,4%	14.303.359,81

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Flor da Serra do Sul**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	107.039,30	100%	26,3%	407.465,06	1,1%	10.097.033,88
2012	94.728,97	-11,5%	26,9%	351.633,02	0,8%	11.525.245,29
2013	118.209,90	10,4%	19,2%	614.599,27	0,8%	14.303.359,81

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 60 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Manfrinópolis.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Manfrinópolis**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	4.895,42	100%	2,8%	173.616,10	0,06%	8.712.725,93
2012	14.412,38	194,4%	7,9%	182.491,09	0,2%	9.133.247,58

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Manfrinópolis**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	110.347,22	100%	63,6%	173.616,10	1,3%	8.712.725,93
2012	91.589,52	-17,0%	50,2%	182.491,09	1%	9.133.247,58

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Manfrinópolis**

Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	21.356,32	100%	12,3%	173.616,10	0,2%	8.712.725,93
2012	33.589,73	57,3%	18,4%	182.491,09	0,4%	9.133.247,58

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 61 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Marmeleiro.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Marmeleiro</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	394.866,21	100%	19,0%	2.077.681,47	1,6%	24.940.461,04
2012	537.275,83	36,1%	21,8%	2.467.296,30	2%	26.589.894,14
2013	625.656,17	58,4%	19,2%	3.258.564,11	2,1%	29.551.812,59
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Marmeleiro</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	626.578,06	100%	30,2%	2.077.681,47	2,5%	24.940.461,04
2012	747.574,58	19,3%	30,3%	2.467.296,30	2,8%	26.589.894,14
2013	907.319,59	44,8%	27,8%	3.258.564,11	3,1%	29.551.812,59
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Marmeleiro</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	299.510,98	100%	14,4%	2.077.681,47	1,2%	24.940.461,04
2012	412.280,07	37,7%	16,7%	2.467.296,30	1,6%	26.589.894,14
2013	670.097,68	124%	20,6%	3.258.564,11	2,3%	29.551.812,59

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 62 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Nova Esperança do Sudoeste.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Nova Esperança do Sudoeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	94.552,18	100%	19,4%	488.396,70	0,8%	11.228.194,98
2012	99.308,40	5%	17,4%	569.428,27	0,8%	11.860.754,40
2013	129.654,54	37,1%	18,5%	702.464,44	1%	13.039.615,17
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Nova Esperança do Sudoeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	142.068,63	100%	29,1%	488.396,70	1,3%	11.228.194,98
2012	178.748,62	25,8%	31,4%	569.428,27	1,5%	11.860.754,40
2013	228.582,92	60,9%	32,5%	702.464,44	1,8%	13.039.615,17
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Nova Esperança do Sudoeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	89.665,10	100%	18,4%	488.396,70	0,8%	11.228.194,98
2012	102.641,75	14,5%	18%	569.428,27	0,9%	11.860.754,40
2013	110.743,76	23,5%	15,8%	702.464,44	0,8%	13.039.615,17

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 63 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Nova Prata do Iguaçu. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Nova Prata do Iguaçu</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	283.881,58	100%	28,8%	984.646,07	1,4%	20.166.019,86
2012	318.648,34	12%	26,0%	1.225.108,72	1,5%	21.443.490,78
2013	368.060,22	29,7%	26,7%	1.378.167,26	2%	23.656.335,16
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Nova Prata do Iguaçu</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL

<b>2011</b>	179.695,40	100%	18,2%	984.646,07	0,9%	20166019,86
<b>2012</b>	217.620,40	21,1%	17,8%	1.225.108,72	1,0%	21.443.490,78
<b>2013</b>	258.500,54	43,9%	18,8%	1.378.167,26	1,1%	23.656.335,16

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Nova Prata do Iguaçu**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	210.732,94	100%	21,4%	984.646,07	1,0%	20166019,86
<b>2012</b>	220.024,29	4,4%	18%	1.225.108,72	1,0%	21.443.490,78
<b>2013</b>	234.813,84	11,4%	17,0%	1.378.167,26	1,0%	23.656.335,16

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 64 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Pinhal de São Bento.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Pinhal de São Bento**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	39.841,92	100%	41,8%	95.384,81	0,5%	8.445.828,74
<b>2012</b>	44.506,79	11,7%	32,1%	138.857,97	0,5%	9.807.406,02
<b>2013</b>	59.711,39	49,9%	40,5%	147.450,28	0,6%	9.358.475,50

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Pinhal de São Bento**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	13.699,23	100%	14,4%	95.384,81	0,2%	8.445.828,74
<b>2012</b>	17.294,03	26,2%	12,5%	138.857,97	0,2%	9.807.406,02
<b>2013</b>	22.364,11	63,3%	15,2%	147.450,28	0,2%	9.358.475,50

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Pinhal de São Bento**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	19.876,90	100%	20,8%	95.384,81	0,2%	8.445.828,74
<b>2012</b>	52.030,80	162%	37,5%	138.857,97	0,5%	9.807.406,02
<b>2013</b>	33.848,00	70,3%	23%	147.450,28	0,4%	9.358.475,50

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 65 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Renascença.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Renascença**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	73.087,97	100%	11,8%	617.699,02	0,6%	13.045.565,27
<b>2012</b>	139.001,14	90,2%	13,8%	1.009.286,98	0,9%	14.700.018,69
<b>2013</b>	160.430,77	120%	13,4%	1.199.709,83	1%	16.757.876,62

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Renascença**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	182.442,49	100%	29,5%	617.699,02	1,4%	13.045.565,27
<b>2012</b>	236.632,93	29,7%	23,4%	1.009.286,98	1,6%	14.700.018,69
<b>2013</b>	345.303,25	89,3%	28,8%	1.199.709,83	2,1%	16.757.876,62

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Renascença**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	144.984,10	100%	23,5%	617.699,02	1,1%	13.045.565,27
<b>2012</b>	452.731,07	212%	44,9%	1.009.286,98	3,1%	14.700.018,69
<b>2013</b>	502.239,43	246%	41,9%	1.199.709,83	3%	16.757.876,62

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 66 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Salgado Filho.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Salgado Filho</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	104.419,97	100%	37,9%	275.810,73	1%	10.269.498,97
2012	93.711,96	-10,3%	31,4%	298.294,03	0,9%	10.862.206,88
2013	112.400,05	7,6%	29%	387.434,19	1%	11.590.614,19
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Salgado Filho</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	88.397,55	100%	32,1%	275.810,73	0,9%	10.269.498,97
2012	114.015,21	29%	38,2%	298.294,03	1%	10.862.206,88
2013	109.181,03	23,5%	28,2%	387.434,19	0,9%	11.590.614,19
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Salgado Filho</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	35.547,20	100%	12,9%	275.810,73	0,3%	10.269.498,97
2012	31.952,79	-10,1%	10,7%	298.294,03	0,3%	10.862.206,88
2013	76.924,48	116%	19,9%	387.434,19	0,7%	11.590.614,19

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 67 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Salto do Lontra.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Salto do Lontra</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	222.434,58	100%	16,5%	1.345.908,71	1%	21.266.487,70
2012	301.358,30	35,5%	18,4%	1.640.446,11	1,3%	23.312.052,86
2013	358.698,48	61,3%	19,2%	1.871.497,25	1,4%	25.284.378,37
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Salto do Lontra</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	371.911,61	100%	27,6%	1.345.908,71	1,7%	21.266.487,70
2012	373.406,71	0,4%	22,8%	1.640.446,11	1,6%	23.312.052,86
2013	439.332,25	18,1%	23,5%	1.871.497,25	1,7%	25.284.378,37
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Salto do Lontra</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	208.902,68	100%	15,5%	1.345.908,71	1%	21.266.487,70
2012	271.674,98	30%	16,6%	1.640.446,11	1,2%	23.312.052,86
2013	329.095,53	57,5%	17,6%	1.871.497,25	1,3%	25.284.378,37

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 68 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Santo Antônio do Sudoeste. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Santo Antônio do Sudoeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	333.058,94	100%	22,6%	1.472.369,53	1,3%	25.406.705,07
2012	394.306,66	18,4%	21,9%	1.799.112,62	1,5%	26.995.496,39
2013	539.657,37	62%	24,9%	2.164.373,21	1,7%	31.532.714,08
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Santo Antônio do Sudoeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL

<b>2011</b>	380.090,08	100%	25,8%	1.472.369,53	1,5%	25.406.705,07
<b>2012</b>	490.426,93	29%	27,3%	1.799.112,62	1,8%	26.995.496,39
<b>2013</b>	646.315,99	70%	29,9%	2.164.373,21	2%	31.532.714,08

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Santo Antônio do Sudoeste**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	156.553,02	100%	10,6%	1.472.369,53	0,6%	25.406.705,07
<b>2012</b>	178.796,18	14,2%	9,9%	1.799.112,62	0,7%	26.995.496,39
<b>2013</b>	298.461,48	90,6%	13,8%	2.164.373,21	0,9%	31.532.714,08

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 69 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de São Jorge D'Oeste.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - São Jorge D'Oeste**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	68.085,60	100%	7,3%	927.753,03	0,2%	32.248.868,13
<b>2012</b>	72.147,28	6%	7,9%	917.595,25	0,3%	28.219.236,58
<b>2013</b>	85.566,31	25,7%	7%	1.214.135,79	0,3%	31.932.484,33

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - São Jorge D'Oeste**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	245.207,08	100%	26,4%	927.753,03	0,8%	32.248.868,13
<b>2012</b>	237.052,55	-3,3%	25,8%	917.595,25	0,8%	28.219.236,58
<b>2013</b>	310.296,40	26,5%	25,6%	1.214.135,79	1%	31.932.484,33

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - São Jorge D'Oeste**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	146.416,73	100%	15,8%	927.753,03	0,5%	32.248.868,13
<b>2012</b>	169.755,58	15,9%	18,5%	917.595,25	0,6%	28.219.236,58
<b>2013</b>	210.243,16	43,6%	17,3%	1.214.135,79	0,7%	31.932.484,33

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 70 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Verê.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Verê**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	52.057,54	100%	9,2%	563.162,51	0,4%	13.791.408,57
<b>2012</b>	59.071,70	13,5%	8,7%	677.047,98	0,4%	14.391.558,58
<b>2013</b>	77.365,75	48,6%	10,7%	724.400,74	0,5%	16.040.535,07

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Verê**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	150.397,82	100%	26,7%	563.162,51	1,1%	13.791.408,57
<b>2012</b>	177.123,22	17,8%	26,2%	677.047,98	1,2%	14.391.558,58
<b>2013</b>	194.519,75	29,3%	26,9%	724.400,74	1,2%	16.040.535,07

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Verê**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	184.401,43	100%	32,7%	563.162,51	1,3%	13.791.408,57
<b>2012</b>	227.913,85	23,6%	33,7%	677.047,98	1,6%	14.391.558,58
<b>2013</b>	224.710,70	21,9%	31%	724.400,74	1,4%	16.040.535,07

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 71 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Bom Sucesso do Sul.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Bom Sucesso do Sul</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	88.221,56	100%	18,7%	472.849,64	0,9%	10.013.529,96
2012	85.607,77	-3%	16,2%	528.429,43	0,8%	10.685.909,89
2013	97.245,68	10,2%	15,4%	632.722,84	0,8%	12.063.288,02
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Bom Sucesso do Sul</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	45791,09	100%	9,7%	472.849,64	0,5%	10.013.529,96
2012	77.299,74	68,8%	14,6%	528.429,43	0,7%	10.685.909,89
2013	64.981,75	41,9%	10,3%	632.722,84	0,5%	12.063.288,02
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Bom Sucesso do Sul</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	124.841,52	100%	26,4%	472.849,64	1,2%	10.013.529,96
2012	138.804,52	11,2%	26,3%	528.429,43	1,3%	10.685.909,89
2013	124.030,43	-0,6%	19,6%	632.722,84	1%	12.063.288,02

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 72 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Chopinzinho.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Chopinzinho</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	865.166,17	100%	25%	3.425.436,08	2,1%	41.116.958,70
2012	969.644,41	12,1%	25,6%	3.792.795,25	2,2%	44.266.590,20
2013	1.301.148,44	50,4%	26,5%	4.901.222,67	2,5%	52.301.815,73
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Chopinzinho</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	1.104.306,83	100%	32,2%	3.425.436,08	2,7%	41.116.958,70
2012	1.120.658,35	1,5%	29,5%	3.792.795,25	2,5%	44.266.590,20
2013	1.564.266,90	41,7%	31,9%	4.901.222,67	3%	52.301.815,73
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Chopinzinho</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	764.290,23	100%	22,3%	3.425.436,08	1,9%	41.116.958,70
2012	769.890,16	0,7%	20,3%	3.792.795,25	1,7%	44.266.590,20
2013	837.903,31	9,6%	17,1%	4.901.222,67	1,6%	52.301.815,73

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 73 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Coronel Vivida.****(continua)**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Coronel Vivida</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	1.190.482,70	100%	33,2%	3.585.615,78	3,8%	31.050.812,81
2012	1.318.418,40	10,7%	29,8%	4.428.190,77	3,8%	34.940.947,60
2013	1.484.815,31	24,7%	29,2%	5.081.244,59	3,7%	39.809.609,82
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Coronel Vivida</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	1.110.878,30	100%	31%	3.585.615,78	3,6%	31.050.812,81
2012	1.495.697,27	34,6%	33,8%	4.428.190,77	4,3%	34.940.947,60

<b>2013</b>	1.641.010,15	47,7%	32,3%	5.081.244,59	4,1%	39.809.609,82
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Coronel Vivida</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	600.295,78	100%	16,7%	3.585.615,78	1,9%	31.050.812,81
<b>2012</b>	695.491,90	15,9%	15,7%	4.428.190,77	2%	34.940.947,60
<b>2013</b>	842.435,50	40,3%	16,6%	5.081.244,59	2,1%	39.809.609,82

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 74 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Itapejara D'Oeste.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Itapejara D'Oeste</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	105.407,05	100%	10,6%	992.604,42	0,6%	18.707.470,55
<b>2012</b>	122.265,38	16%	9,8%	1.249.555,89	0,6%	19.652.553,33
<b>2013</b>	135.302,26	28,4%	10,3%	1.318.995,71	0,6%	21.765.785,02
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Itapejara D'Oeste</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	270.167,53	100%	27%	992.604,42	1,4%	18.707.470,55
<b>2012</b>	382.767,61	41,7%	30,6%	1.249.555,89	1,9%	19.652.553,33
<b>2013</b>	376.808,38	39,5%	28,6%	1.318.995,71	1,7%	21.765.785,02
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Itapejara D'Oeste</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	250.888,94	100%	25,3%	992.604,42	1,3%	18.707.470,55
<b>2012</b>	291.455,40	16,2%	23,3%	1.249.555,89	1,5%	19.652.553,33
<b>2013</b>	289.144,79	15,2%	21,9%	1.318.995,71	1,3%	21.765.785,02

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 75 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Mariópolis.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Mariópolis</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	156.709,66	100%	21,1%	741.615,35	1%	15.132.377,56
<b>2012</b>	148.210,04	-5,4%	18,8%	789.038,11	1%	14.279.167,22
<b>2013</b>	155.648,49	-0,7%	17,6%	885.728,86	1%	16.088.540,79
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Mariópolis</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	190.623,70	100%	26%	741.615,35	1,3%	15.132.377,56
<b>2012</b>	160.240,36	-15,9%	20,3%	789.038,11	1,1%	14.279.167,22
<b>2013</b>	227.024,13	19,1%	25,6%	885.728,86	1,4%	16.088.540,79
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Mariópolis</b>						
<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	156.162,18	100%	21,1%	741.615,35	1%	15.132.377,56
<b>2012</b>	263.389,94	68,7%	33,4%	789.038,11	1,8%	14.279.167,22
<b>2013</b>	202.515,32	29,7%	22,9%	885.728,86	1,3%	16.088.540,79

Fonte: Elaborado pelos autores.



**Tabela 76 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Pato Branco.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Pato Branco</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	4.793.828,79	100%	21,5%	22.345.317,70	3,7%	130.808.551,88
2012	5.418.350,72	13%	21,1%	25.619.155,33	3,8%	142.956.453,40
2013	6.475.066,18	35,1%	20,7%	31.288.952,57	3,7%	173.768.837,62
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Pato Branco</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	9.075.528,78	100%	40,6%	22.345.317,70	6,9%	130.808.551,88
2012	11.186.063,00	23,3%	43,7%	25.619.155,33	7,8%	142.956.453,40
2013	12.156.044,33	33,9%	38,9%	31.288.952,57	7%	173.768.837,62
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Pato Branco</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	3.197.038,55	100%	14,3%	22.345.317,70	2,4%	130.808.551,88
2012	3.480.084,75	8,9%	13,6%	25.619.155,33	2,4%	142.956.453,40
2013	4.568.282,71	42,9%	14,6%	31.288.952,57	2,6%	173.768.837,62

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 77 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de São João.**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - São João</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	227.000,10	100%	18,7%	1.214.146,11	1,3%	18.090.927,13
2012	326.988,58	44%	21,7%	1.503.745,22	1,7%	19.198.378,91
2013	261.938,47	15,4%	18,5%	1.414.022,89	1,2%	22.019.211,56
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - São João</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	396.582,97	100%	32,7%	1.214.146,11	2,2%	18.090.927,13
2012	438.373,56	10,5%	29,2%	1.503.745,22	2,3%	19.198.378,91
2013	481.438,30	21,4%	34%	1.414.022,89	2,2%	22.019.211,56
<b>Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - São João</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	144.843,44	100%	11,9%	1.214.146,11	0,8%	18.090.927,13
2012	218.966,74	51,2%	14,6%	1.503.745,22	1,1%	19.198.378,91
2013	300.558,18	108%	21,3%	1.414.022,89	1,4%	22.019.211,56

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 78 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Saudade do Iguaçú. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Saudade do Iguaçú</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	38.202,19	100%	3,8%	1.015.296,76	0,2%	22.932.158,75
2012	48.197,50	26,2%	6,2%	781.805,45	0,2%	19.359.303,19
2013	57.356,01	50,1%	4,1%	1.382.983,98	0,2%	26.041.930,29
<b>Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Saudade do Iguaçú</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Receita Tributária	AV	RCL
2011	304.318,28	100%	30,0%	1.015.296,76	1,3%	22.932.158,75

<b>2012</b>	300.430,79	-1,3%	38,4%	781.805,45	1,6%	19.359.303,19
<b>2013</b>	527.084,52	73,2%	38,1%	1.382.983,98	2%	26.041.930,29

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Saudade do Iguazu**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	68.655,48	100%	6,8%	1.015.296,76	0,3%	22.932.158,75
<b>2012</b>	54.666,30	-20,4%	7%	781.805,45	0,3%	19.359.303,19
<b>2013</b>	101.698,43	48,1%	7,4%	1.382.983,98	0,4%	26.041.930,29

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 79 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Sulina.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Sulina**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	54.098,46	100%	13,7%	394.013,87	0,6%	9.605.695,19
<b>2012</b>	52.971,82	-2,1%	13%	407.214,91	0,5%	10.111.099,61
<b>2013</b>	61.414,87	13,5%	9,9%	619.150,25	0,5%	11.525.768,07

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Sulina**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	62.011,33	100%	15,7%	394.013,87	0,6%	9.605.695,19
<b>2012</b>	76.062,88	22,7%	18,7%	407.214,91	0,8%	10.111.099,61
<b>2013</b>	85.664,38	38,1%	13,8%	619.150,25	0,7%	11.525.768,07

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Sulina**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	51.279,36	100%	13%	394.013,87	0,5%	9.605.695,19
<b>2012</b>	61.728,64	20,4%	15,2%	407.214,91	0,6%	10.111.099,61
<b>2013</b>	112.161,51	119%	18,1%	619.150,25	1%	11.525.768,07

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 80 - Análise vertical e horizontal da arrecadação de Vitorino.**

**Análise da Arrecadação do IPTU em R\$ - Vitorino**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	73.537,07	100%	9,6%	767.161,45	0,6%	12.693.624,20
<b>2012</b>	87.003,68	18,3%	8,5%	1.019.812,97	0,6%	13.988.631,03
<b>2013</b>	101.008,72	37,4%	9,1%	1.111.883,33	0,6%	15.748.030,18

**Análise da Arrecadação do ISS em R\$ - Vitorino**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	264.790,49	100%	34,5%	767.161,45	2,1%	12.693.624,20
<b>2012</b>	294.659,45	11,3%	28,9%	1.019.812,97	2,1%	13.988.631,03
<b>2013</b>	334.257,28	26,2%	30,1%	1.111.883,33	2,1%	15.748.030,18

**Análise da Arrecadação do ITBI em R\$ - Vitorino**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Receita Tributária</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	198.506,33	100%	25,9%	767.161,45	1,6%	12.693.624,20
<b>2012</b>	359.853,90	81,3%	35,3%	1.019.812,97	2,6%	13.988.631,03
<b>2013</b>	345.266,05	73,9%	31,1%	1.111.883,33	2,2%	15.748.030,18

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

APÊNDICE B – Análises vertical e horizontal das transferências correntes dos Municípios da Mesorregião Sudoeste do Paraná.

**Tabela 81 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Ampére.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Ampére</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.783.888,69	100%	24,7%	23.383.142,40	25,4%	22.739.852,43
2012	6.312.633,26	9,1%	23,3%	27.133.910,20	23,3%	27.085.875,15
2013	7.338.381,80	26,9%	23,6%	31.100.452,29	23,5%	31.201.275,76
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Ampére</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	905.401,75	100%	3,9%	23.383.142,40	4%	22.739.852,43
2012	1.141.932,25	26,1%	4,2%	27.133.910,20	4,2%	27.085.875,15
2013	1.312.731,80	45%	4,2%	31.100.452,29	4,2%	31.201.275,76
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Ampére</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	11.757.645,23	100%	50,3%	23.383.142,40	51,7%	22.739.852,43
2012	12.116.986,92	3,1%	44,7%	27.133.910,20	44,7%	27.085.875,15
2013	13.022.167,50	10,8%	41,9%	31.100.452,29	41,7%	31.201.275,76

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 82 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Bela Vista da Caroba.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Bela Vista da Caroba</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	1.623.576,83	100%	16,1%	10.113.611,31	17,8%	9.102.817,32
2012	1.728.473,98	6,5%	16,8%	10.280.200,30	19,2%	9.003.436,00
2013	1.942.798,82	19,7%	16,4%	11.856.791,79	18,4%	10.576.612,13
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Bela Vista da Caroba</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	95.244,24	100%	0,94%	10.113.611,31	1,05%	9.102.817,32
2012	104.707,50	9,9%	1%	10.280.200,30	1%	9.003.436,00
2013	119.609,55	25,6%	1%	11.856.791,79	1,13%	10.576.612,13
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Bela Vista da Caroba</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	6.139.704,75	100%	60,7%	10.113.611,31	67,4%	9.102.817,32
2012	6.327.327,93	3,1%	61,5%	10.280.200,30	70,3%	9.003.436,00
2013	6.511.083,70	6%	54,9%	11.856.791,79	61,6%	10.576.612,13

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 83 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Capanema. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Capanema</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	9.215.097,57	100%	31,1%	29.637.055,56	31,7%	29.096.134,08
2012	9.714.330,54	5,4%	31,2%	31.118.102,11	31,3%	31.012.553,20
2013	10.761.755,59	16,8%	30,7%	35.070.861,67	28,5%	37.791.473,30

<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Capanema</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	845.663,75	100%	2,9%	29.637.055,56	2,9%	29.096.134,08
2012	969.324,21	14,6%	3,1%	31.118.102,11	3,1%	31.012.553,20
2013	1.084.824,74	28,3%	3,1%	35.070.861,67	2,9%	37.791.473,30

<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Capanema</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	11.757.682,53	100%	39,7%	29.637.055,56	40,4%	29.096.134,08
2012	12.116.986,92	3,1%	38,9%	31.118.102,11	39%	31.012.553,20
2013	13.600.210,12	15,7%	38,8%	35.070.861,67	36,0%	37.791.473,30

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 84 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Pérola D'Oeste.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Pérola D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	2.575.313,10	100%	21,4%	12.008.613,13	23%	11.104.960,35
2012	2.787.821,69	8,3%	22%	12.647.699,53	23,0%	12.147.096,49
2013	2.571.865,75	-0,1%	21,5%	11.983.916,98	20,4%	12.605.350,37

<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Pérola D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	351.981,28	100%	2,9%	12.008.613,13	3,2%	11.104.960,35
2012	369.689,98	5%	2,9%	12.647.699,53	3,0%	12.147.096,49
2013	323.562,29	-8,1%	2,7%	11.983.916,98	2,6%	12.605.350,37

<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Pérola D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.878.841,25	100%	49%	12.008.613,13	52,9%	11.104.960,35
2012	5.986.178,01	1,8%	47,3%	12.647.699,53	49,3%	12.147.096,49
2013	5.208.867,28	-11,4%	43,5%	11.983.916,98	41,3%	12.605.350,37

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 85 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Planalto. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Planalto</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.734.113,94	100%	27,2%	21.063.544,59	29,9%	19.193.617,97
2012	6.403.604,23	11,7%	27,2%	23.508.470,54	29%	22.113.328,11
2013	7.463.021,03	30,2%	30,3%	24.595.921,86	32,5%	22.943.413,12

<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Planalto</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	704.481,95	100%	3,3%	21.063.544,59	3,7%	19.193.617,97
2012	621.197,55	-11,8%	2,6%	23.508.470,54	2,8%	22.113.328,11
2013	712.080,58	1,1%	2,9%	24.595.921,86	3,1%	22.943.413,12

<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Planalto</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	10.234.210,34	100%	48,6%	21.063.544,59	53,3%	19.193.617,97

<b>2012</b>	10.549.354,41	3,1%	44,9%	23.508.470,54	47,7%	22.113.328,11
<b>2013</b>	9.946.959,89	-2,8%	40,4%	24.595.921,86	43,4%	22.943.413,12

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 86 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Pranchita.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Pranchita</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	2.880.368,33	100%	24,1%	11.929.338,36	26,1%	11.052.749,92
<b>2012</b>	3.025.802,16	5%	24%	12.618.297,99	26%	11.639.543,61
<b>2013</b>	3.580.732,45	24,3%	25,9%	13.834.566,54	27,8%	12.886.613,71
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Pranchita</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	397.448,03	100%	3,3%	11.929.338,36	3,6%	11.052.749,92
<b>2012</b>	445.236,33	12%	3,5%	12.618.297,99	3,8%	11.639.543,61
<b>2013</b>	515.769,55	29,8%	3,7%	13.834.566,54	4%	12.886.613,71
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Pranchita</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	6.139.724,27	100%	51,5%	11.929.338,36	55,5%	11.052.749,92
<b>2012</b>	6.323.457,29	3%	50,1%	12.618.297,99	54,3%	11.639.543,61
<b>2013</b>	6.462.910,44	5,3%	46,7%	13.834.566,54	50,2%	12.886.613,71

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 87 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Realeza.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Realeza</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	5.393.346,80	100%	23,5%	22.933.055,67	23,3%	23.138.739,47
<b>2012</b>	6.014.291,20	11,5%	24,5%	24.535.823,01	23,7%	25.358.035,05
<b>2013</b>	6.920.184,39	28,3%	24,9%	27.760.933,02	24,9%	27.736.637,75
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Realeza</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	1.220.432,34	100%	5,3%	22.933.055,67	5,3%	23.138.739,47
<b>2012</b>	1.398.099,48	14,6%	5,7%	24.535.823,01	5,5%	25.358.035,05
<b>2013</b>	1.518.364,05	24,4%	5,5%	27.760.933,02	5,5%	27.736.637,75
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Realeza</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	10.232.841,34	100%	44,6%	22.933.055,67	44,2%	23.138.739,47
<b>2012</b>	10.545.546,64	3,1%	43%	24.535.823,01	41,6%	25.358.035,05
<b>2013</b>	10.826.389,19	5,8%	39%	27.760.933,02	39,0%	27.736.637,75

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 88 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Santa Izabel do Oeste.**  
(Continua)

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Santa Izabel do Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	5.029.533,75	100%	26,7%	18.818.641,11	26,8%	18.766.619,90

<b>2012</b>	5.809.201,61	15,5%	28,9%	20.106.913,90	29%	20.223.541,16
<b>2013</b>	6.944.682,54	38,1%	30,8%	22.569.776,04	31,4%	22.132.844,93

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Santa Izabel do Oeste**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	565.838,30	100%	3%	18.818.641,11	3,0%	18.766.619,90
<b>2012</b>	627.443,13	10,9%	3,1%	20.106.913,90	3,1%	20.223.541,16
<b>2013</b>	694.450,88	22,7%	3,1%	22.569.776,04	3,1%	22.132.844,93

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Santa Izabel do Oeste**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	7.848.322,57	100%	41,7%	18.818.641,11	41,8%	18.766.619,90
<b>2012</b>	8.077.991,32	2,9%	40,2%	20.106.913,90	39,9%	20.223.541,16
<b>2013</b>	8.681.444,98	10,6%	38%	22.569.776,04	39,2%	22.132.844,93

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 89 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Barracão.**

**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Barracão**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	2938551,18	100%	19,6%	15.023.673,04	19,3%	15.242.595,44
<b>2012</b>	3.702.619,83	26%	21,6%	17.102.591,66	21,5%	17.210.122,78
<b>2013</b>	4.301.299,00	46,4%	23,1%	18.650.123,71	22,6%	19.049.176,77

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Barracão**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	806.414,88	100%	5,4%	15.023.673,04	5,3%	15.242.595,44
<b>2012</b>	930.806,81	15,4%	5,4%	17.102.591,66	5,4%	17.210.122,78
<b>2013</b>	1.041.527,80	29,2%	5,6%	18.650.123,71	5,5%	19.049.176,77

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Barracão**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	5.886.256,82	100%	39,2%	15.023.673,04	38,6%	15.242.595,44
<b>2012</b>	6.058.493,42	2,9%	35,4%	17.102.591,66	35,2%	17.210.122,78
<b>2013</b>	6.511.083,70	10,6%	34,9%	18.650.123,71	34,2%	19.049.176,77

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 90 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Boa Esperança do Iguaçu. (continua)**

**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Boa Esperança do Iguaçu**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	2.149.796,79	100%	19,9%	10.800.485,79	22,6%	9.502.870,29
<b>2012</b>	2.304.829,32	7,2%	20,6%	11.178.418,36	22,9%	10.058.017,69
<b>2013</b>	2.649.882,56	23,3%	21,1%	12.549.771,01	23,6%	11.228.973,29

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Boa Esperança do Iguaçu**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	119.420,63	100%	1,1%	10.800.485,79	1,3%	9.502.870,29
<b>2012</b>	147.462,47	23,5%	1,3%	11.178.418,36	1,5%	10.058.017,69
<b>2013</b>	167.549,37	40,3%	1,3%	12.549.771,01	1,5%	11.228.973,29

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Boa Esperança do Iguaçu**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.878.747,95	100%	54,4%	10.800.485,79	61,9%	9.502.870,29
2012	6.058.493,34	3,1%	54,2%	11.178.418,36	60,2%	10.058.017,69
2013	6.511.083,70	10,8%	51,9%	12.549.771,01	58%	11.228.973,29

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 91 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Bom Jesus do Sul.**

**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Bom Jesus do Sul**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	1.522.479,32	100%	14,7%	10.375.999,48	16,3%	9.344.688,98
2012	1.647.940,54	8,2%	15,1%	10.936.197,95	16,9%	9.777.873,15
2013	1.683.029,22	10,5%	14,4%	11.712.364,43	15,3%	10.985.302,80

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Bom Jesus do Sul**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	98.828,41	100%	1%	10.375.999,48	1,1%	9.344.688,98
2012	111.949,71	13,3%	1%	10.936.197,95	1,1%	9.777.873,15
2013	106.584,65	7,8%	0,9%	11.712.364,43	1%	10.985.302,80

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Bom Jesus do Sul**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.886.260,55	100%	56,7%	10.375.999,48	63%	9.344.688,98
2012	6.059.159,96	2,9%	55,4%	10.936.197,95	62%	9.777.873,15
2013	6.511.083,70	10,6%	55,6%	11.712.364,43	59,3%	10.985.302,80

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 92 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Cruzeiro do Iguaçu.**

**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Cruzeiro do Iguaçu**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	3.921.563,67	100%	28,5%	13.757.575,67	30,5%	12.868.402,41
2012	4.377.757,75	11,6%	30,7%	14.276.472,76	33,6%	13.047.530,40
2013	4.776.077,52	21,8%	29,9%	15.954.637,01	32%	14.738.892,59

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Cruzeiro do Iguaçu**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	213.703,25	100%	1,6%	13.757.575,67	1,7%	12.868.402,41
2012	186.829,54	-12,6%	1,3%	14.276.472,76	1,4%	13.047.530,40
2013	213.631,77	-0,03%	1,3%	15.954.637,01	1,4%	14.738.892,59

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Cruzeiro do Iguaçu**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	6.133.694,69	100%	44,6%	13.757.575,67	47,7%	12.868.402,41
2012	6.327.353,27	3,2%	44,3%	14.276.472,76	48,5%	13.047.530,40
2013	6.800.105,00	10,9%	42,6%	15.954.637,01	46,1%	14.738.892,59

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 93 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Dois Vizinhos.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Dois Vizinhos</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	16.152.168,24	100%	32,1%	50.390.223,69	30,6%	52.755.184,34
2012	18.138.479,12	12,3%	32,8%	55.267.309,03	30,9%	58.723.623,14
2013	20.099.347,83	24,4%	32,2%	62.477.817,73	28,6%	70.307.420,36
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Dois Vizinhos</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	2.821.287,63	100%	5,6%	50.390.223,69	5,3%	52.755.184,34
2012	3.182.193,30	12,8%	5,8%	55.267.309,03	5,4%	58.723.623,14
2013	3.566.547,55	26,4%	5,7%	62.477.817,73	5,1%	70.307.420,36
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Dois Vizinhos</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	16.372.546,04	100%	32,5%	50.390.223,69	31%	52.755.184,34
2012	16.872.874,61	3,1%	30,5%	55.267.309,03	28,7%	58.723.623,14
2013	18.133.613,47	10,8%	29%	62.477.817,73	25,8%	70.307.420,36

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 94 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Enéas Marques.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Enéas Marques</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.351.584,91	100%	35,8%	14.929.135,82	39,6%	13.528.937,22
2012	5.636.754,71	5,3%	36,2%	15.559.229,62	40,3%	13.969.878,68
2013	6.234.504,04	16,5%	36,6%	17.055.471,57	40,7%	15.329.875,17
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Enéas Marques</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	474.240,87	100%	3,2%	14.929.135,82	4%	13.528.937,22
2012	543.350,83	14,6%	3,5%	15.559.229,62	3,9%	13.969.878,68
2013	589.941,47	24,4%	3,5%	17.055.471,57	3,8%	15.329.875,17
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Enéas Marques</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.878.748,00	100%	39,4%	14.929.135,82	43%	13.528.937,22
2012	6.058.493,42	3,1%	38,9%	15.559.229,62	43,4%	13.969.878,68
2013	6.511.083,70	10,8%	38,2%	17.055.471,57	42,5%	15.329.875,17

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 95 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Francisco Beltrão. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Francisco Beltrão</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	22.311.285,88	100%	22,3%	100.001.337,41	18,8%	118.747.447,16
2012	25.335.412,71	13,6%	23,1%	109.912.639,15	19,1%	132.675.391,91
2013	30.477.145,81	36,6%	23,6%	129.379.018,32	19,9%	153.342.052,45
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Francisco Beltrão</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL



<b>2011</b>	6.696.624,45	100%	6,7%	100.001.337,41	5,6%	118.747.447,16
<b>2012</b>	8.252.559,06	23,2%	7,5%	109.912.639,15	6,2%	132.675.391,91
<b>2013</b>	8.335.873,48	24,5%	6,4%	129.379.018,32	5,4%	153.342.052,45

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Francisco Beltrão**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	26.605.468,11	100%	26,6%	100.001.337,41	22,4%	118.747.447,16
<b>2012</b>	27.418.421,25	3,1%	24,9%	109.912.639,15	20,7%	132.675.391,91
<b>2013</b>	29.467.121,84	10,8%	22,8%	129.379.018,32	19,2%	153.342.052,45

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 96 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Flor da Serra do Sul.**

**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Flor da Serra do Sul**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	3.495.130,24	100%	33,6%	10.400.825,68	34,6%	10.097.033,88
<b>2012</b>	3.825.521,46	9,5%	35,3%	10.844.906,96	33,2%	11.525.245,29
<b>2013</b>	4.414.376,50	26,3%	33,1%	13.327.072,41	30,9%	14.303.359,81

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Flor da Serra do Sul**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	133.869,23	100%	1,3%	10.400.825,68	1,3%	10.097.033,88
<b>2012</b>	201.743,53	50,7%	1,9%	10.844.906,96	1,8%	11.525.245,29
<b>2013</b>	182.834,61	36,6%	1,4%	13.327.072,41	1,3%	14.303.359,81

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Flor da Serra do Sul**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	4.703.073,37	100%	45,2%	10.400.825,68	46,6%	10.097.033,88
<b>2012</b>	4.846.795,05	3,1%	44,7%	10.844.906,96	42,1%	11.525.245,29
<b>2013</b>	5.208.867,28	10,8%	39,1%	13.327.072,41	36,4%	14.303.359,81

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 97 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Manfrinópolis.**

**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Manfrinópolis**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	1.870.980,92	100%	18,7%	9.995.136,95	21,5%	8.712.725,93
<b>2012</b>	1.934.694,92	3,4%	18,6%	10.396.884,28	21,2%	9.133.247,58

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Manfrinópolis**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	63.329,35	100%	0,6%	9.995.136,95	0,7%	8.712.725,93
<b>2012</b>	80.851,66	27,7%	0,8%	10.396.884,28	0,9%	9.133.247,58

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Manfrinópolis**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	6.141.219,50	100%	61,4%	9.995.136,95	70,5%	8.712.725,93
<b>2012</b>	6.327.327,93	3%	60,9%	10.396.884,28	69,3%	9.133.247,58

**Fonte: Elaborado pelos autores.**

**Tabela 98 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Marmeleiro.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Marmeleiro</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	6.847.276,92	100%	28,5%	24.053.723,49	27,5%	24.940.461,04
2012	7.607.955,46	11,1%	29,2%	26.011.935,33	28,6%	26.589.894,14
2013	8.640.157,43	26,2%	30%	28.826.385,30	29,2%	29.551.812,59
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Marmeleiro</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	1.001.908,90	100%	4,2%	24.053.723,49	4%	24.940.461,04
2012	1.144.350,14	14,2%	4,4%	26.011.935,33	4,3%	26.589.894,14
2013	1.379.952,85	37,7%	4,8%	28.826.385,30	4,7%	29.551.812,59
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Marmeleiro</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	9.810.403,21	100%	40,8%	24.053.723,49	39,3%	24.940.461,04
2012	10.097.489,12	2,9%	38,8%	26.011.935,33	38%	26.589.894,14
2013	10.851.806,17	10,6%	37,6%	28.826.385,30	36,7%	29.551.812,59

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 99 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Nova Esperança do Sudoeste.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Nova Esperança do Sudoeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	3.334.379,22	100%	26,9%	12.408.208,78	29,7%	11.228.194,98
2012	3.535.935,68	6%	27,5%	12.844.761,18	29,8%	11.860.754,40
2013	4.071.117,75	22,1%	28,5%	14.290.508,72	31,2%	13.039.615,17
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Nova Esperança do Sudoeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	239.078,79	100%	1,9%	12.408.208,78	2,1%	11.228.194,98
2012	296.318,33	23,9%	2,3%	12.844.761,18	2,5%	11.860.754,40
2013	364.005,92	52,3%	2,5%	14.290.508,72	2,8%	13.039.615,17
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Nova Esperança do Sudoeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.878.747,98	100%	47,4%	12.408.208,78	52,4%	11.228.194,98
2012	6.058.493,42	3,1%	47,2%	12.844.761,18	51,1%	11.860.754,40
2013	6.511.083,70	10,8%	45,6%	14.290.508,72	49,9%	13.039.615,17

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 100 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Nova Prata do Iguaçu. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Nova Prata do Iguaçu</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.276.565,86	100%	24,5%	21.557.939,56	26,2%	20166019,86
2012	5.746.761,66	9%	25,3%	22.743.932,77	26,8%	21.443.490,78

<b>2013</b>	6.445.956,96	22,2%	25,9%	24.934.802,69	27,2%	23.656.335,16
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Nova Prata do Iguaçu</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	484.017,78	100%	2,2%	21.557.939,56	2,4%	20166019,86
<b>2012</b>	563.322,21	16,4%	2,5%	22.743.932,77	2,6%	21.443.490,78
<b>2013</b>	663.461,45	37,1%	2,7%	24.934.802,69	2,8%	23.656.335,16
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Nova Prata do Iguaçu</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	7.848.347,35	100%	36,4%	21.557.939,56	38,9%	20166019,86
<b>2012</b>	8.077.991,32	2,9%	35,5%	22.743.932,77	37,7%	21.443.490,78
<b>2013</b>	9.253.597,38	17,9%	37,1%	24.934.802,69	39,1%	23.656.335,16

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 101 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Pinhal de São Bento.**  
**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Pinhal de São Bento**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	995.002,89	100%	10,4%	9.580.350,68	11,8%	8.445.828,74
<b>2012</b>	1.084.023,41	8,9%	9,9%	10.898.346,52	11,1%	9.807.406,02
<b>2013</b>	1.256.216,07	26,3%	11,9%	10.599.579,32	13,4%	9.358.475,50
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Pinhal de São Bento</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	67.854,04	100%	0,7%	9.580.350,68	0,8%	8.445.828,74
<b>2012</b>	84.187,98	24,1%	0,8%	10.898.346,52	0,9%	9.807.406,02
<b>2013</b>	95.423,24	40,6%	0,9%	10.599.579,32	1%	9.358.475,50
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Pinhal de São Bento</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	6.141.207,26	100%	64,1%	9.580.350,68	72,7%	8.445.828,74
<b>2012</b>	6.327.327,93	3%	58,1%	10.898.346,52	64,5%	9.807.406,02
<b>2013</b>	6.800.105,00	10,7%	64,2%	10.599.579,32	72,7%	9.358.475,50

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 102 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Renascença.**  
**(continua)**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Renascença</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	4.630.062,80	100%	32,2%	14.395.567,75	35,5%	13.045.565,27
<b>2012</b>	4.992.630,39	7,8%	31,8%	15.686.622,60	34%	14.700.018,69
<b>2013</b>	5.966.422,92	28,9%	33,9%	17.621.026,92	35,6%	16.757.876,62
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Renascença</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	362.381,41	100%	2,5%	14.395.567,75	2,8%	13.045.565,27
<b>2012</b>	458.724,01	26,6%	2,9%	15.686.622,60	3,1%	14.700.018,69
<b>2013</b>	507.270,29	40%	2,9%	17.621.026,92	3%	16.757.876,62
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Renascença</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL

<b>2011</b>	5.878.748,00	100%	40,8%	14.395.567,75	45,1%	13.045.565,27
<b>2012</b>	6.058.493,42	3,1%	38,6%	15.686.622,60	41,2%	14.700.018,69
<b>2013</b>	6.511.083,68	10,8%	37%	17.621.026,92	38,9%	16.757.876,62

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 103 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Salgado Filho.**

**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Salgado Filho**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	2.175.046,82	100%	19,2%	11.327.401,60	21,2%	10.269.498,97
<b>2012</b>	2.434.386,70	11,9%	20,8%	11.704.230,28	22,4%	10.862.206,88
<b>2013</b>	2.832.932,76	30,2%	22,3%	12.722.729,79	24,4%	11.590.614,19

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Salgado Filho**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	187.244,45	100%	1,7%	11.327.401,60	1,8%	10.269.498,97
<b>2012</b>	224.409,41	19,8%	1,9%	11.704.230,28	2,1%	10.862.206,88
<b>2013</b>	238.768,73	27,5%	1,9%	12.722.729,79	2,1%	11.590.614,19

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Salgado Filho**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	5.886.260,54	100%	52%	11.327.401,60	57,3%	10.269.498,97
<b>2012</b>	6.058.493,42	2,9%	51,8%	11.704.230,28	55,8%	10.862.206,88
<b>2013</b>	6.511.083,70	10,6%	51,2%	12.722.729,79	56,2%	11.590.614,19

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 104 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Salto do Lontra.**

**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Salto do Lontra**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	5.442.194,97	100%	24,5%	22.238.282,82	25,6%	21.266.487,70
<b>2012</b>	6.065.658,27	11,5%	25,5%	23.768.622,99	26%	23.312.052,86
<b>2013</b>	6.926.296,99	27,3%	26,4%	26.284.496,16	27,4%	25.284.378,37

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Salto do Lontra**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	606.347,55	100%	2,7%	22.238.282,82	2,9%	21.266.487,70
<b>2012</b>	698.889,34	15,3%	2,9%	23.768.622,99	3%	23.312.052,86
<b>2013</b>	784.651,50	29,4%	3%	26.284.496,16	3,1%	25.284.378,37

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Salto do Lontra**

Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
<b>2011</b>	9.798.062,59	100%	44,1%	22.238.282,82	46,1%	21.266.487,70
<b>2012</b>	10.097.489,12	3,1%	42,5%	23.768.622,99	43,3%	23.312.052,86
<b>2013</b>	10.851.806,17	10,8%	41,3%	26.284.496,16	42,9%	25.284.378,37

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 105 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Santo Antônio do Sudoeste.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Santo Antônio do Sudoeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	4.748.820,15	100%	18,0%	26.336.168,81	18,7%	25.406.705,07
2012	5.250.079,91	10,6%	18,7%	28.028.421,37	19,4%	26.995.496,39
2013	6.242.495,97	31,5%	19,6%	31.885.763,67	19,8%	31.532.714,08
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Santo Antônio do Sudoeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	779.407,36	100%	3%	26.336.168,81	3,1%	25.406.705,07
2012	902.335,16	15,8%	3,2%	28.028.421,37	3,3%	26.995.496,39
2013	1.039.080,34	33,3%	3,3%	31.885.763,67	3,3%	31.532.714,08
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Santo Antônio do Sudoeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	12.279.446,83	100%	46,6%	26.336.168,81	48,3%	25.406.705,07
2012	12.654.655,94	3,1%	45,1%	28.028.421,37	46,9%	26.995.496,39
2013	13.618.501,51	10,9%	42,7%	31.885.763,67	43,2%	31.532.714,08

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 106 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de São Jorge D'Oeste.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - São Jorge D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	21.923.920,87	100%	61,2%	35.836.498,96	68%	32.248.868,13
2012	16.358.049,94	-25,4%	52,8%	30.952.894,74	58%	28.219.236,58
2013	18.848.121,94	-14%	53,7%	35.130.127,85	59%	31.932.484,33
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - São Jorge D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	414.953,83	100%	1,2%	35.836.498,96	1,3%	32.248.868,13
2012	476.834,28	14,9%	1,5%	30.952.894,74	1,7%	28.219.236,58
2013	622.802,62	50,1%	1,8%	35.130.127,85	2%	31.932.484,33
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - São Jorge D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.878.822,60	100%	16,4%	35.836.498,96	18,2%	32.248.868,13
2012	6.327.327,93	7,6%	20,4%	30.952.894,74	22,4%	28.219.236,58
2013	6.747.811,49	14,8%	19,2%	35.130.127,85	21,1%	31.932.484,33

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 107 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Verê. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Verê</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.323.854,48	100%	34,7%	15.334.739,08	38,6%	13.791.408,57
2012	5.398.911,61	1,4%	34,1%	15.823.811,98	37,5%	14.391.558,58
2013	6.243.550,75	17,3%	35%	17.826.278,06	38,9%	16.040.535,07
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Verê</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL

<b>2011</b>	442.126,12	100%	2,9%	15.334.739,08	3,2%	13.791.408,57
<b>2012</b>	512.613,44	15,9%	3,2%	15.823.811,98	3,6%	14.391.558,58
<b>2013</b>	584.154,52	32,1%	3,3%	17.826.278,06	3,6%	16.040.535,07

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Verê**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	6.142.269,57	100%	40,1%	15.334.739,08	44,5%	13.791.408,57
<b>2012</b>	6.326.459,62	3%	40%	15.823.811,98	44%	14.391.558,58
<b>2013</b>	6.800.626,02	10,7%	38,1%	17.826.278,06	42,4%	16.040.535,07

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 108 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Bom Sucesso do Sul.**  
**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Bom Sucesso do Sul**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	3.142.797,72	100%	28,5%	11.040.830,42	31,4%	10.013.529,96
<b>2012</b>	3.524.043,03	12,1%	30%	11.743.728,06	33%	10.685.909,89
<b>2013</b>	4.009.660,51	27,6%	30%	13.366.299,47	33,2%	12.063.288,02

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Bom Sucesso do Sul**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	205.874,57	100%	1,9%	11.040.830,42	2,1%	10.013.529,96
<b>2012</b>	234.605,14	14%	2%	11.743.728,06	2,2%	10.685.909,89
<b>2013</b>	277.467,62	34,8%	2,1%	13.366.299,47	2,3%	12.063.288,02

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Bom Sucesso do Sul**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	5.878.748,00	100%	53,2%	11.040.830,42	58,7%	10.013.529,96
<b>2012</b>	6.058.493,42	3,1%	51,6%	11.743.728,06	56,7%	10.685.909,89
<b>2013</b>	6.511.083,70	10,8%	48,7%	13.366.299,47	54%	12.063.288,02

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 109 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Chopinzinho.**

**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Chopinzinho**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	11.768.054,29	100%	29,4%	40.082.437,25	28,6%	41.116.958,70
<b>2012</b>	12.757.547,93	8,4%	29,5%	43.249.584,98	28,8%	44.266.590,20
<b>2013</b>	15.522.338,99	31,9%	30,2%	51.314.784,77	29,7%	52.301.815,73

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Chopinzinho**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	1.073.471,26	100%	2,7%	40.082.437,25	2,6%	41.116.958,70
<b>2012</b>	1.267.691,83	18,1%	2,9%	43.249.584,98	2,9%	44.266.590,20
<b>2013</b>	1.445.875,82	34,7%	2,8%	51.314.784,77	2,8%	52.301.815,73

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Chopinzinho**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	11.757.495,91	100%	29,3%	40.082.437,25	28,6%	41.116.958,70
<b>2012</b>	12.654.655,94	7,6%	29,3%	43.249.584,98	28,6%	44.266.590,20
<b>2013</b>	13.022.167,50	10,8%	25,4%	51.314.784,77	24,9%	52.301.815,73

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 110 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Coronel Vivida.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Coronel Vivida</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	7.626.578,01	100%	26,0%	29.323.301,97	24,6%	31.050.812,81
2012	8.292.203,82	8,7%	25,5%	32.515.625,89	23,7%	34.940.947,60
2013	9.742.991,54	27,8%	25,8%	37.780.043,98	24,5%	39.809.609,82
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Coronel Vivida</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	1.174.378,36	100%	4%	29.323.301,97	3,8%	31.050.812,81
2012	1.360.425,68	15,8%	4,2%	32.515.625,89	3,9%	34.940.947,60
2013	1.459.629,67	24,3%	3,9%	37.780.043,98	3,7%	39.809.609,82
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Coronel Vivida</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	11.769.516,11	100%	40,1%	29.323.301,97	37,9%	31.050.812,81
2012	12.116.986,92	3%	37,3%	32.515.625,89	34,7%	34.940.947,60
2013	13.021.705,08	10,6%	34,5%	37.780.043,98	32,7%	39.809.609,82

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 111 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Itapejara D'Oeste.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Itapejara D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	6.919.134,88	100%	34,5%	20.035.535,96	37%	18.707.470,55
2012	7.157.384,32	3,4%	34,4%	20.821.070,06	36,4%	19.652.553,33
2013	7.891.549,15	14,1%	34%	23.235.047,02	36,3%	21.765.785,02
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Itapejara D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	644.246,77	100%	3,2%	20.035.535,96	3,4%	18.707.470,55
2012	728.162,30	13%	3,5%	20.821.070,06	3,7%	19.652.553,33
2013	804.639,14	24,9%	3,5%	23.235.047,02	3,7%	21.765.785,02
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Itapejara D'Oeste</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	7.846.344,10	100%	39,2%	20.035.535,96	41,9%	18.707.470,55
2012	8.077.991,32	3%	38,8%	20.821.070,06	41,1%	19.652.553,33
2013	8.681.444,98	10,6%	37,4%	23.235.047,02	39,9%	21.765.785,02

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 112 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Mariópolis. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Mariópolis</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.514.696,68	100%	36,3%	15.192.157,47	36,4%	15.132.377,56
2012	5.175.583,98	-6,1%	36,8%	14.050.100,36	36,2%	14.279.167,22
2013	6.461.245,41	17,2%	38%	17.009.242,09	40,2%	16.088.540,79
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Mariópolis</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	389.488,92	100%	2,6%	15.192.157,47	2,6%	15.132.377,56

<b>2012</b>	335.370,58	-13,9%	2,4%	14.050.100,36	2,3%	14.279.167,22
<b>2013</b>	448.924,42	15,3%	2,6%	17.009.242,09	2,8%	16.088.540,79

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Mariópolis**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	6.058.493,42	100%	39,9%	15.192.157,47	40%	15.132.377,56
<b>2012</b>	5.886.241,90	-2,8%	41,9%	14.050.100,36	41,2%	14.279.167,22
<b>2013</b>	6.511.083,70	7,5%	38,3%	17.009.242,09	40,5%	16.088.540,79

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 113 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Pato Branco.**

**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Pato Branco**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	24.457.100,61	100%	22%	111.177.846,59	18,7%	130.808.551,88
<b>2012</b>	24.574.093,23	0,5%	20,3%	121.127.356,52	17,2%	142.956.453,40
<b>2013</b>	31.871.300,96	30,3%	21,9%	145.338.889,42	18,3%	173.768.837,62

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Pato Branco**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	7.778.943,11	100%	7%	111.177.846,59	5,9%	130.808.551,88
<b>2012</b>	8.714.323,06	12%	7,2%	121.127.356,52	6,1%	142.956.453,40
<b>2013</b>	9.697.774,02	24,7%	6,7%	145.338.889,42	5,6%	173.768.837,62

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Pato Branco**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	25.474.574,57	100%	22,9%	111.177.846,59	19,5%	130.808.551,88
<b>2012</b>	26.618.883,10	4,5%	22%	121.127.356,52	18,6%	142.956.453,40
<b>2013</b>	28.214.696,17	10,8%	19,4%	145.338.889,42	16,2%	173.768.837,62

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 114 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de São João.**

**Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - São João**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	5.035.073,14	100%	27%	18.769.075,47	27,8%	18.090.927,13
<b>2012</b>	5.579.990,91	10,8%	28%	19.901.929,52	29,1%	19.198.378,91
<b>2013</b>	6.899.486,82	37%	30%	22.994.891,54	31,3%	22.019.211,56

**Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - São João**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	568.848,84	100%	3%	18.769.075,47	3,1%	18.090.927,13
<b>2012</b>	664.626,69	17%	3,3%	19.901.929,52	3,5%	19.198.378,91
<b>2013</b>	730.101,23	28,3%	3,2%	22.994.891,54	3,3%	22.019.211,56

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - São João**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	8.186.473,04	100%	43,6%	18.769.075,47	45,3%	18.090.927,13
<b>2012</b>	8.436.437,32	3,1%	42,4%	19.901.929,52	43,9%	19.198.378,91
<b>2013</b>	9.066.806,64	10,8%	39,4%	22.994.891,54	41,2%	22.019.211,56

Fonte: Elaborado pelos autores.



**Tabela 115 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Saúde do Iguçu.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Saúde do Iguçu</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	15.257.055,83	100%	59,2%	25.761.742,17	66,5%	22.932.158,75
2012	10.158.115,59	-33,4%	47,2%	21.526.677,13	52,5%	19.359.303,19
2013	16.677.960,42	9,3%	57,4%	29.066.898,11	64%	26.041.930,29
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Saúde do Iguçu</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	175.336,61	100%	0,7%	25.761.742,17	0,8%	22.932.158,75
2012	205.220,09	17%	1%	21.526.677,13	1,1%	19.359.303,19
2013	236.637,27	35%	0,8%	29.066.898,11	0,9%	26.041.930,29
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Saúde do Iguçu</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.886.241,90	100%	22,8%	25.761.742,17	25,7%	22.932.158,75
2012	6.058.493,72	2,9%	28,1%	21.526.677,13	31,3%	19.359.303,19
2013	6.511.083,70	10,6%	22,4%	29.066.898,11	25%	26.041.930,29

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 116 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Sulina.**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Sulina</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	2.088.598,34	100%	19,6%	10.655.374,73	21,7%	9.605.695,19
2012	2.241.103,73	7,3%	20,3%	11.054.677,55	22,2%	10.111.099,61
2013	2.660.373,35	27,4%	21,4%	12.431.980,31	23,1%	11.525.768,07
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Sulina</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	143.742,34	100%	1,3%	10.655.374,73	1,5%	9.605.695,19
2012	167.556,95	16,6%	1,5%	11.054.677,55	1,7%	10.111.099,61
2013	195.656,38	36,1%	1,6%	12.431.980,31	1,7%	11.525.768,07
<b>Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Sulina</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	5.886.241,90	100%	55,2%	10.655.374,73	61,3%	9.605.695,19
2012	6.058.493,42	2,9%	54,8%	11.054.677,55	59,9%	10.111.099,61
2013	6.511.083,70	10,6%	52,4%	12.431.980,31	56,5%	11.525.768,07

Fonte: Elaborado pelos autores.

**Tabela 117 - Análise vertical e horizontal das transferências correntes de Vitorino. (continua)**

<b>Análise da Arrecadação da QPM-ICMS em R\$ - Vitorino</b>						
Ano	Valor	AH	AV	Transf. Corrente	AV	RCL
2011	4.605.152,21	100%	33,7%	13.672.098,89	36,3%	12.693.624,20
2012	5.020.813,14	9%	33,8%	14.854.875,04	35,9%	13.988.631,03
2013	5.601.247,45	21,6%	33,5%	16.721.223,21	35,6%	15.748.030,18
<b>Análise da Arrecadação da QPM-IPVA em R\$ - Vitorino</b>						

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	469.227,75	100%	3,4%	13.672.098,89	3,7%	12.693.624,20
<b>2012</b>	514.740,05	9,7%	3,5%	14.854.875,04	3,7%	13.988.631,03
<b>2013</b>	574.301,75	22,4%	3,4%	16.721.223,21	3,6%	15.748.030,18

**Análise da Arrecadação do FPM em R\$ - Vitorino**

<b>Ano</b>	<b>Valor</b>	<b>AH</b>	<b>AV</b>	<b>Transf. Corrente</b>	<b>AV</b>	<b>RCL</b>
<b>2011</b>	5.886.260,55	100%	43,1%	13.672.098,89	46,4%	12.693.624,20
<b>2012</b>	6.058.493,42	2,9%	40,8%	14.854.875,04	43,3%	13.988.631,03
<b>2013</b>	6.511.083,70	10,6%	38,9%	16.721.223,21	41,3%	15.748.030,18

**Fonte: Elaborado pelos autores.**